



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ÉRICA DE OLIVEIRA SANTOS FERREIRA

PLANTAR PARA SOBREVIVER: Trabalhadores (as) rurais de Palmeira dos Índios (1950-1959)

RECIFE
2021

ÉRICA DE OLIVEIRA SANTOS FERREIRA

PLANTAR PARA SOBREVIVER: Trabalhadores (as) rurais de Palmeira dos Índios (1950-1959)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio

RECIFE
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- F383p Ferreira, Érica de Oliveira Santos.
 Plantar para sobreviver : trabalhadores (as) rurais de Palmeira dos Índios (1950-1959) / Érica de Oliveira Santos Ferreira. – 2021.
 133 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
 Inclui referências e anexo.
1. Alagoas - História. 2. Trabalhadores rurais – Palmeira dos Índios (AL). 3. Modernidade. 4. Memória. I. Porfírio, Pablo Francisco de Andrade (Orientador). II. Título.
- 981.35 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2021-190)



ÉRICA DE OLIVEIRA SANTOS FERREIRA

**PLANTAR PARA SOBREVIVER: TRABALHADORES (AS) RURAIS DE PALMEIRA
DOS ÍNDIOS (1950-1959)**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **17/08/2021**

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio

Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade

Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares

Membro Titular Externo (Universidade Estadual de Alagoas)

Dedico este trabalho á

Quitéria Maria, minha mãe, e Milton dos Santos, meu pai.
Meus maiores incentivadores.

A Cássio Júnio, meu companheiro de vida.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos
Índios, por ter confiado e compartilhado comigo suas
histórias de vida.

AGRADECIMENTOS

Em um processo de escrita uma rede de sociabilidades é tecida ao longo do percurso. E, Agradecer é reconhecer que indivíduos fizeram parte dessa trajetória. Peço desculpas àqueles ou àquelas ao qual eventualmente tenha me esquecido de mencionar.

Agradeço a Deus sempre e em primeiro lugar.

À Cássio Júnio pelo companheirismo e amor compartilhados.

A meus pais, Milton dos Santos e Quitéria Maria por serem meus grandes incentivadores. Aos meus irmãos, em especial Mara por todo apoio durante esse período, e a Gabriel, meu irmãozinho, por conseguir tirar de mim, sorrisos e afetos em momentos de tensão e estresse, e por sempre me mostrar a leveza da vida. Agradeço aos meus sogros, Iara Maria e Nicácio Ferreira por todo incentivo e apoio financeiro durante o período em que estive em Recife.

Agradeço a Pablo Porfírio por toda paciência, incentivo e dedicação em cada orientação, sou extremamente grata por ter acreditado que esse trabalho era possível.

À Universidade Federal de Pernambuco pelo acolhimento e ensino de qualidade.

Aos professores do curso de Mestrado, da linha Cultura e Memória, pelos saberes e conhecimentos compartilhados, em especial, Pablo Porfírio, Regina Guimarães, Antônio Torres Montenegro e Antônio Rezende. Aos colegas de curso de mestrado 2019.1, com os quais compartilhei dúvidas, angústias e alegrias. Em especial, Ewerton Wirley, com quem dividi apartamento durante o primeiro ano do mestrado. E a Tatianne Ellen por ter sido ombro e ouvido, em momentos em que pensei que era impossível continuar, e afeto nos momentos em que precisei.

Agradeço aos professores Marcelo Góes e Juliana Andrade por terem aceitado fazer parte desta banca examinadora e terem contribuído com esse trabalho desde a qualificação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de pesquisa, que foi de fundamental importância para a permanência na Universidade.

Um agradecimento especial a Sandra Regina, secretária do curso de Mestrado, pela paciência e delicadeza ao nos responder e esclarecer dúvidas. A sua gentileza nos encanta.

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios por terem confiado e compartilhado comigo suas histórias de vida, possibilitando a tessitura deste trabalho.

Enfim... A história é o caminho.

Contar histórias sempre foi à arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história [...] Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. (BENJAMIM, p.221, 2012)

RESUMO

Essa dissertação historiciza as experiências cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios em meio ao discurso e prática de industrialização e modernidade no Brasil na década de 1950. Discutimos quais espaços são ocupados por esses trabalhadores em Palmeira dos Índios. Município que tinha como principal base econômica a produção agrícola, mas que se colocava dentro da vanguarda da modernização. Analisamos as táticas de (re) existências construídas por estes trabalhadores frente ao projeto excludente da modernização. Tinham à agricultura como principal meio/fonte de renda para sobrevivência. A linha de pesquisa do mestrado foi “Cultura e Memória”. E, foi com base nas memórias dos trabalhadores rurais, cruzados com documentação e fontes históricas, que pudemos perceber e analisar que o trabalho com/na terra produziu redes de aprendizagens e trocas de conhecimentos técnicos entre pais e filhos, e constituiu um quadro de relações sociais, políticas e culturais entre a comunidade e seus arredores. Essas experiências, espaços ocupados para além do campo, como as feiras-livres, cinemas, fábricas, garantiram, em certa medida, a reprodução e fortalecimento de suas relações socioculturais e políticas. O projeto de modernização pensado e colocado em prática em Palmeira dos Índios (1950) não inseriu os trabalhadores, não os resguardavam em um projeto ainda maior, que é o da cidadania. O trabalho, a agricultura incorporam as histórias de gerações de trabalhadores rurais de Palmeira dos Índios. Suas produções abasteciam as feiras, armazéns, fábricas, movimentavam e contribuía com a economia local. Os relatos orais proporcionaram, ainda, visualizar uma Palmeira dos Índios, um Nordeste que não é o da extrema seca, mas um território fértil, que tinham “olhos de água”. Nesse sentido, o agenciamento de obras historiográficas, teóricas, jornais, fotografias, atas da câmara dos vereadores e relatos de memórias compõem o quadro de fontes documentais importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: Modernidade; Memória; Trabalhador- Rural;

ABSTRACT

This dissertation historicizes the experiences of rural workers in Palmeira dos Índios in the midst of the discourse and practice of industrialization and modernity in Brazil in the 1950s. We discuss which spaces are occupied by these workers in Palmeira dos Índios. A municipality whose main economic base was agricultural production, but which placed itself at the forefront of modernization. We analyze the tactics of (re)existence built by these workers against the exclusionary project of modernization. They had agriculture as their main means/source of income for survival. The master's research line was "culture and memory". and, it was based on the memories of rural workers, crossed with documentation and historical sources, that we were able to perceive and analyze that working with/on land produced networks of learning and exchange of technical knowledge between parents and children, and constituted a framework of relationships social, political and cultural relationships between the community and its surroundings. these experiences, spaces occupied beyond the countryside, such as open-air markets, cinemas, factories, ensured, to a certain extent, the reproduction and strengthening of their sociocultural and political relations. The modernization project thought out and put into practice in Palmeira dos Índios (1950) did not include the workers, they did not support an even bigger project, which is that of citizenship. Work and agriculture incorporate the stories of generations of rural workers in Palmeira dos Índios. Its productions supplied fairs, warehouses, factories, moved and contributed to the local economy. The oral reports also provided a view of a Palmeira dos Índios, a Nordeste that is not one of extreme drought, but a fertile territory, which had "eyes of water". In this sense, the assemblage of historiographic and theoretical works, newspapers, photographs, minutes of the City Council and reports of memories compose the framework of important documentary sources for the development of the research.

Key words: Modernity; Memory; Rural worker;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Fachada do cinema Cine-Palácio	23
Imagem 2 - Recorte em contraste: Bicicleta e Automóvel	26
Mapa 1- Estações ferroviárias em Alagoas, 1963	35
Imagem 3 – Trem parado na estação de Palmeira dos Índios	40
Imagem 4– Vista panorâmica da feira livre na Praça da Independência	44
Imagem 5– Feira-livre na Praça do Rosário	46
Quadro 1- Fábricas têxteis em Alagoas	74
Imagem 6- Inauguração da fábrica	78
Imagem 7 - Vista aérea da ALGOLIN	80
Imagem 8 – Maquinários da Fábrica de Beneficiamento do Algodão	82
Gráfico 1- Instrução escolar em Palmeira dos Índios	92
Imagem 9– Açude nas proximidades da Fábrica	108
Imagem 10- Homens trabalhando na construção de açudes	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Associação Comercial de Maceió
AL	Alagoas
ALGOLIM	Algodoeira Limoerense – S.A
APA	Arquivo Público de Maceió
APALCA	Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
JK	Juscelino Kubitscheck
MTC	Movimento dos Trabalhadores do Campo
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PE	Pernambuco
PR	Paraná
PRP	Partido Republicano Progressista
PSP	Partido Social Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAPPP	Sociedade Agrícola de Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
UDN	União Democrática Nacional
UBS	Unidade básica de saúde
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	LUZ, CÂMERA E MUDANÇAS EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS	20
2.1	Luz, Câmera e Imaginação: Os cinemas	21
2.2	Linha Férrea: O apito do trem anuncia boas novas: intensificação e ampliação do comércio	33
2.3	“Quem é que come uma lavoura que tira no ano”: A feira livre e a troca de experiências.....	43
3	NOS ENLACES DA MODERNIDADE: DO CENÁRIO POLÍTICO À FÁBRICA DE BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS	52
3.1	Cenário Político em Alagoas	55
3.2	Projeto modernidade: A estética da cidade	67
3.3	As fábricas têxteis no Nordeste, Alagoas e a ALGOLIM	72
4	DE GERAÇÃO PARA GERAÇÃO: COTIDIANO, TRABALHO E EXPERIÊNCIAS	86
4.1	Entre o lembrar e o esquecer: experiências contadas	88
4.2	“Se Santa Rita ajudar o rasga letra vai vingar”: A produção agrícola	96
4.3	No ritmo do pagode: o balançar para cá e para lá e se reinventar	113
5	CONCLUSÃO	119
	REFERÊNCIAS	122
	APÊNDICE A – Tabela com a relação dos entrevistados.....	133

1 INTRODUÇÃO

Em 2015, ingressei na universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, para cursar licenciatura em história. Por volta do 6º período do curso, entrei no grupo de pesquisa – História (s) do trabalho – coordenado pelo professor Marcelo Góes. Fui bolsista do projeto de pesquisa “Histórias e Memórias do trabalho na produção algodoeira nos municípios alagoanos de Igaci e Palmeira dos Índios” que propunha pesquisar e estudar sobre a produção algodoeira nos municípios que até fins da década de 1950 eram um único território administrativo.

A pesquisa girava em torno de questionamentos relacionados ao silenciamento historiográfico sobre a produção e o cultivo algodoeiro, que foi de suma importância para o Estado de Alagoas, sobretudo em fins do século XIX e início do século XX em prol de uma preeminência de narrativas sobre a monocultura açucareira.

A predominância da cultura açucareira se sobrepôs em algumas narrativas historiográficas sobre Alagoas, que são leituras indispensáveis. Por exemplo, a obra de Diegues Junior (Banguê das Alagoas) que traz contribuições pertinentes para/sobre o Estado, elege a cana-de-açúcar como fundamental “não parece acreditável que possa existir uma história das Alagoas sem o açúcar” (DIÉGUES Jr., 2002, p. 26).

A narrativa proposta por Diegues Jr. produziu uma história na qual o açúcar e o sistema de engenho são determinantes, desde o período colonial, no processo de formação e ocupação do território em Alagoas. Nessa interpretação, percebemos ainda outros efeitos oriundos do açúcar. Para além de uma atividade que repercute consideravelmente na formação econômica, política, social, e cultural, produz ainda certo silêncio sobre outras possibilidades de narrativas para Alagoas.

Podemos citar ainda a obra de Humberto Bastos de 1930, onde o título sugere que a discussão está em torno do “Assucar e do Algodão”, mas no decorrer da obra o que predomina é a discussão sobre a produção açucareira. No entanto, há nestes trabalhos historiográficos (SANTA’ANA, 2011; ALTAVILA, 1988; DIÉGUES JR., 2002) um elo, ou seja, o espaço territorial dominante nestas narrativas é a Zona Litorânea de Alagoas, região úmida.

Enquanto nos territórios que compõe Agreste e Sertão, identificamos a partir de algumas obras historiográficas (TENÓRIO, LESSA, 2013; SANT’ANA, 2011) e fontes documentais (INDICADOR GERAL, 2016; REGULAMENTO, 1924), uma maior presença

da atividade algodoeira. E a partir disto, pudemos problematizar e visualizar outra (s) Alagoas. Uma Alagoas múltipla, de inúmeras possibilidades de histórias.

A questão central da pesquisa foi sobre as histórias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que contribuíram para a movimentação da economia local. Trabalhadores (as) que (re) inventaram práticas e táticas do cotidiano. Abasteciam as feiras livres, as fábricas com sua produção agrícola. E, com o dinheiro compravam carnes, farinha, à roupa, o ‘chão de casa’¹. Neste sentido, buscamos pesquisar e estudar sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios na década de 1950.

Para o desenvolvimento desta dissertação utilizamos fontes documentais como, atas da Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios, que nos forneceu informações sobre debates dentro da casa legislativa, e como funcionava o jogo de poder dentro desta repartição pública; jornais, fotografias, documentos do século XIX da inspetoria do algodão, da Associação Comercial de Alagoas, que nos ofereceu uma dimensão da produção do algodão em Palmeira dos Índios ao tempo que ressaltava a sua qualidade como a melhor do Estado.

Analizamos ainda o “Regulamento Para o Serviço do Algodão do Estado de Alagoas”, um Estatuto com vinte e nove artigos que instruíam sobre os métodos da produção do algodão, sobre os aparelhos provindos do Ministério da Agricultura, informativos sobre a posse de prensas e seus usos, mas a principal função era a propaganda do algodão no Estado de Alagoas.

Este regulamento era uma cartilha do órgão “Serviço do Algodão do Estado de Alagoas”, criado no século XX e que funcionou como um instrumento não somente de orientação e fomento da produção do algodão, mas de regulamento, um mecanismo do Estado de fiscalização e controle, da produção e também dos trabalhadores (as) rurais que eram instruídos a seguir regras e métodos instituídos por esta cartilha.

O Estado agia e age mobilizando relações de poder para regular e disciplinar, tanto as produções quanto as pessoas e seus territórios (FOUCAULT, 1979). Se efetivando nas práticas de organizações, disciplinares; medidas que podem ser entendidas como dispositivos. Ou seja, “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEN, 2009, P. 40).”

Uma das principais metodologias aplicada foi à história oral, que alicerçada nas orientações metodológicas de Verena Alberti (2005), realizamos um total de dezoito (18)

¹ Expressão comum no agreste alagoano para se referir a um pequeno lote de terra.

entrevistas, entre trabalhadores e trabalhadoras rurais que atuavam na agricultura de caráter familiar. O roteiro de entrevista foi semiestruturado, construímos perguntas acerca de sua relação com a família, sobre infância e juventude, cotidiano, desafios e experiência com a agricultura, o cultivo algodoeiro e as relações sociais construídas ao longo dos anos. Destacamos que na transcrição e agenciamento das entrevistas, editamos para fins de inteligibilidade na escrita, ou seja, passou-se da linguagem coloquial para a escrita formal.

Dialogamos com teóricos, como Michel de Foucault (1979) Giorgio Aganbem (2009) para discutirmos as relações de poder, agenciamento dos dispositivos de controle. Judith Butlher (2018) sobre a vulnerabilidade e precariedade da vida, Walter Benjamim (2012) sobre memória e narrativa, bem como agenciamos textos historiográficos como os da autora Ângela de Castro Gomes (2002; 2013; 2018) discutindo as lutas pelos direitos; Pablo Porfírio (2016) sobre as ligas camponesas, Marcelo Góes Tavares (2016) sobre a história política e as fábricas têxteis em Alagoas, Antônio Montenegro (2013) sobre memória e a operacionalização da história oral dentre outros autores.

O recorte temporal é a década de 1950, período em que a política de industrialização esteve intensa em todo território nacional. E, Palmeira dos Índios – nosso recorte espacial –, interior de Alagoas, ocorreu um *boom* de instalações industriais, como fábricas de beneficiamento de algodão, de óleo de algodão, de cofres, de charutos e várias outras, como nos indicam as obras de Ivan Barros (2006).

Cenário em que as políticas de incentivo ao trabalhador rural foram mínimas, e os debates na Câmara Municipal de Palmeira dos Índios eram limitados e tinham como pauta principal – quase única – a distribuição de sementes de algodão, que não atendia a todos os pequenos produtores e sim aos grandes proprietários e associações que as distribuíam para os trabalhadores associados, como nos indicam as atas analisadas da década de 1950.

Período em que os trabalhadores e trabalhadoras rurais – em especial, os não associados – inventavam e reinventavam suas práticas de sobrevivências, buscando meios de continuar fomentando a agricultura, e assim conseguir abastecer a mesa de casa e as feiras ou armazéns. Meios que estavam ligados a acordos com proprietários de armazéns. O próprio armazenamento de partes das sementes e também de troca de ‘favores’ entre amigos, vizinhos e familiares que também trabalhavam na agricultura.

Ressaltamos que mesmo com o recorte temporal delimitado, não nos orientamos por escalas lineares de tempo, pois reconhecemos a necessidade de se compreender o tempo em

camadas e multiplicidade. O espaço em que a pesquisa foi desenvolvida é a cidade de Palmeira dos Índios.

Palmeira dos Índios² é composta por vários territórios e espaços de sociabilidades, cada um com suas histórias. Algumas narrativas sobre a criação de seu distrito apontam o ano de 1789 e outras o ano de 1798, provavelmente, os escritos se confundem devido uma inversão nos dois últimos dígitos do ano.

Palmeira dos Índios, que era um distrito da Vila de Atalaia, foi elevada à categoria de vila através da resolução nº 10 de 10/04/1835, e consequentemente desmembrada de Atalaia. Cerca de nove (09) anos após a resolução nº 10/1835, em 04/05/1846, através da lei provincial nº 43, a Vila de Palmeira dos Índios foi extinta e teve seu território anexado ao município de Anadia.

Palmeira dos Índios seguiu sendo um tecido territorial de Anadia até a promulgação da lei provincial nº 209 de 23/06/1853, quando seu território foi desmembrado, e elevado novamente à categoria de vila. Somente conquistou a categoria de cidade pela lei provincial n.º 1113 de 20/08/1889.

Enquanto cidade tinha em sua composição territorial diversos distritos anexados. Na década de 1950 sua extensão territorial era mais ampla, constituído de 05 distritos, Palmeira dos Índios, Igaci, Caldeirões de Cima, Cacimbinhas e Minador do negrão. Nesta mesma década ocorreram várias mudanças em relação à constituição territorial da cidade. No ano de 1952, pela lei estadual nº 150 de 04 de novembro, o povoado Canafístula foi anexado ao seu território, aumentando para 06 o número de distritos.

Nos anos que sucederam, Palmeira dos Índios teve dois distritos desmembrados e elevados à categoria de cidade. A lei estadual nº 2087 de 27 de dezembro de 1957, confere autonomia ao município de Igaci, assim como a lei estadual de nº 2108 de 19 de setembro de 1958, a Cacimbinhas. Assim sendo, a divisão territorial deste município até a década de 1960 foi constituído de 04 distritos.

Conhecendo os principais pilares desta pesquisa: sujeitos, espaço e recorte temporal, seguimos para a estruturação da dissertação. Esta dissertação está dividida em três capítulos.

² O município de Palmeira dos Índios está localizado no agreste alagoano, distante cerca de 140km da capital do Estado, Maceió. Faz limite com os seguintes municípios alagoanos: Estrela de Alagoas (12km), Igaci (15km), Belém (22km), Mar Vermelho (64km), Paulo Jacinto (40km), Quebrângulo (23 km) e com o município pernambucano Bom Conselho (42 km). De acordo com o censo do IBGE de 2010, sua população é de aproximadamente 70.368 habitantes e uma extensão territorial de 450,957 km. As informações relativas ao histórico da formação e organização política de Palmeira dos Índios, foram consultadas, no volume 19 da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada pelo IBGE em 1959. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_19.pdf.

O primeiro capítulo tem como eixo central de discussão a construção da cidade e urbanização. Apresentamos o anseio da população pela modernização do espaço urbano, ou seja, ruas calçadas, ausência de animais pelas ruas e outros elementos que começaram a ser incorporados durante a gestão de Graciliano Ramos, no início da década 1930.

Graciliano que foi eleito prefeito em 1927 e tomou posse em 1928, ocupou o cargo por dois anos, e ao final de cada ano enviava ao governador do Estado um relatório com a prestação de contas dos gastos da prefeitura, bem como as melhorias que ia aos poucos finalizando.

Seu governo foi de poucos amigos, pois não foi um prefeito dos acordos internos com figuras de prestígio na cidade. Como ele mesmo informou para o Governo do Estado de Alagoas em seu relatório de 1929, que procurou "estabelecer alguma ordem na administração".

Deste modo, tomando o seu governo, como talvez, o início da construção de uma política voltada para a modernização do espaço urbano, buscamos discutir as práticas higienistas de seu governo e como paulatinamente o cenário foi tomando outros ares. Citamos como exemplo a intensificação das instalações de estabelecimentos comerciais, uma política de proibição de tráfego de animais e outras ações formavam naquele momento aspectos da gestão de Graciliano Ramos.

Debatemos a década de 1930 como de fundamental importância para colaboração neste projeto de modernização, que se intensificou na década de 1950. Pois além dessas práticas higienistas adotadas na gestão do prefeito Graciliano, foi em 1933 que a linha férrea de Palmeira dos Índios que a ligava a capital e ao sertão, foi inaugurada.

Com o trem, primeiro meio de transporte terrestre a vapor coletivo da região, houve a viabilização da comunicação, da comercialização, assim como impulsionou principalmente a economia da cidade, pois além de facilitar o escoamento da produção para regiões vizinhas, deixava de ser transportada somente por tração animal, possibilitou a criação de feiras e comércio em suas proximidades. O trem foi um elo de integração, comunicação e comercialização.

As feiras em Palmeira dos Índios eram as maiores da região, agregavam comerciantes de vários municípios do agreste e sertão. Entendemos a feira como um espaço de sociabilidade e trocas de experiências e vivências. As feiras ocorriam dois dias por semana, as quartas-feiras e aos sábados, o último com um fluxo de movimento maior, talvez por ser fim

de semana e por boa parte da sociedade não estar em rotina de trabalho, e garantir a feira da semana seguinte.

Ainda discutimos a presença dos cinemas em Palmeira dos Índios que foi notícia desde a década de 1920, ano da inauguração da primeira casa de espetáculo. Os cinemas foram considerados como um lugar de lazer, de espalhar, de viajar, de se conectar com o “mundo lá fora”, com o outro.

Durante a década de 1950 o município contava com 03 (três) cinemas, sendo o Cine-Palácio o mais moderno da região, com espaço amplo, cadeiras confortáveis, receptivas em amortecer os corpos e cabeças dos palmeirenses e conduzi-los a uma viagem por outros lugares e espaços.

O segundo capítulo tem como eixo central de discussão o processo de industrialização na década de 1950 com os governos Vargas e JK e como esse processo foi incorporado no Estado de Alagoas e em Palmeira dos Índios. Percebemos como aos poucos o processo de industrialização chegou ao município e quais os impactos para a sociedade.

Atentamo-nos mais para um cenário político a nível nacional e local e suas formas de operacionalizar leis e projetos, sobretudo em prol da intensificação da industrialização e um Brasil mais moderno. Discutimos como as eleições presidenciais de 1955 foram tensas, e cheias de expectativas, e em uma disputa apertada com apenas 36% dos votos Juscelino Kubistchek (FAUSTO, 2013, CEDRO, 2019) alcançou a presidência ao lado de João Goulart como Vice.

E sob o lema de “50 anos em 5” elaborou projetos que visavam a modernização e a industrialização no território nacional, prática que ganhou força e foi absorvida também por outras lideranças políticas que implantaram modelos semelhantes em seus Estados. A industrialização/modernização não chegou a todo território nacional ao mesmo tempo e da mesma forma. Cada Estado, região implantou esta política de modos e ritmos diferentes, de acordo com a realidade econômica e social de cada local.

Em Alagoas, o resultado das eleições governamentais foi favorável a Muniz Falcão, que se tornou Governador do Estado³, seu plano de governo tinha ações voltadas para as classes populares, postura que não agradou a elite alagoana. No mesmo ano de sua posse, a

³ Ver: ZAIDAN, Tiago Eloy. **O arriscado jogo democrático: a conjuntura político-social de Alagoas no pré 1964**. Janeiro – abril, 2010.

COSTA, Rodrigo José da. **Sob o signo do sangue: a trajetória republicana em Alagoas e a sinfonia da violência em tom maior (1930-1964)** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

MOURA, Anderson Vieira. “Uma candidatura de inspiração popular”: a formação da Frente Popular Alagoana (1955). Cadernos de história, Belo Horizonte, v.17, n27, 2ª sem.– ISSN 2237-8871, 2016.

assembleia legislativa alagoana votou pelo seu *Impeachment*, mas no dia 11 de setembro de 1956, os deputados “foram vestidos para matar”, com capas pretas e tiroteio, feridos e mortos o ambiente tornou-se inóspito.

Em Palmeira dos Índios, o processo foi de muita instabilidade, durante a década de 1950, passou pelo poder executivo, três prefeitos diferentes, os apresentamos brevemente no decorrer do segundo capítulo. Ainda discutimos como a garantia e manutenção dos direitos básicos e trabalhistas foi uma luta reivindicatória dos trabalhadores, que nunca esperaram o governo se solidarizar com suas causas e cumprir seu dever, pelo contrário sempre foram às ruas gritarem pela manutenção e garantia dos direitos.

Enfatizamos também que os direitos dos trabalhadores rurais foram assegurados 20 anos após a promulgação da CLT, e ainda muito reduzidos. O Estatuto do trabalhador Rural (1963) não se aplicou, na prática a todos trabalhadores. Inúmeros trabalhadores (as) continuaram trabalhando na informalidade. Desta forma, com análise das Atas da Câmara dos Vereadores e o agenciamento de relatos de memórias buscamos perceber como a gestão municipal operacionalizou incentivos e novos projetos políticos visando o bem estar dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município, e de qual forma esses trabalhadores (as) buscaram (re) inventar suas vivências cotidianas, as suas astúcias.

O terceiro capítulo tem como eixo central de discussão as experiências no mundo do trabalho rural. Agenciamos os relatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais⁴ de Palmeira dos Índios, agreste alagoano, na década de 1950, ressaltamos que não seguimos uma escala linear do tempo e as memórias estão imersas em várias temporalidades, onde passado e presente se entrecruzam.

Apresentamos ao leitor as condições de vida dos trabalhadores (as) rurais. Elencamos a experiência como mestra da vida, pois são a partir delas que são moldados os saberes e conhecimento.

Um dos pilares fundamental para a sociedade é a educação escolar, um direito básico e todos, mas que na prática não foi efetivado. Com base nos relatos de memórias, não era fácil se manter na escola ou frequentá-la, nunca foi uma prioridade para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. A escola, de acordo com os relatos de memória foi a terra, a roça, a agricultura. Foi o trabalho que ensinou como continuar (re) existindo perante a ausência de políticas públicas, da efetivação dos direitos.

⁴ As entrevistas seguiram as normas da história oral. O roteiro de entrevistas foram semiestruturada e gravada em áudio e com autorização para uso dos relatos também gravados em áudios. Ver: ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Trabalhadores e trabalhadoras que partilharam conosco suas histórias de vida. Que em meio ao discurso de modernização, de industrialização da década de 1950, nos é narrado histórias de resistências e sobrevivências perante a um governo omissos aos direitos básicos.

Um governo que exaltava a modernização, mas, não se sensibilizava perante a vulnerabilidade das vidas de inúmeros trabalhadores (as) que estavam imersos na pobreza. De um governo que não cumpria o seu dever social, político e econômico. Uma política que não alcançavam todos e todas.

Mas, são as histórias de luta, de astúcias, de ganhos, perdas, de vivências e experiências compartilhadas por esses trabalhadores, e que nesta dissertação é apresentada e analisada. Homens e mulheres que deixaram marcas nos centros urbanos, nos cinemas, nos comércios, nas feiras, nas fábricas, que alicerçaram e garantiram em certa medida, que o boom da industrialização chegasse e permanecesse em Palmeira dos Índios. Trabalhadores (as) que tem inúmeras histórias, que contam histórias.

2 LUZ, CÂMERA E MUDANÇAS EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS

*Sejas sempre idolatrada,
Dentro em nosso coração,
Tu, Palmeira abençoada,
A Princesa do Sertão!
Teu passado glorioso
Tem origem secular
Nos heróicos xucurus
De bravura e fé sem par;
Cujos feitos nós seguimos
Como luz a nos guiar [...]*⁵

Iniciamos este capítulo com um trecho do hino oficial de Palmeira dos Índios, para aguçar o nosso imaginário em torno de sua construção enquanto cidade. Processo que perpassa a produção agrícola do município, sua principal base econômica. Os meios de transportes como o trem cujo seu badalo “anunciou” aceleração, ao tempo que substituiu em certa medida os transportes de tração animal; os cinemas que despertaram sonhos, imaginação e também foi palco de disputas por direito.

Atravessa a construção de um ideal modernizante, do ingresso no mercado competitivo de produção e da industrialização. Uma construção que também é movida por sonhos, medos, fantasias e desejos. Que deixou suas marcas nas memórias de um tempo e de um espaço⁶.

Esse hino foi composto por Luiz Barros Torres e José Rebelo Torres – apesar dos sobrenomes iguais, não eram familiares – foi classificado como oficial em 1966, pelo então prefeito José Duarte Marques, sob a lei de nº 691. José Rebelo Torres dentre várias funções que exerceu, ocupou a câmara de vereadores por 05 legislaturas. Enquanto, Luiz B. Torres deixou uma grande contribuição literária para a sociedade palmeirense. Autor de alguns livros, em que narra a história do município, principalmente com as narrativas sobre Xukuru-Kariri primeiros habitantes da região, patrono da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes (APALCA).

Juntamente com outros cidadãos elaborou os símbolos oficiais – bandeira, brasão e o hino – da cidade, deixou um grande acervo fotográfico das ruas, das feiras, das fábricas, sendo

⁵ Trecho do hino oficial de Palmeira dos Índios elaborado por Luiz B. Torres em parceria com José Rebelo Torres. Disponível em: <https://apalca.com.br/hino-de-palmeira-dos-indios/>.

⁶ O Espaço é por nós entendido como parte da experiência humana, o que fazemos dele, ou seja é resultado das relações particulares e compartilhadas, enquanto o tempo são marcas, as inscrições no espaço. Ver livro: **A memória, a história e o esquecimento** de Paul Ricouer.

também responsável pela criação do mito fundador “Tilixi e Tixiliá” que narra o nascimento do nome Palmeira dos Índios.

A letra do hino produz uma memória, que nos parece apontar várias questões que permeiam a narrativa do município. O hino foi elaborado em fins da década de 1960, período em que Palmeira dos Índios foi eleita como município modelo⁷. O desenvolvimento no setor agropecuário, têxtil e relevância econômica frente a outras cidades da região, a garantiu este título.

Ainda assim, foi também nesse período que alguns estabelecimentos foram fechados, a produção de algodão – na época um dos principais produtos agrícolas – diminuiu consideravelmente em relação às décadas anteriores.

O verso “*Teu passado glorioso*” parece remeter a uma época de grande efervescência política, cultural e econômica do município do qual os cidadãos sentem orgulho e nostalgia. E talvez, busque nele referências para (con) viver o presente, práticas (re) significadas, o passado – não tão distante – tornou-se para eles uma “*luz ao nos guiar*”, um retrovisor que sinaliza erros e acertos.

Vamos, nos “aventurarmos” pelas ruas de barro batido que logo se tornaram de pedras e calçamento; pelos sítios de estradas estreitas e produção abundante, pelos cinemas que possibilitaram encontros e desencontros amorosos. Vamos caminhar pelos trilhos do trem e conhecer o comércio que foi desenvolvido ao seu redor, as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que outrora fizeram parte do cotidiano da cidade de Palmeira dos Índios.

2.1 Luz, Câmera e Imaginação: Os cinemas

*“A luz vai apagando devagarzinho,
O mundo lá fora
vai se apagando devagarzinho
. Os olhos da gente vão se abrindo
Daqui a pouco a gente não vai
nem mais lembrar que tá aqui”⁸.*

Os cinemas são espaços onde cenas e sons ganham movimentos, e contam histórias diversas. São nas telas que as mocinhas conquistam o público, o herói se torna o galã e o vilão é o vilão. As cenas, o desenrolar da narrativa embriagam o público, que ansiosamente

⁷ “Visite Palmeira dos Índios – Município modelo (sic) de Alagoas”. Correio do Sertão. Dezembro de 1967.

⁸ Trecho retirado do filme “*Lisbela e o prisioneiro*”. Direção: Guel Arraes. Brasil: Globo filmes, 2003.

esperam o final do enredo. Por algumas horas, ou minutos imaginam estarem dentro das cenas, porque ao sentar e a luz apagar tudo pode acontecer.

Em Palmeira dos Índios, os jornais registraram que desde a década de 1920 já existia cinema. A primeira casa de espetáculo do município ficou conhecida como cinema Helvético, que tinha sua publicidade feita por um “bando de garotos percorrendo as ruas da comunidade, levando às costas os cartazes e, numa barulheira danada, ganzás, reco-reco, tambor e pandeiro, gritava: “Hoje tem cinema, hoje tem cinema” (*Tribuna do sertão*”⁹, 04 -10/08 de 1997).

A propaganda refletia não somente a euforia daqueles que eram responsáveis pela sua divulgação, que poderiam estar sendo pagos com dinheiro ou ingressos para o espetáculo, mas a de boa parte da população que tinha o cinema como lazer e diversão. A euforia da garotada se acalmava aos domingos quando o espetáculo começava.

Movendo-nos a imaginar e a sentir sensações diferentes e das mais variadas. Medo, apreensão, entusiasmo e felicidade pela história contada. Imagens e sons nos aprisionam de forma efêmera em uma tela ‘gigante’, que nos permite colocar a imaginação em funcionamento. Conhecer lugares sem precisar viajar, se tornar ‘íntimos’ dos personagens e refletir sobre possibilidades de novas histórias.

Histórias que podiam ser idealizadas em diferentes casas de espetáculo. Palmeira dos Índios foi ainda palco de outras instalações de cinema, como: o Ideal (1950) que também foi apelidado de “‘Cine Tripinha’, por ser bastante estreito e muito comprido [...]”¹⁰, o Moderno (1960) e o Cine-Palácio (1950) o maior e mais moderno cinema de Palmeira dos Índios.

No dia 14 do mês corrente, inaugurou-se em Palmeira dos Índios, o Cine Palácio, a mais moderna Casa de diversões do Estado. Dotado de Cinemascope, ar refrigerado, e outras inovações, o novo cinema, por certo, irá agradar imensamente ao povo de Palmeira. A cerimônia de inauguração foi presidida pelo Dr. Remi Maia, Prefeito de Palmeira dos Índios. Falaram na ocasião e o Monsenhor Francisco Macedo[...]. (O SEMEADOR, 19/10/1956)

A presença do então prefeito, Remi Maia (1951-1961¹¹) e do Monsenhor Francisco Macedo, nos indica que havia uma relação intrínseca entre a política e a igreja católica local, esse diálogo é registado em outros momentos de celebrações e inaugurações.

⁹ Esse jornal circula atualmente em formato impresso e digital.

¹⁰ *Tribuna do sertão*, 04 -10/08 de 1997.

¹¹ Renunciou ao mandato para assumir uma cadeira legislativa de Alagoas. Para concluir o mandato Robson Tavares Mendes foi eleito pela Câmara dos vereadores.

A imagem (1) é uma fotografia que faz parte do acervo de Ivan Bezerra de Barros, um cidadão palmeirense, escritor e jurista que salva guardou alguns documentos, entre eles jornais e fotografias sobre Palmeira dos Índios nas décadas passadas e nos cedeu em 2019 para que pudéssemos utilizar e corroborar com a nossa escrita.

Não temos informações sobre o fotógrafo, e suas intenções ao fazer o registro da fachada do Cine-Palácio. A fotografia, além da fachada, registrou a presença de pessoas, algumas possivelmente na bilheteria do cinema, e também de um automóvel.

Imagem 1 - Fachada do cinema Cine-Palácio



Fonte: Acervo particular de Ivan Bezerra Barros, década de 1950.

A imagem não capturou o prédio por completo, mas o recorte tornou possível percebermos as dimensões da estrutura física. Um prédio imponente e envolvente. E no seu interior, era onde a ‘magia’ acontecia. Ir ao cinema era uma maneira de relaxar, de lazer, de fugir da rotina, maneiras que poderiam ser vividas pela sociedade palmeirense. A juventude, a

elite, comerciantes, sujeitos mais abastados podiam vivenciar de forma mais corriqueira, enquanto trabalhadores rurais e sujeitos menos abastados não os tinham como rotina, mas como exceção.

O cinema, as telas permitiam imaginar sua vida em outra dimensão. O apagar das luzes era o acender do devaneio. No escurinho do cinema todos os sonhos tornavam-se possíveis.

O cinema é a diversão predileta do homem da cidade. O pobre e o rico, o grande e o pequeno, todos vão ao cinema, mais ou menos frequentemente. (...) São raras as pessoas que não gostam de cinema. Além de distrair, o cinema prende a atenção e deixa sempre, no espectador, uma impressão mais ou menos duradoura. (O SEMEADOR, 12/01/1954)

O jornal ‘O Semeador’ ao nos informar que o cinema é um espaço em que rico, pobre, grande e o pequeno frequentam, nos permite pensar que era um espaço em que a diversão era o fator predominante, isso não quer dizer que o cinema agregava todos e todas da mesma maneira, conforto ou tratamento.

E, a partir de cruzamentos com relatos orais de trabalhadores e trabalhadoras rurais que foram aos cinemas, assistiram filmes, que se permitiram viver momentos, viver o cinema, podemos pensar que era um espaço em que o trabalhador podia frequentar, mesmo que raramente.

Imaginar o cinema como um ponto de fuga é transforma-lo em uma ferramenta de modificação passageira do cotidiano. Uma fuga possível da realidade, do trabalho, do cansaço, da preocupação, mas que só era possível raramente e quando sobrava algum dinheiro um dinheirinho para comprar o ingresso.

Cícero Ricardo, trabalhador rural indígena, que cultivou algodão nas terras da aldeia Fazenda Canto¹². De altura mediana, magro, cabelos brancos que entrega a idade de quem já viveu inúmeras experiências em seus 71 anos de existência, bem humorado ao recordar suas memórias da juventude, uma época de muito trabalho – na agricultura, em usinas – e de pouca diversão, nos contou em 2020, que frequentou o cinema:

Frequentei, está com muitos anos. [...] sempre não, frequentei, mas dizer que sempre não. Às vezes algumas pessoas mais velhas que eu, chamava e eu ia para o cinema. [...] a gente gostava, achava bonito [...] era muita gente, salão grande” (Relato de Cícero, 2020).

¹² Terra Indígena Xukuru-Kariri/Palmeira dos Índios.

A ênfase na palavra “frequentei” nos pareceu uma forma de dizer “acredite em mim, eu fui”, nos atestando uma veracidade¹³. Ou até mesmo algo imprescindível na sua trajetória, na sua história. Afirmando que o trabalhador rural também ocupava espaços na cidade. Contou-nos que era a pé que ia aos domingos – raramente – assistir o espetáculo e sempre na companhia de um adulto.

À distância ou a periodicidade não reduziu o ânimo de Cícero Ricardo, ao rememorar uma fase de sua juventude. De contemplar o que ele achava bonito. De conhecer, conversar, rir com outras pessoas.

O interior dos cinemas eram espaços de encontros da diversidade, de crianças, jovens e adultos. O cinema também foi cenário de reivindicações de direitos. Estudantes da educação básica solicitaram junto à câmara dos vereadores de Palmeira dos Índios que o valor do ingresso de entrada para casas de espetáculos fosse meia entrada.

No ano de 1951, após um ano de funcionamento do maior e mais moderno – a época – cinema da cidade, o Cine-Palácio, aconteceu durante uma sessão ordinária da câmara dos vereadores um debate solicitando acessibilidade às casas destinadas a diversões e lazer, o então vereador Emerentino Araújo Costa fez um requerimento que solicitava o seguinte:

Solicita que se oficie ao sr. Prefeito , no sentido deste entrar em entendimento com proprietários de casa destinadas a diversões públicas, nesta cidade, com o fim de conceder aos estudantes locais, um abatimento de 50% nos ingressos cobrados, mediante apresentação de documentos. (CÂMARA DOS VEREADORES, 1951, p.36)

O ofício encaminhado pelos estudantes à câmara dos vereadores reivindicando a redução em 50% do valor cobrado nos ingressos, somente surtiu efeito após algumas solicitações ao decorrer do ano de 1951. O requerimento destinado ao prefeito foi aprovado em sessão, e encaminhado para o então gestor municipal Manoel Sampaio Luz (1951-1956) – Vulgo Juca Sampaio –. Não foi registrado em atas daquele ano o resultado final dessa disputa.

Contudo, mesmo que essa demanda não tenha sido atendida de forma imediata, ficou registrado que houve luta e promoção de pautas reivindicatórias de direitos, por uma juventude organizada e ciente de que se fazia necessário cobrarem uma melhor condição de acesso aos locais de lazer e entretenimento.

¹³ “A especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção de realidade é inseparável de seu acoplamento com auto designação do sujeito.” (RICOUER, 2007, p.172)

A lei¹⁴ que assegurou a meia-entrada em locais artísticos culturais somente foi sancionada no ano de 2013, ou seja, cerca de 60 anos antes, já existia em Palmeira dos Índios grupos dispostos a pleitear melhores condições de acesso aos estabelecimentos artístico-culturais. Promovendo ações organizadas e reivindicatórias.

Outro indício fornecido pela fotografia é a imagem de um automóvel e mais ao fundo uma bicicleta estacionada no meio fio, como podemos visualizar no recorte, imagem (2)

Imagem 2 - Recorte em contraste: Bicicleta e Automóvel



Fonte: Acervo particular de Ivan Bezerra Barros, década de 1950.

O enquadramento talvez tenha sido proposital, escolhido e definido pelo autor da fotografia. Mas, o que queremos destacar é o paralelo entre duas possíveis realidades, produzidas em um único momento e espaço pela lente do fotógrafo. A bicicleta, provavelmente pertence a um trabalhador urbano.

¹⁴ A lei de Nº 12.933, de dezembro de 2013 revogou a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001 e assegurou aos estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos o benefício de meia-entrada em espetáculos artísticos culturais. O artigo 1º dessa Lei diz o seguinte: “É assegurado aos estudantes o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, e todo território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público geral. (Presidência da República, 2013). Para mais informações sobre a Lei, acessar o link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112933.htm

Pois, para o trabalhador rural, bicicleta era coisa de rico, artigo de luxo. Mesmo diante de uma pandemia do novo Corona Vírus, José Balbino dos Santos, trabalhador rural, aceitou nos receber em sua casa, localizada em Dionísio, zona rural de Igaci¹⁵ para realizar uma entrevista. Ao chegar a sua casa, já estava sentado na área, nos esperando, todo arrumado e ansioso para narrar sobre sua trajetória. Nascido em 1951, tinha muita história para contar.

Entre um lampejo e outro de lembranças, nos contou sobre seu passado somado a vivências e experiências ao longo desses mais de 60 anos de sua vida. Quando questionamos sobre o que era luxo ou um sonho de consumo, ele nos respondeu:

No ano que eu comprei uma bicicleta, “Eita, o filho do Zé Balbino é fazendeiro, é rico”. Foi. Era LUXO. Assim, de novo eu trabalhava e sempre andava mais arrumado que os outros, porque eu trabalhava, era um negócio que eu queria fazer para minha vida. Era, aí rapaz, depois que eu comprei uma bicicleta foi a coisa mais linda do mundo, eu vendia uma novilha naquela época para comprar uma bicicleta. Foi uma Monark, 62, bonitinha, tinha um farol, ainda tenho o farol dela ali guardado, uma faixa branca. Era bem linda. (Relato de José Balbino, 2020)

A bicicleta era então, um artigo de luxo e um diferencial entre os próprios trabalhadores rurais, aquele que a possuía era rico. Mas, José Balbino fez questão de frisar “*de novo eu trabalho*” reafirmando que através de seu esforço conseguiu o que sonhava, e o que era considerado artigo de fazendeiro, uma Monark. A entrevista em áudio não conseguiu capturar, o que eu vi, a emoção, o orgulho de José Balbino em nos relatar que tinha uma bicicleta da marca Monark.

Se o áudio além de reproduzir a fala pudesse projetar imagem, ou se ainda o texto pudesse emitir sons, seria na frase “*foi à coisa mais linda*” que a emoção ecoaria Tão linda que o próprio José Balbino ainda guarda consigo o farol da bicicleta.

Notemos que havia uma hierarquia social entre os trabalhadores rurais de uma mesma região, ao menos é o que o relato de Balbino deixa transparecer. Zé, como gosta de ser chamado era de uma família rural mais abastada, já que as terras para plantação eram próprias e tinham criação de gado. O que pode, em certa medida, ter corroborado com a melhor condição para comprar uma bicicleta, e ter boas roupas.

É por este motivo, que colocamos como hipótese a bicicleta ser pertencente a um trabalhador urbano. Enquanto, o carro pode ser pertencente a um comerciante, político, fazendeiro ou burguês. Uma vez que a manutenção de um automóvel demanda uma quantia

¹⁵ Seguindo todo protocolo de medidas de segurança.

significativa de dinheiro, o que não condizia com a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da época.

Ter um automóvel tornou-se expressão de status privilegiado, e elemento de diferenciação social, ou seja, sabia-se quem era o rico ou o pobre pelas aquisições materiais. O automóvel atrelado à imagem do cinema compunham dois elementos do que convencionamos chamar de modernidade. A década de 1950 foi de muitas transformações nos diversos setores da sociedade. Foi um período em que o discurso e a prática da modernidade, principalmente as políticas de industrialização, se intensificaram.

O Brasil, que durante as décadas iniciais da Primeira República (1889-1930) era majoritariamente rural, procurava mudar o panorama da cidade, embelezando-a, propondo “[...] o atendimento uniforme as necessidades das várias regiões do país, a instalação de uma indústria básica [...] e um programa de nacionalizações que incluía as minas, meios de transportes e de comunicação [...]” (FAUSTO, 2013, p.92).²

Essas transformações no cenário urbano ocorreram paulatinamente em todo o território brasileiro, conforme as distintas realidades, contextos sociais, políticos e econômicos de cada região, Estado e cidade. Alagoas, no início do século XX, era predominantemente rural e sua principal fonte de riqueza econômica era a agricultura, principalmente os gêneros agrícolas açúcar e algodão (COSTA, 2016, p.28).

Contudo, quando o cenário urbano começou a modificar-se ampliando limites territoriais, com instalação de novos estabelecimentos comerciais, acarretando no aumento da demanda de trabalhadores, ocorreu um fenômeno que é associado a um dos primeiros aspectos de transformação da sociedade, a migração do campo para a cidade.

E, foi essa grande movimentação de habitantes que acelerou o processo de urbanização, que incidiu em um projeto de melhoramento da cidade, onde o representante político se esforçava “para mostrar serviço e contribuir para o melhoramento das edilidades. Alargar e abrir ruas [...]” (APRATTO, 2019, p.56).

Essas mudanças demográficas, sociais, econômicas, políticas e culturais, se encontram dentro de um contexto ainda mais amplo. Sidney Chalhoub, em sua obra “*Trabalho, Lar e Botequim*” (2012) onde analisa a cidade do Rio de Janeiro e suas transformações durante o início do século XX, pontua que:

Essas mudanças na demografia da cidade precisam ser percebidas dentro do quadro mais amplo da constituição do capitalismo no Brasil [...] no período compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. (CHALHOUB, 2012, p. 45)

De acordo com o autor, o contexto de urbanização vai além da estética das cidades, que buscavam igualar a um modelo Parisiense ou Estadunidense, mas, estava se instituindo uma nova maneira de gerir o capital.

O anseio por uma cidade “moderna”, palco de grandes instalações também foi refletido nas cidades interioranas. E Palmeira dos Índios, buscou meios de equiparar-se a este novo modelo. Em sua estrutura física e territorial, já se tinha elementos considerados modernos e industriais, e esses fatores foram responsáveis pela visibilidade do município.

O jornal Gazeta de Alagoas¹⁶, publicou a seguinte matéria:

Palmeira dos Índios é uma excelente cidade, viveiro de uma sempre nova e incomparável atividade, sob os pontos de vista. Tem diante de si um grande futuro, pois além de ser o centro e convergência de importantes estradas de rodagem, é servida pela “Rede Ferroviária do Nordeste”, que tantos e tão notáveis serviços vem prestando aos Estados de Alagoas, Paraíba, etc... É uma cidade regulamente abastecida de algo, tem bom calçamento, e é iluminada à eletricidade, tem bons edifícios, dois magníficos cinemas, consideráveis numero de hotéis. Possui um comércio que é importantíssimo na sua civilização [...] (GAZETA DE ALAGOAS, 1953).

A política local atrelada com a nacional fortaleceram as grandes construções, como calçamentos, hotéis e bons edifícios. Elementos como o cinema, a fotografia, o melhoramento e alargamentos das ruas, a ausência da circulação de animais, a construção das ferrovias se configuraram como modernizantes.

Talvez, as primeiras ações que modificaram o cotidiano da sociedade palmeirense e mais se aproximou com as práticas de melhoramento do espaço urbano, ocorreram durante a gestão de Graciliano Ramos (1928-1930).

Graciliano Ramos foi um escritor romancista. Sua literatura alcançou níveis nacionais e internacionais. Seu primeiro romance foi intitulado “Caetés” que tem como cenário o município de Palmeira dos Índios, no ano de 1933, onde a partir de seu personagem principal *João Valério*, é narrado o cotidiano, as rotinas e as interações sociais.

Há uma grande promoção do município como “Palmeira dos Índios terra de Graciliano Ramos¹⁷. Personagem ilustre que ganhou destaque e prestígio quando foi gestor, principalmente, por seus relatórios destinados ao governo do Estado terem uma escrita descontraída, bem-humorada e literária.

¹⁶ Um dos mais importantes veículos de informação do estado até os dias atuais.

¹⁷ Fator que gera certa disputa com o município vizinho de Quebrângulo, uma vez que, o escritor nasceu no referido município em 27 de outubro de 1892. Mas como cresceu e construiu sua trajetória política e literária em Palmeira dos Índios é reivindicado como cidadão palmeirense.

A família de Graciliano Ramos mudou-para Palmeira dos Índios no ano de 1910. Tornando-se proprietários de um pequeno comércio, no qual ele também trabalhou. O cenário da cidade que até então era intrinsecamente ligado ao cotidiano rural, com forte presença de animais nas ruas, nas praças, sofreu mudanças significativas sob sua gestão, que projetava uma cidade mais urbana, moderna.

Foi eleito prefeito em 1928, renunciando o cargo em 1930, quando foi convidado a assumir a imprensa oficial do Estado¹⁸. Contudo, os dois anos que ocupou o cargo de gestor municipal foi suficiente para efetivar mudanças no panorama da cidade.

Em seu primeiro relatório enviado ao então governador do Estado de Alagoas, Álvaro Paes, Graciliano Ramos de forma humorada e literária fez a prestação de contas, quanto gastou e quais obras foram realizadas, seguindo como parâmetro a verba orçamentária destinada ao município. Trata-se de um relatório bem detalhado.

Ramos, ao escrever o relatório em janeiro de 1929, referente a seu primeiro ano como gestor municipal em 1928, relatou que uma de suas primeiras ações, seria estabelecer ordem na administração pública:

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos o comandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha a sua administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam (RAMOS, 1929, p. 1-2).

O relato do prefeito Graciliano Ramos nos apresentou uma Palmeira dos Índios fatiada em lotes, e cada uma com um auto prefeito. Núcleos onde eram estabelecidas as relações de poder. Deixando espaço para se pensar que Lauro de Almeida Lima, eleito como chefe do executivo para a gestão de 1925-1928¹⁹ não tinha autonomia de gerir o território palmeirense, e deixava qualquer cidadão com relativo prestígio social exercer a função de prefeito.

Em seu relatório, define que essa era uma incumbência difícil e que encontraria diversos empecilhos para centralizar o poder e estabelecer uma nova ordem administrativa, resistências que se concentravam dentro e fora da prefeitura.

Anteriormente a sua gestão, a forma de gerir o município, colocada em prática, era de autonomia dos diversos detentores de poder – fazendeiros, inspetores, fiscais – e a população já havia se adaptado a modelo de gestão política implementado.

¹⁸ Atualmente em sua homenagem, passou a ser chamado de imprensa oficial Graciliano Ramos. Editora responsável pela publicação do Diário oficial do Estado.

¹⁹ Essas informações estão disponíveis no texto “vereadores e prefeitos palmeirenses desde 1838” de autoria de Luiz B. Torres.

E, quando Graciliano Ramos assume a prefeitura e defende uma organização da administração, a sociedade parecia não acreditar ser possível um prefeito gerir Palmeira dos Índios sem interferências, e avaliaram que Graciliano teria no máximo três meses de governo para então “levar um tiro” (Ramos, 1929, p.2).

Essas mudanças na configuração política iniciadas em 1928, provavelmente não cativaram os coronéis, fazendeiros, fiscais e inspetores que perderam a força no exercício das relações de poder que mantinham em seus ‘currais eleitorais’. Graciliano reconheceu que seu modo de fazer política não contentou alguns palmeirenses “Há quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anonymas, e adoeça, e se morda por não ver a infálivel maroteirazinha[...]

 (RAMOS, 1929, p.5)²⁰

Durante a sua gestão, teve como medidas de favorecimento as populações rurais, as construções de açudes em alguns sítios da região²¹ que os amparavam nos períodos de secas. As estradas também foram alvo de medidas de alargamento, de aterros e empedramentos, pois com as chuvas fortes eram abertos grandes buracos que impossibilitava a entrada ou saída de qualquer meio de transporte.

Algumas de suas medidas iam de encontro com os interesses dos fazendeiros e coronéis da região:

Favoreci a agricultura livrando-as dos bichos criados á toa; ataquei as patifarias dos pequenos senhores feudais, exploradores da canalha: suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte: estimulei as relações entre o produtor e o consumidor. (RAMOS, 1930, p.4)

Essas ações foram de grande relevância para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, pois garantia o cultivo da agricultura familiar, e principalmente sem os olhos vigilantes dos fazendeiros – ao menos na narrativa de Graciliano –, proibindo que eles cortassem as cercas da produção agrícola para dar espaço a criação de gado.

Houve ainda incentivos para a comercialização dos produtos agrícolas, estimulando a construção de novas redes de sociabilidades entre o trabalhador rural e os proprietários de comércio. Ivan Barros descreveu Graciliano Ramos como um prefeito imparcial e justo, cujo sua administração política foi pautada por princípios éticos e morais “surpreendeu a todos com seus relatórios e sua austeridade com o dinheiro do povo e imparcialidade nas decisões

²⁰ Os erros ortográficos não foram retificados. A ortografia está de acordo com a escrita original.

²¹ Não temos conhecimentos de pré-requisitos para a escolha do local.

[...]” (BARROS, 2006, p. 300-3001), como gestor definiu como prioridades, as demandas sociais da população, sem deixar de lado à econômica.

As verbas destinadas para obras, de acordo com os relatórios, eram insuficientes para realizar construções de maiores proporções, sendo possível apenas um remendo nas ruas que estavam esburacadas para que durante o período chuvoso não inundasse a cidade.

Graciliano Ramos relata:

Cuidei bastante da limpeza pública. As ruas estão varridas; retirei o lixo acumulado pelas gerações que por aqui passaram; incinerei monturos imensos, que a prefeitura não tinha suficientes recursos para remover. Houve lamurias e reclamações por se haver mexido no cisco preciosamente guardado em fundos de quintaes, lamurias, reclamações e ameaças porque mandei matar algumas centenas de cães vagabundos; lamurias e reclamações, ameaças, guinchos, berros e coices de fazendeiros que criavam bichos nas praças. (RAMOS, 1929, p.3)

O trecho do relatório apresentado acima, Graciliano Ramos relata que mandou matar os cães de ruas, para que estes não vagassem pela cidade. Provavelmente, para aquela época a presença dos animais não condizia com o embelezamento da cidade.

Os relatórios expressam sua preocupação com medidas de limpeza da cidade, durante sua administração em Palmeira dos Índios. Constatou desigualdades sociais e econômicas, as quais tentou solucionar focando no corte de regalias e procurando meios para melhoria das condições para a zona urbana e rural.

Como ele mesmo afirma “*Se a minha estada na Prefeitura por estes dois annos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos*” (1929, p.5). Ele sempre esteve ciente que suas atitudes foram de encontro aos interesses de coronéis, fazendeiros e outros personagens influentes sobre as camadas populares. Mas, o prefeito não “*Fechou os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325:500 de multa*”²².

Não se tinha verbas orçamentárias suficientes para sanar todas as demandas que a cidade carecia. Mas, a “cidade está limpa” (1930, p.2) e isso já emitia significados, entre eles o de ‘civilidade’²³. A década de 1930 foi ainda marcada pela instauração da linha férrea. A

²² Relatório de Graciliano Ramos, 1929, p.5

²³ Assim como Arco Verde-PE na década de 1970, Palmeira dos Índios-AL desde a década de 1930 ‘internalizou’ o discurso “franco desenvolvimento”. Desta forma, “a higienização e limpeza da cidade são apontadas como fatores determinantes da civilidade” (AMORIM, 2011, p.57). As práticas dos moradores deveriam ser cívicas.

inserção da malha ferroviária que cortava a cidade até Porto real de colégio²⁴, interligava Palmeira dos Índios com o sertão e litoral alagoano e estados circunvizinhos.

O novo meio de transporte alterou o cotidiano dos palmeirenses, que passaram em grande medida a se locomoverem para cidades vizinhas no trem, e criaram novas redes de sociabilidades com a criação de uma nova feira, a do bacurau, que ocorria às noites, e nos arredores da estação ferroviária.

2.2 Linha Férrea: O apito do trem anuncia boas novas: intensificação e ampliação do comércio

As iniciativas nacionais relativas às construções das ferrovias remontam ao início do século XIX. Ainda no governo imperial, quando foram criadas as primeiras leis que incentivavam as construções ferroviárias. Para atender as necessidades do setor econômico de exportação, ligando locais de extrações de minérios, de produções agrícolas e matérias primas com os portos. Mas, este processo foi mais efetivo na segunda metade do século XIX.

A primeira ferrovia do Brasil estava localizada na cidade do Rio de Janeiro, e ligava a praia do Mauá com a localidade de fragoso, sendo o Barão de Mauá e visconde de Mauá o responsável pela construção que foi inaugurada no ano de 1854 (SIQUEIRA, 2002; SILVA, 2015.).

As estradas de ferros provocaram grandes transformações no setor econômico, configurando-se também como um projeto de integração das regiões do Brasil, sendo este mais efetivo no início da segunda metade do século XIX. De acordo com Siqueira (2002) as instalações das estradas de ferro no país em grande medida foram de responsabilidades de empresas britânicas que tinham interesses próprios como “atender às áreas de produtos exportáveis, tais como o açúcar, o algodão, cacau e café” (2002, p.1).

A experiência com as estradas de ferro que interligavam as regiões, facilitando a comunicação entre interior/capital, Estado/Estado, não foram iguais em todas as regiões do Brasil. Em vários Estados do Nordeste as construções e estabelecimentos das companhias ferroviárias datam meados do século XIX. Inaugurando-se um meio de transporte que alterou as configurações que se tinha de tempo e espaço, no que diz respeito à viagem de barcos,

²⁴ Malha ferroviária que interligava Palmeira dos Índios a Porto Real do Colégio foi construída na década de 1950, ficou conhecida como Ramal do Colégio. Para mais informações ver: “A vida Urbana em Alagoas: A importância dos meios de transporte na sua evolução”. Roberto Lobato Corrêa. 1992.

navios, marítimos em geral ou em tração de animal, o trem tornava o deslocamento mais rápido e confortável.

Em Alagoas, o estabelecimento das primeiras malhas ferroviárias remonta meados do século XIX, estando sob o comando da empresa internacional “*The Alagoas Brazilian Central Railway Company Limited*”, também conhecida como *Alagoas Railway*, de origem britânica. De acordo com Silva (2015) a primeira linha férrea foi inaugurada no território Alagoano em março de 1868 na cidade de Maceió, atual capital do Estado, que interligava o porto com o trapiche da barra, passado pelo centro da cidade.

Um dos principais objetivos era atender as demandas econômicas de exportação de produtos agrícolas. Informações contidas no artigo “*As primeiras ferrovias do Nordeste Brasileiro: Processo de Implantação e o caso da Great Western Railway*” de Tagore Vilarim de Siqueira (2002) nos mostra que, além de passageiros, os principais itens conduzidos era a cana-de-açúcar, cereais e o algodão.

Dentre os gêneros que eram transportados em quase todo território do Nordeste, o açúcar e o algodão eram os principais gêneros exportados de Alagoas, e também os principais gêneros agrícolas cultivados no Estado. Nas zonas Litorâneas concentravam-se os latifúndios da cana-de-açúcar, enquanto nas regiões do Agreste e Sertão predominavam minifúndios de produção algodoeira.

Para além de um projeto de integração das regiões sertanejas para litorâneas, foi construída para atender uma demanda econômica, a de comercializar os produtos do interior para Capital, facilitando o comércio internacional, assim como proporcionou os surgimentos de pequenos núcleos de povoamento ao seu redor.

As pessoas ficavam “[...] à espera do trem, lotados de passageiros e mercadorias, cartas, jornais, revistas, frutas, e as notícias vinda da capital [...]” (BARROS, 2006, p. 54), a chegada do trem, na década de 1930, modificou o *modus vivente* da sociedade. Alguns dos palmeirenses quando precisava deslocar-se a Capital, ou outra região, quer seja para comercializar seus produtos agrícolas, quer seja para resolver pendências ou simplesmente viajar/passear deslocavam-se para Quebrângulo²⁵, onde já tinha estabelecido à estação ferroviária.

O percurso era realizado caminhando, ou por meio de transporte à tração animal pelos caminhos estreitos, esburacados e de mata grande, a viagem poderia demorar horas e ser

²⁵ Quebrângulo é uma cidade próxima a Palmeira dos Índios e a instalação da linha férrea se deu primeiro em seu território, deste modo, os cidadãos Palmeirenses que desejassem comercializar ou viajar para outras localidades deveriam ir até estação de trem mais próxima.

cansativa. A construção de um imaginário em torno da necessidade de se ter um meio de transporte mais ágil, seguro e confortável, como o trem, que já estava implantado em cidades vizinhas, como Quebrângulo e Viçosa, se intensificou no território palmeirense. Que almejava ter em seu território uma estação ferroviária. Logo abaixo tem um mapa das estações ferroviárias

Mapa 1- Estações ferroviárias em Alagoas, 1963



Fonte: Ramos (2019) Apud Tenório (1979)

No mapa, podemos identificar cidades alagoanas onde foram implantadas as linhas ferroviárias. Dentre estas, estão Palmeira dos Índios (1933), Igaci (1947) e Porto Real do Colégio que foi uma das mais tardias (1950). Quando a malha ferroviária chegou à Colégio, houve alteração no nome do Ramal que passou de “Ramal Palmeira dos Índios” para “Ramal do Colégio”, como ficou conhecido.

De acordo com a notícia publicada pelo Jornal da Manhã em uma matéria que entrou em circulação no ano de 1927, os estudos para a construção da estrada de ferro naquele

território já havia sido iniciado, e a malha ferroviária seria prolongada até Porto Real do Colégio²⁶, vejamos:

No município de Palmeira dos Índios, Alagoas, foram iniciados os estudos para a construção de uma estrada de ferro ligando aquele município a Porto Real de Collegio. Realizada essa construção, ficariam ligados entre si seis estados do nordeste brasileiro: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parayba e Rio Grande do Norte. (Jornal da manhã, 1927)

A construção da linha ferroviária quando efetivada, ligaria entre si seis estados do Nordeste brasileiro: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parayba²⁷ e Rio Grande do Norte o que facilitaria e intensificaria a comunicação entre eles. Mas, a projeção continuou apenas na teoria. E, quatro anos após a divulgação da primeira matéria que apresentava a possibilidade da construção da malha ferroviária, o jornal Folha da Manhã publicou uma nota em que afirmava que Palmeira dos índios quer ter ferrovia:

Palmeira dos Índios quer ter ferrovia: Maceió: 21 (A.B.) – Em Palmeiras dos índios causou indignação a suspensão dos trabalhos de prolongamento da Great Western, quando as pontas de trilhos já se achavam a 1.600 ms. Daquela futura cidade sertaneja. A população de Palmeiras dos Índios recorda que há tempos vinham sido arrancados os trilhos da mesma estrada, quando se achavam perto da cidade. (Folha da manhã, 1931)

Os jornais são meios de comunicação, cuja sua principal função é informar à população o que está acontecendo no país, no Estado, na cidade. São “enciclopédias do cotidiano” que registram fragmentos do presente, realizado sob o influxo de compromissos e interesses (LUCA, 2008). Mas, para além de ser informativo, é também um instrumento político.

O jornal também se configurou em um dos elementos da modernidade. A criação e circulação das matérias, e anúncios nas cidades interioranas, em especial, Palmeira dos Índios, representou um meio possível de denúncias, informações e propagandas comerciais que ajudavam nas vendas, e representava principalmente que o município estava inserido em uma rede de comunicação a níveis municipais, Estadual e até quem sabe Nacional.

²⁶ O que ocorreu 14 anos após a inauguração do ramal de Palmeira dos Índios. Em 1950 com a extensão da malha ferroviária até Colégio, passou a ser conhecida como Ramal do Colégio.

²⁷ Paraíba, de acordo com ortografia atual.

No ano de 1933 foi inaugurada a linha férrea²⁸ de Palmeira dos Índios, também conhecida como Ramal do Colégio que interligava as regiões do sertão a litorâneas. Uma obra de extrema importância para região, que impulsionou o seu crescimento econômico, bem como, modificou o *modus vivente* do cotidiano da sociedade palmeirense. Intensificando as relações com regiões do Agreste e Sertão.

A posição geográfica de Palmeira dos Índios, enquanto “porta para o Sertão e Capital do Agreste”, como é referenciada, permitia essas ligações, inclusive com o Agreste Pernambucano, o qual na década de 1950 irá exercer mais influência no município que a própria Capital, Maceió, Palmeira dos Índios expandiu sua influência (CORRÊA, 1992).

O advento do trem trouxe consigo, para além dos parâmetros da modernidade, a simbologia do tempo, representando um “aceleramento do tempo”. Um tempo que não era lento como chinar do carro de boi²⁹, que ruía durante horas pelas estradas estreitas de barro, do campo para cidade ou o da carroça de burro, cujo galope do cavalo não era tão ágil quanto às rodas de ferro que corriam pelas estradas feitas de aço.

O apito do trem anunciou uma nova forma de comercialização. O historiador Douglas Apprato Tenório em sua obra *Capitalismo e Ferrovias no Brasil* (1996) descreve que com a chegada das estradas de ferro os meios de transportes por tração animal foram substituídos:

Quando ainda não havia caminho de ferro nem estrada de rodagem, quando o carro de boi, gemendo os cações, era veículo preferido para o transporte de cargas em terreno pouco acidentado; quando os caminhos nada mais eram do que espaços naturais entre as árvores ou não passavam das trilhas abertas pelos carregadores humanos e pelas patas da gadaria, quando uma população escassa pulverizou-se numa base física de imensas proporções, quando os núcleos de ocupação se perdiam na vastidão da hinterlândia, foi a tropa de animais, silenciosa e heroica, varando sertões, atravessando rodovias, rasgando matas, vadeando rios, galgando paredões escarpados, equilibrando-se em abruptos declives, que assegurou e manteve a circulação de produtos e mercadorias, canalizando vida e civilização para os grupos humanos que se haviam enfumado pelo Brasil adentro. (GOULART apud TENÓRIO, 1996, p.56)

Nesta citação, o autor expõe que muito rapidamente os transportes movidos à tração de animais – meios de *transportes silenciosos e heroicos* – para o deslocamento de cargas ou até mesmo das pessoas foram substituídos, neste caso, pelo trem que comportava uma maior

²⁸ Benjamin em seu texto *Paris capital do século XIX* (1985) estudou as condições e transformações da cidade de Paris no século XIX e como foi se constituindo o pensamento burguês e o fetiche da mercadoria. Ele situou o ferro como o primeiro elemento a constituir as linhas férreas, sendo então um elemento da modernidade. Com a instalação dos trilhos de ferro, Palmeira dos Índios se via sob o signo da modernidade.

²⁹ É um ruído produzido pelo atrito das madeiras do carro de boi. A roda é de madeira e as dimensões circular é coberta por uma camada de ferro.

quantidade de produtos agrícolas para comercialização e transportava as pessoas com um nível maior de conforto.

A citação reconhece e enumera as diversas funções que eram realizadas pelos carros de bois, carroças de burras por estradas estreitas e esburacadas. Transportes que foram utilizados durante muito tempo, e asseguraram os meios de circulação dos produtos e mercadorias por toda região do Brasil. Mas, que em um ritmo frenético foram substituídos e considerados ultrapassados.

O trem representou para uma parcela dos moradores de Palmeira dos Índios, não somente um símbolo da modernidade, mas tornou-se um elemento essencial no cotidiano da cidade:

A sineta da estação foi por muito tempo o relógio da cidade. E o imenso relógio de madeira talhada, o ponto de referência horária da comunidade [...] O sino da estação anunciava: 10 batidas, 10 horas. Quanto ao trem havia um ritual: uma batida, atenção. Duas batidas, o trem ia partir, três batidas, o trem partia, devagar, resfolegando. (BARROS, 2006, p.55)

Os sons, emitidos pelo soar do apito do trem passaram a ter significados que conduziram o modo de viver, de se relacionar com o tempo e o espaço. De acordo com a narrativa de Barros (2006) havia na estação ferroviária um imenso relógio de madeira talhada que se tornou um relógio comunitário.

O relógio não marcava somente o tempo cronológico, mas um tempo simbólico. Simbólico por representar uma conquista. As batidas do sino foram (re) significadas, cada batida um significado. O giro dos ponteiros aproximava ou afastava o horário da partida, e da chegada do trem. E, os comerciantes que se estabeleceram ao seu redor, provavelmente, ficavam ansiosos por sua chegada e sua partida.

A linha do trem impulsionou o comércio. A intensificação da comercialização resultou no crescimento econômico do Município, promovendo uma visibilidade a nível Estadual. Direccionava-se para a segunda cidade mais importante do Estado de Alagoas, mantendo-se em uma posição inferior somente para a Capital, Maceió.

O potencial econômico de Palmeira dos Índios foi registrado em uma espécie de diário de campo pelo antropólogo Carlos Estevão de Oliveira (1937), que a menciona como Campina Grande Alagoana, ou seja, tinha potencial econômico para disputar com a Capital do estado.

Desenvolveram-se comércios aos arredores da estação ferroviária, um deles foi a conhecida feira do Bacurau que acontecia a meia noite. “A feira do Bacurau tinha intenso movimento, com a venda de pinhas, mangas, caju, abacaxi, as frutas nativas. Era uma enchente de gente até pegar o trem da meia-noite, em demanda a porto Real do Colégio.” (BARROS, 2006, p.55).

Os principais gêneros agrícolas citados acima são cultivados na zona rural do município. Levando em consideração o modo de produção, podemos avaliar que os vendedores eram residentes nos sítios e povoados – trabalhadores (as) do campo – que se deslocavam durante a noite/madrugada para vender seus produtos entre uma batida e outra do sino do trem.

Entre a espera e a chegada do trem, os passageiros intensificavam suas interações sociais e culturais. Aprendendo e ensinando novas práticas culturais. Tecendo e absorvendo novas experiências nesse espaço com diversas formas de táticas, astúcias e vivências. Em 2019, entrei em contato com Ivan Bezerra Barros, um dos escritores da cidade, jurista e que salvaguardou documentos históricos sobre Palmeira dos Índios. Durante o período do contato, estava morando em Recife, cursando as disciplinas do mestrado.

Impossibilitada de ir ao encontro de Ivan Barros na data que ele definiu, de imediato procurei uma solução, solicitei para que Cássio Júnio fosse me substituindo e explicasse a situação, o que não poderia acontecer era deixar de ir. Muito simpático e aberto a negociações de novas datas, remarcamos. O contato inicial estava pautado na solicitação de pesquisas em acervos e a disponibilização dos mesmos para a escrita, contudo, as conversas, histórias e memórias de Ivan, me levaram a perguntar se poderia entrevista-lo. Conversador como é, de prontidão aceitou.

Em outubro de 2019, Ivan Bezerra de Barros, de cabelos grisalhos, usando seus óculos que lhe atribuía um “ar” de intelectualidade, com seus 74 anos de idade, nos narrou com domínio das palavras e uma construção da narrativa bem estruturada sobre o desenvolvimento econômico de Palmeira dos Índios:

A linha férrea foi a força primária da comunicação e do desenvolvimento, mas ela cresceu assus [...] também você veja, muita vez eu viajei de trem pra Maceió, a gente saía daqui meia noite, chegava no outro dia 6hrs da manhã, já pensou um trem passando Viçosa, Anel, Cajueiro, Capela, Rio Largo era uma coisa, a gente chegava em Viçosa com uma fome danada, dormindo naquele trem “ururu ururu ururur”, me lembro que o velho comprava uns pão doce que vendia na estação, a estação era como era aqui também, aqui também, era assim... Os vendedores de comida, de frutas ia para estação vender aos passageiros, e lá naquela praça perto da estação, descendo umas escadas existia a feira do Bacurau, era feira, toda vendia frutas,

alimentos, era uma feira noturna e muito frequentada, entendeu? [...]” (BARROS, 2019)

Ele apresentou como força motriz para a prosperidade econômica à chegada do trem. Indica-nos uma prática comum nas estações ferroviárias, à concentração de vendedores para atender as necessidades dos passageiros, ao mesmo tempo em que angariavam dinheiro. Em algumas estações o trem partia a meia noite e chegavam a seu destino apenas no horário da manhã, os passageiros ficavam com “*uma fome danada*”.

A viagem passava por várias localidades, o que permitia o passageiro sonhar e imaginar enquanto estavam adormecidos, ou fantasiar acordado apreciando a beleza por onde o trem passava. O entrevistado ao falar “*já pensou o trem passando por Viçosa, Anel, cajueiro, capela, Rio Largo era uma coisa*”, demonstrou um grande entusiasmo. A ação contemplativa fazia com que a demora ao chegar ao destino escolhido, fosse reduzida a momentos de apreciações, de aspirações, de imaginação.

Imaginar por entre um quadrado de vidro reluzente as possibilidades de vistas, as inúmeras possibilidades de escolhas foi um ato comum de alguns cidadãos palmeirenses. Outra prática que se tornou recorrente foi a de crianças à espera do trem para venderem pelas janelas seus doces, salgados, frutas:

Imagem 3 – Trem parado na estação de Palmeira dos Índios.



Acervo de Byron Torres *ano não informado.

Antes mesmo do soar do apito do trem sinalizando que iria parar ou partir, crianças estavam a postos para venderem seus produtos. Na imagem acima identificamos duas crianças em terra, uma menina de aparentemente 09 a 10 anos de idade de vestido, rudia³⁰ na cabeça, e ao lado um menino aparentemente da mesma idade, de camiseta e calção, ambos com bacias nas mãos oferecendo os produtos aos passageiros adultos e crianças que estavam nos vagões do trem, apenas com a cabeça inclinada para fora.

As crianças do lado de fora que olham para dentro na esperança de vender algo, e voltar para casa com algum dinheiro, estão vulneráveis a qualquer tipo de violência física ou simbólica. A começar, pela retirada do direito de estarem na escola ou até mesmo brincando. O olhar pela janela pode montar diversos cenários, desde a contemplação da paisagem que segue os trilhos do trem, até circunstâncias de vulnerabilidade.

O trem foi o ponto de partida para ebulição econômica. Possibilitou a criação da feira e do comércio aos seus arredores, proporcionando aos trabalhadores e famílias alguma renda para aliviar os efeitos da pobreza, que ora pode ter sido gerado e intensificado por essa mesma modernidade que trouxe para a cidade a linha ferroviária.

Os moradores da cidade tiveram seu cotidiano transformado com a chegada do trem, o cotidiano, as relações sociais e culturais foram aos poucos sendo moldados com novas percepções de enxergar e viver o espaço. Assim como a população rural que mesmo não vivenciando diariamente o soar do apito do trem, (re) inventaram seus hábitos e costumes, maneiras de comercializar. E, no espaço urbano trocaram experiências e vivências com indivíduos de diferentes regiões.

Prática que se intensificou nas décadas seguintes com a construção da rodovia, que ligava Palmeira dos Índios a Maceió. Ação que se configurou em uma das principais obras do então governador do Estado, Arnon de Mello (1951-1956), pois se tratou da primeira rodovia asfaltada em direção ao interior de alagoano³¹.

No livro em que narra sua experiência como governador publicado no ano de 1958, Arnon de Mello elenca algumas de suas principais ações como governador, entre elas a construção de rodovias, destacamos a de Palmeira dos Índios que foi inaugurada em 29 de janeiro de 1956. Roberto Lobato Côrrea em seu artigo “A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transportes na sua evolução (1992) pontua o seguinte:

³⁰ Rudia é o nome popular em Palmeira dos Índios para um tecido enrolado e depois dado voltas, para servir de suporte para algo pesado a ser sustentado na cabeça.

³¹ Ver livro “Uma experiência de governo (1958)” de Arnon de Mello.

[...] um desses nós, em Alagoas, seria a cidade de Palmeira dos Índios. Sua posição entre regiões diferentes, como capital do agreste e porta do sertão, já tinha outrora influenciado a vida da cidade. Novamente agora ela entraria em jogo, beneficiando a sua vida urbana e favorecendo seu progresso. Antes mesmo de deixar de ser “ponta de trilhos”, já estava ligada a Garanhuns e Caruaru, vale dizer, ligada a Recife e, portanto, recebendo a sua influência, seja no seu comércio, seja nos capitais que movimentam os seus estabelecimentos industriais de beneficiamento de algodão. (CÔRREA, 1992, p.15)

Palmeira dos Índios foi um dos primeiros municípios interioranos a receber uma rodovia asfaltada. A narrativa apresenta, como a cidade de Palmeira dos Índios havia construído relações comerciais com outros polos, os das cidades vizinhas, de outro Estado, relações que tornaram possíveis com a chegada do trem e que provavelmente se intensificariam com a inauguração da rodovia. E como Recife influenciava o comércio palmeirense.

O então governador Arnon de Mello (1958) agiu com astúcia quando constatou que as relações econômicas deste município se faziam com cidades de Estados vizinhos, Recife/ PE, ou com outros polos comerciais como Garanhuns e Caruaru, já a sua relação com a Capital ficava o “massapê e pântano” (Mello, 1958, p.84), e promoveu a construção da rodovia que ligaria Palmeira dos Índios à Maceió, Capital do Estado.

A construção da rodovia incentivaria a produção na área do Agreste e Sertão. E essa produção seria escoada principalmente para Maceió, isso por que:

Se no verão de 1951 um caminhão, de capacidade média de seis toneladas, transportava, em doze viagens por mês de Maceió a Palmeira e de Palmeira a Maceió, 144 toneladas, hoje transporta, em igual período de tempo, 672 toneladas, ou seja, mais 528 toneladas por mês, o que equivale a 466% de aumento da produção do veículo. (MELLO, 1958, p.113)

Com a rodovia, o tempo de locomoção do transporte foi reduzido e o de produção elevado, esse, talvez, seja o *Xis* da questão. Com a implantação da rodovia, Palmeira dos Índios começaria a comercializar de forma mais intensa com a Capital, rendendo lucros para Maceió e não somente para regiões vizinhas.

Palmeira dos Índios foi um município que se construiu a partir da produção agrícola, do trem, com o aumento da população, então precisava se incorporar ao mercado competitivo de produção, e consegue se incorporar a este, quando traz para cidade elementos da modernidade. E, é palco de disputas econômicas e de poder e se impõe enquanto uma cidade de grande autonomia e prestígio.

Este município conseguiu mostrar sua imponência com os cinemas, tanto em quantidade como qualidade, com prédios e hotéis, bons calçamentos como bem descrevem a notícia no Jornal Gazeta de Alagoas em 1953, e agora com a rodovia. O município também foi bastante conhecido pelas suas feiras-livres, que ocorriam duas vezes por semana, aos sábados dia de maior movimento e as quartas-feiras³².

2.3 “Quem é que come uma lavoura que tira no ano”: A feira livre e a troca de experiências

A feira é um espaço de grande circulação. Da criança ao adulto. Um local onde os sentimentos se exalavam, amores, desamores e até os desaforos. As práticas eram reforçadas, era a pechincha – a tentativa de baratear o produto – de um lado, era a gritaria para chamar a atenção do público por outro. Fazer a propaganda de seus produtos da melhor maneira possível. Um ambiente de venda e compra de alimentos, roupas e acessórios; local de trocas de experiências.

As feiras ao ar livre são uma prática recorrente no Brasil que ocorrem com certa periodicidade semanal, “[...] é na maioria das localidades utilizada como serviço de utilidade pública pelos municípios, voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios básicos”³³. A feira foi um dos principais meios de abastecimento da cidade.

As feiras livres em Palmeira dos Índios aconteciam duas vezes por semana, aos sábados e às quartas-feiras. A que ocorria aos sábados tinha uma maior movimentação, talvez por ser fim de semana e a maioria das pessoas do meio rural não estarem trabalhando, fosse ao alugado³⁴ ou em sua agricultura.

O local da feira, aos sábados era na atual Praça da Independência³⁵, que na década de 1920 era um espaço com poucas construções e de chão batido como veremos na próxima imagem. A outra feira que ficou bastante conhecida acontecia às quartas, na Praça do Rosário³⁶, que fica nas mesmas imediações que a primeira.

Estamos trazendo duas imagens, a primeira é referente à feira na Praça da Independência datada ainda na década de 1920 quando Palmeira ainda estava com uma

³² As feiras ainda ocorrem com a mesma periodicidade.

³³ AMORIM, 2011, P.68.

³⁴ Uma expressão usada – em Palmeira dos Índios – para se referir a um modo de trabalho pago por outra pessoa. O pagamento geralmente é por diária (dia de trabalho). O patrão pagava ao trabalhador no final da semana.

³⁵ Além das feiras, nesta praça ocorriam eventos públicos e atrações culturais. Atualmente, a praça não sedia a feira-livre, sendo apenas espaço de sociabilidades.

³⁶ Na Praça do Rosário está localizado o prédio da antiga igreja do rosário dos pretos, atualmente sediando o Museu Xukurus.

paisagem mais rural do que urbana, e a segunda é do ano de 1950 na Praça do Rosário onde já havia calçamentos.

Mesmo as fotografias não sendo da mesma feira em anos diferente, elas conseguem nos mostrar como o projeto de urbanização, modernidade, foi paulatinamente desenvolvendo-se. E, como os locais ficam nas mesmas imediações, e sendo a feira da Praça da Independência de maiores proporções, provavelmente, as mudanças ocorreram em ambos espaços.

A imagem (4) estava em posse de Luiz B. Torres um dos personagens que contribuíram com a escrita da história do município com seus registros sobre a cidade, religião, os índios Xukuru-Kariri, bem como a criação dos símbolos oficiais. Ele colecionava vários registros fotográficos, recortes de jornais, documentos, um acervo considerável que deixou em posse de seu filho, Luiz Byron Passos Torres³⁷.

Não possuímos informações se foram registradas por B. Torres ou por outra pessoa. O enquadramento da foto é também um enquadramento daquela vivência. O recorte, o ângulo, o enquadramento foram escolhas do fotógrafo.

Imagem 4– Vista panorâmica da feira livre na Praça da Independência



Acervo de Byron Torres (1920)³⁸

³⁷ Luiz Byron Passos Torres primogênito de Luiz B. Torres era comerciante e ficou encarregado do acervo montado por seu pai (quando faleceu em 1992), chegou inclusive a ampliá-lo com mais fotografias. Byron faleceu no ano de 2006.

³⁸ As fotografias do acervo de Byron Torres usadas no decorrer desta narrativa histórica foram cedidas por Orlando Alves Campos, então presidente do DNCOS, em formato digital no ano de 2020.

O ângulo selecionado da primeira imagem (4) é de cima, talvez feito de uma janela superior de um prédio, para mostrar não apenas a feira, sua abrangência, e força econômica ainda na década de 1920, mas também a cidade.

Na fotografia, percebemos que há uma grande circulação de pessoas na feira, Ivam Barros (2019) recordou que as pessoas vinham de outras cidades comercializar e comprar neste município “a feira de Palmeira era maior que a feira de Arapiraca. Era muitas barracas”. O comparativo com a cidade de Arapiraca acontece, por esta ter crescido nas últimas décadas e superado economicamente, territorialmente e em números de habitantes a cidade de Palmeira dos Índios.

Podemos notar também que na década de 1920 já existia construção de casarios imponentes ao redor da feira, do comércio. A feira era um espaço onde circulava os mais diferentes tipos étnicos e sociais: o índio, o quilombola, o trabalhador rural, o comerciante citadino, o posseiro, o fazendeiro, o morador de rua e etc... , proporcionando uma diversidade nas formas de comprar, de negociar, de ganhar dinheiro, de buscar o alimento.

Um espaço de construir novos laços de amizades e fortalecer os que já existiam, de trocas de experiências e territorialização³⁹. A imagem também nos leva a pensar como as marcas rurais estavam presentes neste espaço. Observemos que há presença de animais neste cenário, cavalos que eram o transporte das pessoas e cargas, para o deslocamento do meio rural para zona urbana. Podemos observar duas árvores grandes que ofereciam sombra para o descanso ou espera.

A imagem (5) é da feira que acontecia na Praça do Rosário. Registrada no ano de 1950, e já podemos notar algumas mudanças na tessitura urbana. As ruas passaram de chão batido e esburacado para ruas com calçamentos. A presença de animais já não pode ser notada, pelo menos não foram capturadas pelas lentes da câmera.

A década de 1950, período em que foi feito o registro da feira-livre que acontecia na Praça do Rosário, foi de transformações e mudanças. Mudanças no cenário urbano. Houve aumento de construções de casas, prédios, comércios, o que nos indica o aumento da população na Zona Urbana, ou até mesmo uma migração do campo para cidade. As instalações de fábricas e cinemas⁴⁰ também compunham este cenário.

³⁹ Ver: artigo “*uma etnologia dos índios misturados*” de João Pacheco de Oliveira.

⁴⁰ As instalações das fábricas e cinemas não estão no enquadramento da foto, mas na década de 1950 já estavam instalados na cidade. O cinema como vimos teve sua primeira casa de espetáculo na década de 1920, na década de 1950 houve uma ampliação.



Fonte: SILVA, João Paulo Omena, 2017, p.30⁴¹.

Mudanças que começaram a ser executadas desde a década de 1930 com a gestão Graciliano Ramos. A preocupação em calçar as ruas com pedras, certamente paralelepípedos, para evitar alagamentos e esburacamentos das ruas durante períodos chuvosos. E a noção de cidade limpa e ‘acolhedora’ com a ausência dos animais circulando entre as pessoas ou amarrados em locais abertos.

A década de 1950 foi o momento em que o discurso crítico acerca do tráfego dos animais na cidade, ficou mais intenso. E foi pauta de discussão na casa legislativa de Palmeira dos Índios. Em sessão ordinária, foi colocado em pauta o pedido do então vereador de mandato Aristeu Teixeira Cavalcante (1948 -1951; 1951-1955): “[...] que seja oficiado ao Dr. Prefeito, no sentido serem tomadas devidas providencias, quanto ao transito pelas ruas da cidade dos veículos “carros de boi” (1950, p.8)”.

Provavelmente, a lógica pela qual operava o vereador Aristeu Teixeira Cavalcante, no tocante às proibições de carros de bois pelas ruas da cidade assemelha-se com o processo que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Na cidade carioca as reformas urbanas na França serviram de referência. Alargamento das ruas, derrubada dos cortiços, entre outras mudanças. Essa perspectiva parece também ter sido idealizado por Aristeu Teixeira

⁴¹ A imagem foi retirada da dissertação de mestrado de João Paulo Omena. Ver: SILVA, João Paulo Omena. **Entre o soar dos sinos e o apito do trem:** modos de pensar o Museu Xukuru de Palmeira dos Índios. Dissertação de mestrado em Arquitetura e urbanismo: dinâmicas do espaço habitado – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2017.

Cavalcante, sobretudo em relação à circulação dos carros de bois nas ruas de Palmeira dos Índios.

Os legisladores de Palmeira dos Índios, os operadores das leis, buscaram lançar propostas para avançar o desenvolvimento urbano. Então ao tempo que chegava os automóveis na cidade, ansiava-se por retirar os carros de boi e carroceiros do centro da cidade, já que não eram considerados condizentes com o cenário. Onde se tinha um processo não somente de higienização dos espaços, mas principalmente uma higienização social.

Neste trilho de avanços com indústrias e com a formação de uma nova categoria de trabalho no município, o operariado assalariado. Desejava-se retirar o trabalhador rural do centro comercial da cidade porque a sua circulação constante representava – ao pensamento da época – atraso, sobretudo para um município que estava imerso em um processo de modernização. Estamos nos referindo a um município cujo suas bases eram agrícolas, e que até meados da década de 1970 abasteciam as fábricas de algodão da cidade.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais eram também os feirantes, os fornecedores de matéria-prima. Eram os responsáveis por boa parte do abastecimento agrícola da cidade. Impulsionavam a comercialização e o giro do capital, contudo não eram reconhecidos como parte integrante desse cenário que se construía e se estabelecia como avançado.

Eles eram vistos como abastecedores da cidade:

É importante atentarmos para os elementos que compõem um a cidade, bem como para a ideia entre espaço urbano e meio rural. A cidade, o lugar do comercio, do dinamismo, da novidade, que se modifica com a velocidade das modernizações. Enquanto o meio rural é tido como o lugar das tradições, do estático, mas com o papel de abastecer a cidade. (AMORIM, 2011, p. 38-39)

Podemos pensar os trabalhadores rurais de Palmeira dos Índios nesse contexto do que foi chamado de modernidade, onde ora são considerados “atrasados”, ora são cruciais para o abastecimento da cidade. Isso, nos leva a questionar sobre que política de modernidade é essa que expulsa para a margem o trabalhador rural, que é a peça fundamental para alcançar êxito nesse ‘jogo’.

Ivan Barros (2006) escreveu um livro sobre Palmeira dos Índios onde reconhece a importância da produção rural e crítica à falta de políticas públicas destinadas a estas populações: “município predominantemente agrícola e de pecuária, entretanto, a assistência ao homem do campo, nos faz cobrir de vergonha, pois o produtor [...] do campo não recebe o devido estímulo”. (2006, p.421).

Não pensemos os trabalhadores e trabalhadoras rurais como vítimas, mas como astutos por conseguirem (re) inventar suas práticas e vivências perante a um sistema que não os ofereciam oportunidades. Pois, não se pensou à época políticas que atendessem as demandas sociais e econômicas deste segmento da sociedade.

Analizando as atas da câmara dos vereadores dos anos de 1950 e 1951, não identificamos nenhuma lei, proposta ou projeto de seguimento econômico, de auxílio, proteção veiculado as populações rurais, discutiam a aprovação de verbas para celebrações, como o carnaval, destinadas ao Aeroclube, clubes esportivos e outras pautas. Notamos certo comprometimento com o social, no âmbito educacional com criações de projetos de lei que autorizavam a criação de escolas municipais nas áreas rurais.

Sabe-se das dificuldades de deslocamento do campo para cidade – pensando o município de Palmeira dos Índios em meados do século XX – o que impossibilitou a adesão a escolas, o que é refletido no alto índice de analfabetismo e semianalfabetíssimo⁴² no Estado Alagoano. As escolas na Zona- Rural atenderam uma demanda social urgente, a da alfabetização.

Mas, não significou dizer que toda população teve acesso ao ambiente escolar, pois, na época era de praxe que todos os membros da família, inclusive as crianças, trabalhassem na lavoura. Grande parte dos trabalhadores (as) entrevistados nos relatou que frequentaram a escola até a 4ª série – hoje 3º ano – o acesso era limitado, pois eles deveriam trabalhar na agricultura, para ajudar os pais.

Trabalhadores e trabalhadoras rurais (re) existiam e demarcavam seu espaço. Montavam logo cedo suas barracas, por vezes antes mesmo do amanhecer. Demarcavam semanalmente seu ponto e espaço de comércio noturno na estação ferroviária e centros da cidade. Circulando livremente na cidade, se impondo enquanto cidadão portador do direito de ir e vir. Personagens de extrema importância para a cidade e para toda a sociedade que abasteciam suas casas.

Durante os dias de feira o trabalhador rural chegava à cidade para comercializar seus produtos, quer fossem nas barracas de madeira, coberta com uma lona clara para protegerem os produtos e a si mesmo da exposição do sol, ou chuvas, quer fossem nos cantos com auxílio de balaies, ou mesmo em esteiras no chão.

Antônio Ezequiel Gonçalves, de estatura mediana, trabalhador rural, aos seus 72 anos de idade concedeu uma entrevista ao professor Marcelo Góes Tavares e a mim, relatando

⁴² Designação referente a pessoas que sabem somente assinar o próprio nome.

sobre sua infância, juventude e fase adulta. Dentre os relatos de memória nos contou sobre sua produção agrícola e a forma de escoamento.

Contou-nos que não tinha terra para plantar e por esse motivo, plantava na terra dos outros e realizava todo o processo de preparação da terra para cultivar a lavoura “[...] Arava a terra, quando era pra plantar palma a gente plantava e quando num era plantava capim [...]”. (Relato de Antônio Ezequiel, 2018). Essa era uma prática comum na zona rural de Palmeira dos Índios. Fazendeiros, proprietários de lotes de terra aproveitavam dessa vulnerabilidade e exploravam o trabalhador rural.

O discurso proferido na época por esses donos de terra era que estavam cedendo a terra e não exigiam pagamento pelo uso, mas o trabalhador deveria plantar capim ou palma quando tirasse a lavoura do terreno. Essa linguagem, na maioria das vezes, era incorporada pelo trabalhador como uma ação de benevolência do fazendeiro, que não cobrava dele o uso da terra, somente que ao final da colheita plantasse capim ou palma.

Ao ser questionado sobre o uso da terra, Ezequiel nos contou que não pagava nada. Que “o pagamento era a gente plantar e tirar a lavoura e o capim dar pra ele, num pagava nada não”. Notemos que Ezequiel parece não compreender que está pagando pelo uso da terra, não com dinheiro em espécie, mas com a mão de obra. O Trabalho na terra parece não ser entendido como forma de pagamento.

Talvez, retirar a lavoura sem precisar dividir com o proprietário da terra já fosse o suficiente para o trabalhador aceitar as imposições feitas a ele. Quando colhia os gêneros agrícolas como feijão, milho, fava e algodão, levavam para as feiras, as fábricas. Sobre a produção alimentícia ele nos falou “Vendia, meu filho, quem é que come uma lavoura que tira no ano, dando boa não come.” (Relato de Antônio Ezequiel, 2019).

Essa frase nos fornece indícios que se tinha por meta uma plantação mediana que após a colheita servisse para alimentar a família e para comercializar nas feiras, gerando um lucro para a compra de outros produtos. Mas, essa dinâmica dependia da safra, no final da frase ele enfatiza “*dando boa, não come*”, então entendemos que a venda passava por uma dinâmica não previsível e dependente dos ciclos da natureza.

Quando a safra era positiva, o que não se comia se vendia, e essa produção era vendida na feira de Palmeira dos Índios e Rainha Izabel⁴³ (como ele mesmo nos narrou). Então percebamos que o trabalhador rural ocupava a feira, vendia seus produtos, comprava outros artigos de consumo, e (re) significava experiências e compartilhava vivências.

⁴³ Distrito do município de Bom Conselho em Pernambuco, Estado vizinho.

As táticas de (sobre) vivências no meio rural as astúcias, os medos, os desejos, anseios e receios são sensibilidades possíveis que permeiam este processo. A feira-livre se configurou em um dos principais dispositivos de sobrevivência familiar. Entendendo esse espaço como de circulação de mercadorias – compra e venda – onde a família podia vender seus produtos de gêneros agrícolas, quer fossem nas bancas de tábuas cobertas por uma lona ou em balaio no chão, o que importava era ao fim do dia ter dinheiro no bolso e a farinha e o feijão para abastecer a mesa.

A feira, o comércio se destacava por sua dimensão, por conseguir agregar um público e uma comercialização diversos:

No passado, não muito distante, Palmeira dos Índios possuía cerca de 500 estabelecimentos comerciais, entre atacadistas, ambulantes e varejistas. No setor industrial nas décadas de 50,60 e 70 além de 2 fábricas de sandálias, possuía 2 fabricas de beneficiamento de algodão e de óleo de mamonas, uma fábrica de cofres e [...]” Quase toda a região comprava no comércio palmeirense que improntava ferragens, tecidos, produtos farmacêuticos, perfumes, livros, farinha de trigo e cerveja e exportava milho, feijão, algodão, em pluma e caroço, óleo de mamona e de algodão, couros, sal, mel, aguardente, guaraná, roupas populares, mármore, cal e frutas (caju, manga, pinha, Banana) [...] (BARROS, 2006, p.421)

Notemos que a citação nos revela uma Palmeira “gigante”. As décadas de 1950, 60 e 70 são destacadas pelo autor como de maior potencial econômico, com destaque para o ramo industrial. O comércio palmeirense se configurou, desde a década de 1920 até fins da década de 1950 início da década de 1960, como um dos maiores e mais importante da região, exercendo grande influência sobre cidades vizinhas, a exemplo de Arapiraca e Delmiro Gouveia⁴⁴, os comerciantes adquiriam diversos produtos, desde gênero alimentício de higiene, roupas, mármore, cal, algodão e etc..., que eram comercializados no município.

Assim como o comércio, as feiras livres do município tinham grande visibilidade e aderência por parte de comerciantes e feirantes de toda a região. A imagem (4), da vista panorâmica da feira que ocorria na Praça da Independência, testemunhou um tempo – 1920 – e inúmeras possibilidades narrativas de experiências históricas. Registrou a existência de uma tessitura urbana com aspectos rurais, o chão batido, animais soltos.

A fotografia não conseguiu capturar os cheiros, mas aguçaram a nossa imaginação a pensar no encontro dos odores, do cheiro forte dos cavalos, cães, bois e outros animais, misturado com suor ou perfume dos feirantes, comerciantes e da população que ia ao encontro da feira.

⁴⁴ Atualmente essas cidades superaram a importância econômica de Palmeira dos Índios.

Imaginar um dia chuvoso que traz o cheiro de terra molhada, ou a poeira de um dia ensolarado levantado pelo galope do cavalo, e o caminhar apressado. E como paulatinamente esse cenário vai sendo transformado. A feira passou então, imagem (5), feira que ocorria na Praça do Rosário, a ser ‘erguida’ sob as ruas cobertas com pedras, um calçamento, sem a presença de animais, o cheiro que pairava no ar, possivelmente, era a mistura do perfume, do suor e da poeira.

A paisagem da cidade foi alterada. O cotidiano da sociedade, os hábitos, a mentalidade, a forma de viver e conviver foram direcionados a se adaptarem a uma nova lógica de se relacionar com as coisas, com tempo e o espaço.

Certa vez, sentada em um sofá e conversando sobre a vida, rememorando um passado recente, ou um passado presente⁴⁵, uma mulher de aproximadamente 40 anos de idade e anos de experiência, olhou dentro dos meus olhos e falou “Infelizmente tivemos que acompanhar o tempo, porque o tempo não para. Vai evoluindo, evoluindo e temos que acompanhar”.

Essa frase é curta e profunda porque nos mostra como à adaptação a novos modos de viver, de conduta impostas para a sociedade, deixa pelos caminhos práticas e experiências vividas em prol do novo. Mas, continuamos seguindo o tempo, reinventando práticas, astúcias, construindo novas memórias e experiências.

E assim convidamos o leitor a continuar atento a nossa narrativa que se sucederá nos próximos capítulos. Apresentaremos a política dos anos de 1950, a ‘corrida’ por um Brasil mais industrializado e como esse processo perpassou pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Narraremos um pouco sobre o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios na década de 1950. Tecendo suas memórias, suas vivências e experiências no lidar do campo, das táticas e astúcias que apropriavam como elementos de ® existências.

⁴⁵ Ver “Estratos do tempo: estudos sobre a história” de Reinhart Koselleck. 2014.

3 NOS ENLACES DA MODERNIDADE: DO CENÁRIO POLÍTICO À FÁBRICA DE BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Na década de 1950, diferentes agentes e atores sociais atuaram em busca da chamada modernidade. A política foi marcada por fortes tensões por todo o Brasil. O suicídio de Vargas em 1954, o projeto político de industrialização de Juscelino Kubistchek, colocado em prática em 1955 e em Alagoas a mobilização de um novo conceito no campo político, o dispositivo do *impeachment*⁴⁶ em 1957, foram alguns dos acontecimentos que também marcaram esse período.

No decorrer deste capítulo discutimos como as eleições presidenciais de 1955 foram tensas. Onde, uma aliança entre o Partido Social Democrática – PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB lançaram uma chapa “disposta a defender o legado de Vargas e com capilaridade nacional: Juscelino Kubitschek para presidente e João Goulart para vice-presidente” (SCHWARZ; STARLING, 2015, P.412). Essa composição, não cativou os membros da União Democrática Nacional – UDN que sob um discurso moralista apoiou o general Juarez Távora. Plínio Salgado (PRP) e Ademar de Barros (PSP), também disputaram a vaga presidencial.

A vitória de Juscelino foi apertada, contando com apenas 36% dos votos (FAUSTO, 2013, CEDRO, 2019). Sob o lema “50 anos em 5” construiu seu governo pautado principalmente, no discurso de industrialização e modernização do território nacional. Seu legado ficado marcado pela projeção e construção de Brasília, como Capital do País.

Em Alagoas, a eleição governamental foi disputada por Afrânio Lages, candidato da União Democrática Nacional (UDN) apoiado por Arnon de Mello então governador de Alagoas, e Sebastião Marinho Muniz Falcão do Partido Social Progressista (PSP), apoiado por Gois Monteiro, ex-governador do Estado.

O resultado foi favorável a Muniz Falcão, que se tornou Governador do Estado⁴⁷. Foi empossado no ano de 1956. Mas suas ações políticas – consideradas por muitos como

⁴⁶ Ver artigo “Trabalho, política e estado de exceção (Alagoas, 1950 e 1960)” de Marcelo Góes Tavares. Neste artigo ele faz uma discussão sobre os trabalhadores urbanos de Alagoas, em especial os das vilas operárias, evidenciando as tensões políticas da época e a construção da cidadania, mobilizando as memórias de trabalhadores (as) sobre o período.

⁴⁷ Ver: ZAIDAN, Tiago Eloy. **O arriscado jogo democrático: a conjuntura político-social de Alagoas no pré 1964**. Janeiro – abril, 2010.

COSTA, Rodrigo José da. **Sob o signo do sangue: a trajetória republicana em Alagoas e a sinfonia da violência em tom maior (1930-1964)** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

populista –, não estavam alinhadas as demandas e exigências da elite agrária local que perdia espaço político e poder, e em 11 de setembro do mesmo ano a Assembleia Legislativa decidiu votar seu *Impeachment*, o que não ocorreu naquele momento, porque o ambiente se converteu em um campo de batalha com tiroteio, mortos e feridos, como veremos um pouco mais a frente.

Em Palmeira dos Índios, na década de 1950 houve instabilidade no governo. Durante este período a cidade contou com três gestões de prefeitos. Alguns presidentes da Câmara dos Vereadores como Canuto Mota Acioli (1951) e José Paulo da Silva (1954/1955) chegaram a assumir o cargo interinamente, enquanto o prefeito eleito Manoel Sampaio Luz (1951-1955) respondia a júri popular por irregularidades no relatório apresentado a Câmara referente às despesas públicas.

Remi Tenório Maia que foi eleito prefeito em 1955 e poderia cumprir o mandato até o ano de 1961⁴⁸, renunciou o cargo para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Alagoas, sendo Robson Tavares Mendes eleito pela Câmara dos Vereadores para assumir a gestão da prefeitura. Algumas das principais obras realizadas por essas gestões registradas em atas foram construções de escolas, calçamentos, energia elétrica, e a construção do hospital Santa Rita da Associação Beneficente de Palmeira dos Índios.

No ano de 1943, havia sido promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, umas das principais legislações de garantia de direitos dos trabalhadores urbanos. Uma notável e fundamental conquista do povo. Na década de 1950 as lutas pela ampliação de direitos continuaram, inclusive com a incidência de diversos movimentos grevistas:

Uma série de graves explodiu em 1953, entre as quais se destacaram a chamada greve dos 300 mil em São Paulo e dos marítimos, abrangendo os portos do Rio de Janeiro, Santos [...]. A greve do 300 mil ficou conhecida em referência ao número de trabalhadores grevistas, ente outros, operários do setor de calçados, têxteis, marceneiros, gráficos e vidreiros, reivindicando 60% de aumento salarial e a revogação do Decreto-lei nº 9.070 que [...] inviabilizava a legalidade dos movimentos grevistas. (FAUSTO, 2013, p.112)

A luta por direitos, sobretudo com respaldo no arcabouço jurídico trabalhista, sempre foi pauta reivindicatória dos trabalhadores, que se fazia ver e ouvir nas lutas políticas. Dispositivos como carteira de trabalho, a criação da Justiça do Trabalho, a Junta de

MOURA, Anderson Vieira. “Uma candidatura de inspiração popular”: a formação da Frente Popular Alagoana (1955). Cadernos de história, Belo Horizonte, v.17, n27, 2ª sem.– ISSN 2237-8871, 2016.

⁴⁸ No ano de 1955 o tempo de mandato de prefeito foi prorrogado para seis anos. Ver texto: **Vereadores e prefeitos palmeirense desde 1838 de Byron Torres.**

Conciliação e Julgamento, e principalmente a CLT⁴⁹, foram alguns instrumentos de possibilidades de cidadania e dignidade destes trabalhadores.

Vinte anos após a promulgação da CLT, que assegurava direitos aos trabalhadores urbanos, conseguiu a ampliação dos direitos e a abrangência aos trabalhadores rurais. Foi promulgado em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural que lhe assegurava alguns direitos, e com ressalvas. Somente trabalhadores com carteira assinada e recebendo um salário mínimo:

Definindo o trabalhador rural como “toda pessoa física que presta serviços a empregador rural... mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte em dinheiro e parte *in natura*”, a Lei nº 4.214 tornou obrigatória a concessão de carteira profissional a todo trabalhador rural maior de 14 anos independente do sexo, estipulou a jornada de trabalho em oito horas e instituiu o direito ao aviso prévio e à estabilidade. Nenhum trabalhador poderia ser remunerado com base inferior ao salário mínimo regional. Os trabalhadores menores de 16 anos receberiam a metade do salário atribuído ao adulto. Além disso, o estatuto assegurou o direito ao repouso semanal e às férias remuneradas.⁵⁰

Essa legislação não alcançou, na prática, os trabalhadores rurais de Palmeira dos Índios, que desde antes e mesmo após a promulgação do Estatuto continuaram como trabalhadores (as) informais, sem garantia dos direitos básicos existentes na legislação. O relato de José Alfredo, que mora em Dionísio, zona rural de Igaci, nos forneceu vestígios sobre isso “não, nunca apareceu ninguém para mim dar direito, assim desse lado do trabalho da agricultura, nós vivia por nós, trabalhando com o conselho daquele mais velho”, ou seja, a experiência transmitida de geração em geração⁵¹ garantia a manutenção física do seio familiar.

A prática de uma política nacional voltada para o incentivo da industrialização, urbanização foi intensificado não somente nas grandes capitais, ou em cidades e Estados que estavam se construindo enquanto polo industrial de desenvolvimento, mas inspirou as cidades do Agreste e Sertão Alagoano. Palmeira dos Índios que se destacou pela produção agrícola, logo agenciou meios de enquadrar-se aos moldes de uma sociedade esteticamente limpa, urbana e moderna.

E, algumas medidas foram adotadas, a principal delas era a conceder a grandes empresas, indústrias, fábricas e outros estabelecimentos a isenção de impostos. Durante os

⁴⁹ Ver obra: *Cidadania e direitos do trabalho* de Ângela de Castro Gomes (2002). Neste livro, ela faz uma espécie de cronograma com todas as leis que foram aprovadas par os trabalhadores urbanos.

⁵⁰ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

⁵¹ Benjamin em seu texto “Experiência e pobreza” elucida a importância da experiência. Daquela passada de geração a geração, a do conhecimento, a do saber. Ver: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas v. 1 de Walter Benjamin, 2012.

anos de 1950 houvesse instalações de várias fábricas e armazéns espalhados por todo território palmeirense. Uma das fábricas que destacaremos é a Algodoeira Limoeirense - S.A (ALGOLIM), uma das maiores fábricas de beneficiamento⁵² de algodão da região e com o maior tempo de funcionamento. Armazéns espalhados pelos distritos e zona rural compravam a produção de algodão das famílias da região, maior parte dessa produção era revendida para a ALGOLIM.

Nos próximos tópicos, vamos apresentar discussões sobre a política dos anos 1950, focada principalmente na corrida pela modernização e industrialização de todo território nacional. Que perpassam os embates políticos de uma época. Pela internalização do discurso e da prática da estética, do novo, do moderno pelas cidades interioranas, em especial, Palmeira dos Índios. Ao tempo que passamos pelas fábricas e produção algodoeira local que supria as necessidades do consumo destes estabelecimentos.

3.1 Cenário Político em Alagoas

Nas eleições de 1950, surgiram duas figuras que se tornariam importantes no cenário político em Alagoas. Arnon Afonso de Farias Mello, filiado ao Partido da União Democrática Nacional – UDN, foi eleito governador do Estado⁵³ em 1950. E Sebastião Marinho Muniz Falcão, pernambucano que foi para Alagoas na década de 1940 a “convite do interventor Varguista Ismar de Góes Monteiro,—para chefiar a Delegacia do Trabalho no Estado” (ZANDAN, 2010, p.40), foi eleito neste mesmo ano como Deputado Federal.

A família de Arnon de Mello, era do Estado de Alagoas, proprietários do engenho Cachoeirinha em Santa Luiza do Norte. Ainda durante sua adolescência se envolveu com grupos de intelectuais como Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Diégues Junior, José Lins do rego, “na década de 1920, debatia, publicava e organizava eventos artístico-culturais em Alagoas” (COSTA, 2011, P.07).

Arnon de Mello voltou para Alagoas em 1950. E, neste mesmo ano se lançou candidato a governador do Estado pela UDN e saiu vitorioso do pleito. Em 1952 se tornou proprietário do Jornal diário “A Gazeta de Alagoas”⁵⁴, um dos mais antigos e importantes

⁵² Processo prévio para a industrialização, em que se separa a fibra da semente do algodão.

⁵³ Alagoas foi um dos três estados a eleger um governador da União Democrática Nacional (UDN) em 1950. (MOURA, 2017. P. 01)

⁵⁴ O Jornal Diário Gazeta de Alagoas consiste no veículo de maior circulação do Estado. Fundado em 25 de fevereiro de 1934, pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira. (ZANDAN, 2010, p.02)

jornais de Alagoas – ainda em circulação no Estado –. Arnon possuía o meio de comunicação, dispunha do controle da construção de narrativas favoráveis a sua figura.

Seu discurso soava como um apelo popular:

[...] observo como sofre o nosso povo, cujas necessidades dia a dia aumentam com o encarecimento da vida. Homem do povo que me prezo de ser, sinto como na própria carne os sofrimentos do povo alagoano, que, mal vestido, subnutrido, faminto, desiludido, desenganado, abandonado, até já adquiriu, abem dizer, o direito de não ter fé. (MELLO, 1958, p.8)

A idealização deste personagem que se solidarizava com as angústias populares, o garantiu como governador do Estado com 56.962 votos contra 36.338 obtidos pelo ex-prefeito de Maceió, Luís Campos Teixeira, apoiado pelo ex-governador Silvestre Péricles (CARVALHO, 2015). As fábricas têxteis em funcionamento na década de 1950, como a Carmem em Fernão Velho, Alexandria em Bom Parto, em Maceió e outras, eram grandes colégios eleitorais e, portanto, local onde Arnon buscava sempre discursar, na tentativa de conquistar votos.

Arnon de Mello escreveu e publicou em 1958 um livro intitulado “Uma experiência de Governo”. Com uma linguagem bem articulada e objetiva tentava uma aproximação com as dificuldades enfrentadas pela população, principalmente as camadas populares:

[...] a pacificação de Alagoas, é de fato, o seu objetivo fundamental. Meu temperamento de homem a quem as paixões pessoais nunca fazem esquecer os interesses públicos, e que, embora não se esquive ao combate, procura sempre manter a serenidade, deu-lhes a certeza de que, fiel aos princípios que nos congregaram e determinado a tudo fazer pela vitória da causa por que nos vimos batendo, serei eleito, o governador de todos os alagoanos. Não nos animam ódios nem vinganças. Nada há que rezeir da nossa vitória, que não será de ninguém nem contra ninguém: será a vitória do povo de Alagoas. Não visamos a perseguir nem a castigar, mas a construir e a estimular todas as energias em benefício do engrandecimento da terra comum. O nosso principal problema é, no momento, o da tranquilidade [...] (MELLO, 1958, p.7-8)

Neste livro, narra sua trajetória política e tenta construir sua imagem como um político ativo, destemido e pronto para enfrentar as dificuldades que viessem aparecer no Estado, apontando como uma de suas principais bandeiras, a luta contra a violência. E ainda que o trabalho, a produção, a tranquilidade do trabalhador seja ele urbano ou rural estava atrelado com a amenização desses conflitos.

Era também meta de seu governo a baixa dos preços, adquirir produtos de consumo alimentar deveria estar ao alcance de todos. Mas, o que era para ser promessa cumprida, converteu-se em palavras jogadas ao vento, na prática, o governador udenista não resolveu as

problemáticas. O Jornal “A voz do Povo”, publicou uma matéria na qual expunha que “a carestia parece ser o problema principal, quando o charque chega a custar 50 cruzeiros” (A voz do povo, 1954), ou seja, o preço não estava acessível, pelo contrário, estava muito caro.

E ainda neste contexto, o Jornal *A Voz do Povo* – jornal Comunista, com direção de Jayme Miranda – expôs a precariedade da vida dos operários:

Os comunistas, então, tomaram como centralidade do debate político, as condições de vida e os direitos trabalhistas. O Jornal *A Voz do Povo* reproduziu um texto-memorial que teria sido assinado por 700 operários e encaminhado ao governador. Nesse texto, expôs a elevação do custo de vida e os defasados salários. (TAVARES, 2016, P.188)

A elevação do custo de vida não estava em acordo com as propostas do governador Arnon de Melo, que propunha desenvolvimento econômico e preços acessíveis no mercado de consumo dos trabalhadores. Nenhuma ação foi realizada em prol do homem do campo, a carestia dos produtos básicos de consumo – charque, farinha – foi mais uma adversidade na vida dos trabalhadores, que não tinham nem sequer a garantia de um salário mínimo.

O governo de Arnon de Melo foi marcado por uma gestão conservadora e elitista. No pleito de 1955 para o governo, apoiou Afrânio Lages, que segundo a folha comunista “[...] além de fascista, era o candidato de interesses norte-americanos, como também representava uma continuação do atual estado de violência e miséria⁵⁵” (MOURA, p.1, 2017), foi derrotado politicamente por Muniz Falcão, eleito governador do Estado de Alagoas.

Sebastião Marinho Muniz Falcão era pernambucano, mas entre 1938 a 1943 atuou como delegado do Trabalho em Alagoas. Por sua atuação em fiscalizar as relações trabalhistas, seu discurso de defensor dos pobres – assemelhando com o discurso do ex-presidente Vargas – divulgando os direitos trabalhistas, fazia com que Muniz se apresentasse como um político comprometido com as transformações que estavam em curso na economia e sociedade (COSTA, 2011).

O pleito eleitoral foi acirrado e Muniz falcão foi eleito governador com 53.085 pelo Partido Social Progressista – PSP contra 49.669 de Afrânio Lages da UDN. Muniz Falcão foi empossado governador do Estado de Alagoas em janeiro de 1956, em seu plano de governo e prática política inseriu pautas trabalhistas e sociais.

Quando Muniz Sancionou a Lei nº 2.013 (Lei da Controvérsia) de 1956, instituindo a taxa pró-economia, educação e saúde que incidiu sobre os setores sucroalcooleiros, têxtil,

⁵⁵ A voz do povo publicou como capa a seguinte matéria “Arnon escolhe um fascista para governador. Maceió, 11 jun., 1955, p.1.

fumo e outros produtos, fomentando atividades econômicas e promovendo desenvolvimento dos serviços de Educação e saúde pública, foi o estopim para que os grandes grupos econômicos e as velhas oligarquias, que levaram:

Seus representantes no Poder Legislativo apresentem uma denúncia contra o chefe do executivo, acusando-o de conivência com a situação de violência e crimes políticos envolvendo a morte de lideranças oposicionistas; e de violência contra os poderes legislativos e judiciário. Assim, foi aberto um processo de impeachment, através de uma comissão especial que tem como relator um entusiasmado líder na UDN no estado, o deputado estadual e usineiro Teotônio Vilela. (COSTA, 2011, p.10)

Esse processo paralisou o governo durante o ano de 1957. A votação do relatório ocorreu no dia 13 de setembro do mesmo ano. Todos os deputados chegaram a Assembleia Legislativa, vestidos de capas pretas e armados. O próprio espaço interno foi organizado para um confronto. O plenário ficou protegido por uma barricada de sacos de areia, e antes mesmo do início da votação “é deflagrado um tiroteio, onde todos atiravam. O resultado final foi um deputado morto e, ainda, um funcionário, cinco deputados e um jornalista ferido [...]” (COSTA, 2011, p.10).

Após este episódio o Estado ficou sob Intervenção Federal até o final da disputa Jurídica, da qual Muniz Falcão saiu vitorioso reassumindo seu governo em 1958 e ocupando o cargo até 1961. O modo de pensar a política e de gerir o Estado⁵⁶ do governador Muniz Falcão estava em diálogo com um cenário mais amplo. O discurso desenvolvimentista tinha relações com o contexto político nacional.

O projeto político do Presidente da República eleito em 1955, Juscelino Kubitscheck, visava uma política de incentivos e ampliação das indústrias no território brasileiro. E Muniz, parecia também querer planejar e fomentar a industrialização e a modernização em Alagoas.

Alguns autores (Fonseca e Salomão, 2019; Cedro, 2019; Schwarcz e Starling, 2015) percebem o segundo Governo Vargas (1951-1954) e principalmente o governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) compromissado com o projeto de desenvolvimento econômico; que também ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo⁵⁷.

⁵⁶ “Governar um Estado significará, portanto estabelecer a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família. (FOUCAULT, 2018,p.413)

⁵⁷ “Normalmente, a historiografia reserva a qualificação “desenvolvimentista” à política econômica executada após a década de 1930, em especial, aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck. o primeiro está

Mesmo sendo dois projetos – o primeiro com ênfase na industrialização substitutiva de importações com predominância do capital nacional e o segundo com uma maior associação com o capital estrangeiro – que divergiam em alguns aspectos, ambos operavam pela mesma lógica de industrializar o país com capital estrangeiro, quer fossem pelo financiamento quer pela aplicação de investimentos diretos. O capital nacional e estrangeiro configurou como agentes principais para execução do objeto maior “a superação do subdesenvolvimento” (FONSECA e SALOMÃO, 2019 p.158).

A imagem construída de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”, paternalista foi um processo de décadas. O que corroborou para tanto, foi algumas de suas ações políticas e o apoio de alguns meios de comunicação, que lhe permitia o controle das narrativas. Destacamos as do campo trabalhista, que conquistou a confiança dos trabalhadores, que possivelmente vinham nele, um político aberto ao diálogo popular ou flexível a luta do povo.

Mas, as conquistas sempre foram resultados da pressão popular, de muitas lutas e reivindicações de trabalhadores que saíram às ruas para lutar pela obtenção e efetivação de seus direitos. Fizeram greves, criaram e executaram estratégias para terem suas demandas atendidas.

Durante o período que estive como chefe de Estado foi promulgado algumas leis que garantiu vitórias no campo trabalhista. O livro *Cidadania e direitos do trabalho* de Ângela de Castro Gomes (2002) nos oferece uma contribuição enorme na discussão sobre os direitos do trabalho, que foi sendo conquistado ao longo dos anos. Interessa-nos listar brevemente algumas das principais leis que foram promulgadas no governo Vargas.

Algumas dessas ações foram: a criação do Ministério do Trabalho (1930), criação da carteira de trabalho (1932). Em 1941 no dia do trabalho teve início em todo território nacional, o funcionamento da Justiça do Trabalho. E mais uma vez no dia do trabalhador, 01 de maio de 1943 uma data simbólica para milhares de trabalhadores e trabalhadoras, foi anunciada um dos principais instrumentos sociais e de garantia de direitos, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Contudo, não esqueçamos que essas conquistas foram resultados de anos de lutas dos trabalhadores que “foram usando o que existia em termos de direitos civis e políticos que [...] atuaram e formularam suas reivindicações: criaram associações de classe, fizeram boicotes,

associado ao nacional-desenvolvimentismo – com ênfase na industrialização substitutiva de importações com predomínio de capitais nacionais, estatais ou privados –, em contraste com a maior associação com o capital estrangeiro que se impôs a partir de 1956, com a ascensão de JK. (FONSECA e SALOMÃO, 2019, p. 157)

greves [...]” (GOMES, 2002, p. 21). Importantes e notáveis leis que asseguravam os direitos do trabalhador urbano.

Durante o seu governo, foi pensado – sob pressão – e executado a criação de meios legais, para garantir os direitos aos trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais foram excluídos destas leis, ou seja, os direitos garantidos pela CLT não tinham aplicabilidade no mundo do trabalho rural.

O mesmo ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek frente da Presidência da República, que assim como Vargas acreditava em projeto político desenvolvimentista-nacional, de incentivo e fomento a industrialização do País, mas que não pensou em meios de beneficiar e respaldar legalmente os trabalhadores rurais.

Em uma articulação entre PSD e o PTB lançaram a chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart, para concorrer às eleições presidenciais em 1955, presidente e vice, respectivamente. Para disputar esse pleito, os principais opositores udenistas – após duas derrotas- apostaram no general Juarez Távora (UDN) militar antigetulista. Outros nomes foram lançados como Plínio Salgado (PRP) Ademar de Barros (PSP). Este era o quadro político para as eleições de três de outubro de 1955.

Mesmo com várias objeções às eleições presidenciais que pairavam no ar, Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República, uma vitória apertada com 36% dos votos, seu principal concorrente Juarez Távora angariou 30 % dos votos, enquanto Ademar Barros 26% e Plínio Salgado apenas 8%. Presidente e vice eram eleitos separadamente⁵⁸, e João Goulart obteve uma expressiva votação, maior inclusive que a de JK. (FAUSTO, 2013⁵⁹; CEDRO, 2019⁶⁰)

Eleito, Juscelino Kubitschek sob a luz de seu lema “50 anos em 5” construiu seu projeto político que tinha como base principal um plano de metas com 31 objetivos de investimentos infraestruturais, como distribuição de energia elétrica, transporte, indústria de base e etc.

Levando em consideração, a especificidade de Palmeira dos Índios, Agreste Alagoano, algumas destas metas foram incorporadas ao plano de gestão governamental, por exemplo,

⁵⁸ Diferente do atual sistema eleitoral em que se forma uma única chapa e a mesma é eleita ou derrotada.

⁵⁹ Artigo de Boris Fausto intitulado “**A vida Política**” que está publicado no livro “**olhando para dentro 1930 - 1964**” V. 4 que foi coordenado por Ângela de Castro Gomes, 2013. Esse livro é um compêndio de artigos sobre a vida política, cultural, social e econômica do Brasil no período que vai de 1930 a 1964.

⁶⁰ Texto de Marcelo Cedro intitulado “**o Governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico**”. Disponível no livro **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática : da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964: terceira república (1945-1964)** V. 3. Organizado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado.

houve o boom das instalações de indústrias, energia elétrica, cinemas, elementos que correspondiam a ‘materialização’ do projeto de modernidade.

E os trabalhadores (as) rurais se relacionavam com essa modernidade. Criaram-se vínculos entre a zona rural e a zona urbana. Houve uma troca de experiência com alguns elementos da modernidade, em diferentes níveis, o cinema mesmo que de forma mínima fez parte de seus cotidianos, as viagens no trem, e principalmente a relação de compra e venda. Não somente a comercialização dos produtos nas feiras, mas o vínculo de dependência que se criou entre a pequena produção e as indústrias. Destacamos, nesse sentido a produção do algodão e a fábrica de beneficiamento que realizava o processamento de descaroçamento.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais não estavam isentos dos impactos do projeto de modernidade, pois:

Tendo que colocar seus produtos no mercado [...] os agricultores estão subordinados ao capital. É nesse processo de subordinação, principalmente através da inserção no mercado local e regional, que os pequenos produtores mantêm múltiplas relações com a cidade e evidenciam as atuais transformações [...] (SILVA, 2010, p.21)

Ou seja, se mantinha uma relação de dependência. Havia uma relação de poder entre as fábricas/cidade e os agricultores e sua produção. No entanto, o planejamento nacional para um país moderno e industrializado, desde Vargas, não alinhava como propostas a aplicabilidade de leis e direitos para esses trabalhadores, como por exemplo, acesso a moradia, a educação entre outros, direitos básicos da cidadania.

Foi somente em 1963 que foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural que garantia alguns direitos a esses trabalhadores rurais, mas com ressalvas, uma destas era a prerrogativa de se ter a carteira de trabalho assinada. Contudo, desde antes da lei e mesmo após a sua promulgação alguns trabalhadores rurais de Palmeira dos Índios, seguiram trabalhando sem nenhuma garantia de efetivação dos direitos sociais básicos⁶¹.

Continuaram trabalhando para fazendeiros, latifundiários, e quando possível firmando um contrato informal, também conhecido como “contrato de boca”⁶² que não lhes assegurava nenhum direito, mas antes lhes era atribuído deveres, como por exemplo, ceder às ramas do algodão para servir de pastagem no verão para o gado ou/e plantar – em troca do uso da terra – palmas ou capim.

⁶¹ De acordo com os relatos orais colhidos e agenciados na escrita desta dissertação, não houve qualquer alteração ou repercussão após a promulgação do estatuto.

⁶² Expressão utilizada por Humberto Bastos em seu livro “*Assucar e algodão*” de 1938, para se referir ao modo de contrato que era firmado entre o trabalhador e patrão.

Essa era uma prática corriqueira na zona rural de Palmeira dos Índios na década de 1950. Entre as cercas que separavam a agricultura da pecuária, eram acordados modos de produção de sobrevivência alimentar, e camuflado aos meios exploratórios. Em 2018 juntamente com o professor Marcelo Góes Tavares e outra colega de pesquisa, nos deslocamos ao Povoado Dionísio, localizado na cidade de Igaci⁶³, distante cerca de 12 Km de Palmeira dos Índios para realizar uma entrevista com Edvânia Marques que naquele momento estava como presidenta da Associação do povoado.

O povoado Dionísio em seu passado foi espaço de uma grande produção de algodão e experiências com o cultivo de produções agrícolas, e sabendo desta informação fomos ao encontro de quem podia nos fornecer mais indícios sobre esse período. O longo caminho de terra, areia e buracos nos levou até a associação de Dionísio, onde fomos recebidos por uma associada que nos levou até Edvânia Marques.

Selecionamos Edvânia Marques da Silva e as tessituras de sua memória e as suas experiências, para projetar práticas corriqueiras no mundo do trabalho rural, sobretudo, quando a família se encontrava imerso em um cenário de vulnerabilidade social e econômica. Onde na falta de projetos de acesso a moradias, ofertados pelo governo, se firmava um acordo informal entre o trabalhador rural e fazendeiros locais no Agreste alagoano. Atualmente esta prática ainda é recorrente. Famílias que não possuem residência própria e precisam alugar imóveis e não tem a condição financeira para tanto, procuram fazendas para que possam morar e em troca da moradia “gratuita”, executam as prestações de serviços para o proprietário, em grande medida, sem remuneração.

Edvânia é filha de agricultores. Sua família soma um total de quatorze membros, têm onze irmãos, mulheres e homens, em sua narrativa apresentou seu pai como homem trabalhador, mas que as condições não permitiam que eles tivessem uma casinha, nem ao menos de dois cômodos – tipo de moradia comum na zona rural de Palmeira dos Índios na década de 1950 das famílias de baixa renda – sendo necessário estarem como moradores de fazenda.

Durante sua infância, rememorou que residiu em várias fazendas, prática que se estendeu até sua fase adulta, findando com o seu casamento, pois, passou a ter o seu lar, sua casa. Ao lembrar-se de momentos vividos no passado, pareceu não só lembrar, mas (re) viver aqueles acontecimentos, suas emoções ficaram perceptíveis:

⁶³ Igaci até o ano de 1957 foi distrito de Palmeira dos Índios.

Meu pai trabalhava em Fazendas. Ele é tirador de leite, né! Trabalhou muito nas fazendas de seu Chico do Leite, e a gente se criou assim, hoje a gente morava na fazenda, amanhã a gente morava em outra fazenda, então quando eu me casei a gente já morava não na fazenda de Chico do Leite, mas na Fazenda do Senhor de nome Guido Ferro, ele morava na Boca da Mata, e aí ele comprou uma fazenda na Lagoa do Curral e meu pai ficou tomando de conta, né, dessa fazenda e eu morei 7 anos nessa fazenda [...] Na época, era assim, era todo mundo pequeno, como meu pai trabalhava em fazenda, é, as vezes ele levava a gente pra soltar bezerro, as vezes pra arrancar feijão, era aquele serviço mais maneiro, entendeu? Mas, que era o complementar para que a gente pudesse ajudar também, porque naquela época, hoje não é mais difícil como era, né! Era bem mais difícil, há, vamos dizer 30 anos atrás, era bem mais difícil. (Relato de Edvânia Marques, 2018)

Seu relato de memória construído com vivências e experiências nos ofereceu uma leitura de como foi sua infância e o cotidiano de toda sua família foi marcado pela incerteza da moradia, do alimento, da educação, da infância, das amizades, dos afetos se tornou parte do dia-a-dia.

Pareceu ter se convertido em algo natural. Onde o chefe da família⁶⁴ se responsabilizava pela procura de fazendas para se fixarem. Uma vez estabelecidos, o pai desenvolvia várias funções, como tirador de leite, brocador, cuidador de animais e outras atribuições, os outros membros da família realizavam outras tarefas, por ela definido como “leve”.

Outro detalhe importantíssimo presente na narrativa de Edvânia é a relação de poder que permeava as relações entre o patrão e o trabalhador. A família do trabalhador lidava com a labuta da fazenda e em troca o fazendeiro “cedia à propriedade”, uma parte do leite que era tirado, terras para plantação, e essas ações exploratórias eram entendida e nomeada pela família como um presente. O patrão era visto como um “*homem bom*”, de bom coração e que estava fazendo muito pela família, a quem seriam gratos durante muito tempo.

Se comparado com as ações do Estado, as “boas ações” do fazendeiro eram suficientes para manutenção familiar, o elegendo como “salvador”. Tal benevolência é reconhecida quando o trabalhador rural Olívio Pinto nas tessituras de suas memórias pareceu julgar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA responsável pelas desapropriações das fazendas em Tanque D’ Arca microrregião de Palmeira dos Índios cujo cotidiano dos trabalhadores rurais se assemelha com os desse município.

⁶⁴ Coloco o homem como chefe de família, por ser a figura masculina que aparece nas entrevistas realizadas como responsável familiar. Responsável pela segurança alimentar, no caso do trabalho mais braçal da atividade agrícola e em alguns casos em usinas, mas isso não exclui a participação ativa nas atividades agrícolas da mulher e também crianças. Ressaltamos que estamos nos referindo há um tempo e espaço delimitado, zona rural de Palmeira dos Índios, na década de 1950.

Olívio Pinto nasceu em 1935 e residia em Tanque D' Arca, estando com seus 83 anos quando foi entrevistado⁶⁵ em 2018 por Wanderlan de Araújo Oliveira e Vagna Nascimento da Silva, a época graduandos em licenciatura em geografia e história, respectivamente e residentes no mesmo município que Olívio Pinto.

Novas experiências, novas formas de percepção e vivências foram somadas ao longo de mais de 70 anos de trabalho na roça, na agricultura. Quando questionado sobre as formas de trabalho, revelou que naquela época era diferente, começava-se a trabalhar na roça desde criança. Eram levados por seus pais.

Na época lembrada por ele, se tinha que aprender cedo o lidar do e com o campo, todos os filhos e filhas tinham que ir trabalhar ou ajudar, como era entendido pelo depoente, o pai na limpa ou na colheita da lavoura, enquanto a mãe cuidava dos serviços domésticos, o que não quer dizer que a progenitora não lidasse com a agricultura.

Da infância a juventude o lidar com a agricultura parecia ser regra. Mas uma regra de sobrevivência. Olívio com a voz embargada, de pausas longas, sinais de quem já vivera 80 anos e se encontra na velhice, não hesitou em nos relatar em detalhes sobre o seu cotidiano:

Há 40 não, há 50 anos eu plantava milho, feijão, batata, abóbora, tudo que há numa roça, macaxeira, mandioca, inhame ainda hoje planto. Estou com 83 anos mais até hoje eu trabalho né?! De roça e aqui todo mundo de 80 anos pra cá, todo mundo era trabalhador de roça, meu tio aqui tinha mil tarefas de terras, arrendava ao povo para trabalhar, todo mundo tinha lavoura, trabalhava de agricultor, hoje não todo mundo só quer ser empregado, mas naquele tempo, há 50, 40 ou 30 anos não tinha esse negócio de emprego, era tudo na roça. Hoje teve esse INCRA, os fazendeiros colocaram os moradores pra fora e aí se acabou a agricultura, hoje você só come se comprar um quilo de batata, um quilo de macaxeira, um quilo de feijão, é essa a situação. (Relato de Olívio Pinto, 2018)

Sua narrativa rememora a juventude quando plantava os gêneros agrícolas para sobrevivência familiar. Seu relato nos norteia a pensar algumas questões. A primeira é a valorização do trabalho na agricultura, entendida por ele como um modo de produção necessária à garantia da manutenção física e alimentar da família.

E como essa prática foi aos poucos sendo substituída por novas formas de trabalho, como o assalariado. Conduzindo, a outra forma de vivência e experiência com o mundo do trabalho. Outro detalhe é a forma a qual se refere à criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 1970, que foi criado a partir da fusão entre o Instituto

⁶⁵ A transcrição da entrevista foi realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira, autora desta dissertação.

Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA⁶⁶.

Para Olívio Pinto a criação deste órgão foi responsável pelo fim da agricultura. Culpa o INCRA pela situação de expulsão dos trabalhadores. Isto porque os fazendeiros da região expulsaram os moradores de suas fazendas e não mais arrendavam as terras com receio destes terem direito sobre as mesmas. Esta ação de expulsar os moradores sem aviso prévio ou qualquer tipo de indenização não era percebido pelos trabalhadores como um abuso de poder e como violação de seus direitos. E nem era entendido pelos trabalhadores que as terras em questão, poderiam estar demarcadas para acontecer a reforma agrária.

O INCRA se converteu neste cenário não como um órgão de garantia de direito a terra, mas como um instrumento que retirou o acesso a terra e conseqüentemente o alimento sobre a mesa e a roupa do fim do ano, os forçando a (re) inventar novas práticas de trabalho e resistências cotidianas. O que transformou o cenário da cidade de Tanque D' Arca que antes tinha suas terras e fazendas marcadas pelo plantio de diversos gêneros agrícolas e passou a ter a predominância da pecuária.

O trabalho exaustivo nas fazendas não era compreendido pela família como um sistema exploratório, mas como benevolência do fazendeiro que os cedia um lugar para morar, *“um teto sobre a cabeça”*. Por outro lado, para terem acesso a esses benefícios eram estabelecidos algumas regras.

Em troca da moradia, a família deveria cuidar da propriedade⁶⁷ e dos animais da fazenda. Com a vaca leiteira tinha que executar todo um processo de desgotamento⁶⁸, prender separado seu bezerro na noite anterior e na manhã seguinte prender com uma corda as patas traseiras da vaca e por fim de cócoras ou em um banquinho tirar o leite.

Essas narrativas construídas a partir dos fragmentos de percepções – que a memória permite lembrar – sinaliza a ausência de políticas de efetivação dos direitos básicos de cidadania dos trabalhadores rurais e a tomada de medidas de divulgação e conscientização dos direitos desta categoria social.

Isso porque anseio do projeto que estava em discussão era o modernizante e o capitalista. O embelezamento dos centros urbanos. “A busca pela modernidade que se traduz

⁶⁶ Consultar: PENNA, Camila. **Gênese da relação de parceria entre incra e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária**. Lua Nova, São Paulo, 2018.

⁶⁷ Manutenção da limpeza externa aos arredores da casa e por quase toda extensão de terra

⁶⁸ Processo realizado pós-nascimento do bezerro para retirado do leite considerado não consumível.

na luta contra o “atraso” que seria o econômico e também o político cultural” (GOMES, 2013, p.28).

E mediante a esses impactos socioeconômicos, os trabalhadores rurais retrucam por meio de organizações sociais do campo. Os trabalhadores estavam se organizando em associações rurais. O movimento que ficou conhecido nacionalmente como “Ligas Camponesas” teve início no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, com a criação em 1955 da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPPP⁶⁹, criada com o seguinte objetivo:

A sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPPP – deveria auxiliar seus associados em momentos de dificuldade, como nos funerais. Por falta de recursos, muitas pessoas utilizavam, para enterrar seus mortos, um caixão pertencente à prefeitura de Vitória de Santo Antão, que após o sepultamento era devolvido, a fim de ser usado novamente. (PORFIRIO, 2016, p.45-46)

Ou seja, a SAPPP foi criada com objetivos de assistir o trabalhador rural. Dentre outros objetivos queriam contratar uma professora e um advogado. Oscar Beltrão, proprietário do engenho Galiléia, aceitou o convite de ser o presidente de honra, o que causou euforia nos trabalhadores rurais, contudo pouco tempo depois o dono do engenho rompeu com a sociedade Agrícola “e, exigiu sua extinção, ameaçando aumentar o foro⁷⁰, e expulsar aqueles que não pagassem” (PORFIRIO, 2016, p.47). Contudo os trabalhadores não acataram as ordens e procuram ajuda.

E entra em cena Francisco Julião, advogado e deputado Estadual. Que já atuava na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais “Durante os 15 anos anteriores, nos quais Francisco Julião advogou também para os camponeses, parecia não haver encontrado condições tão favoráveis para o desenvolvimento de um trabalho político” (PORFIRIO, 2013, p.51), mas foi com o caso do engenho Galiléia, o qual aceitou defender, que seu nome passou a circular com mais intensidade nos meios políticos, considerado líder das ligas camponesas.

As ligas cresceram e se expandiram dentro e fora de Pernambuco, como Paraíba e outros Estados do Brasil, ficando o movimento conhecido nacionalmente e ganhando força política. A luta se prolongou até 1959 com a desapropriação do engenho Galiléia, vitória dos camponeses.

⁶⁹ O livro “**A história das ligas camponesas, Testemunho de quem viveu**” foi escrito por Zito da Galiléia neto Zezé da Galileia que foi presidente da associação, neste livro publicado em 2016, Zito narra sobre alguns episódios que se sucederam no engenho Galileia.

⁷⁰ Valor cobrado anualmente pelo proprietário para o uso da terra pelo trabalhador.

Há uma passagem no livro “Fuzis e flechas: história de sangue e resistência” (2017) que nos faz pensar se houve atuação das ligas no território Alagoano, o autor do livro, Rubens Valente, realizou uma entrevista com Antônio Cotrim Soares, com a qual abre a discussão de seu livro, Antônio Cotrim, na década de 1960, era um jovem estudante de Maceió, que dizia ter ideias socialistas, de esquerda, e também era envolvido com “[...] as ligas camponesas, grupos de trabalhadores que levaram o tema da reforma agrária a agenda da política nacional.” (RUBENS, 2017, p.13), e narrou que serviu de motorista de Francisco Julião, líder das ligas camponesas, quando o mesmo vinha a Maceió.

A fala do entrevistado de Rubens nos dá indícios de uma possível movimentação em Alagoas, talvez, de uma organização do campo, através de Francisco Julião, no entanto, não há registro de atuação em Palmeira dos Índios, bem como os trabalhadores e trabalhadoras rurais selecionadas não se lembram deste personagem e nem de sua atuação.

Alguns dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios buscavam se organizar a partir de associações comunitárias, que desempenhavam uma função mais de assistência, principalmente técnica. Mas, nem todos tinham conhecimento, vontade ou acesso a esses espaços de cunho social e político.

3.2 Projeto modernidade: A estética da cidade

A “cidade moderna” implicava em um espaço mais urbano, esteticamente limpo e polo de industrialização. Não só, a capital do estado de Alagoas estava se adaptando aos novos moldes desenvolvimentistas sistematizados e operados por JK⁷¹, as cidades interioranas buscavam meios para se enquadrar aos “novos tempos”.

Os legisladores municipais em diálogo com ideais de industrialização, produziram uma lógica sobre a necessidade de fabricação de projetos de leis que visassem meios de investir e incentivar a fixação de empresas na região.

Neste sentido, no dia 06 de Maio de 1959, os vereadores municipais se reuniram por volta das 19h30min, no prédio da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios em sessão ordinária sob a presidência do senhor vereador José Paulo da Silva, discutindo e aprovando a

⁷¹“O projeto de modernidade pensado por Juscelino se integrava ao ideário desenvolvimentista praticado pelos países periféricos, em especial latino-americanos. Traduzia-se pelo avanço da sociedade brasileira alinhando-se ao itinerário modernizante europeu. Sob essa perspectiva, o Estado assumia para si o papel condutor na realização das reformas de cunho modernizador, priorizando transformações econômicas, urbanas, estéticas e culturais associadas a ideia de progresso (CEDRO, 2019 p.214)

ata da sessão anterior, e dentre os assuntos da ordem do dia, destacou-se a criação do projeto lei nº cm 14/59 de autoria do Sr. Vereador José de Almeida Araújo, proposta que:

Concede isenção de impostos a todas as indústrias novas que se instalarem neste município e da outras providencias. Posto em discussão pede a palavra o sr. Vereador José de Almeida Araújo para encaminhar a votação do seu projeto dizendo que sua intenção fora estimular capitalistas que desejassem instalar industrias neste município (CÂMARA DOS VEREADORES, 1959)

O projeto lei nº 15/59 foi aprovado pela comissão da justiça, por representar um anseio de todos os membros da casa legislativa. E colocava em prática um projeto que estava sendo cultivado/alimentado desde antes da década de 1930 de forma coletiva, o da industrialização. Foram instalados nos perímetros urbanos diversos estabelecimentos comerciais, estimulados desde os anos de 1930 com a construção e inauguração da linha férrea que impulsionou o comércio, favorecendo o crescimento econômico e a visibilidade do município nas transações comerciais com outras localidades.

Vários estabelecimentos foram instalados na região. Ela era vista como um polo comercial. O comerciante José de Oliveira Godoi relatou para João Domingos sua experiência individual com o comércio Palmeirense, o relato foi publicado no *jornal Diário de Pernambuco* em 1951:

Palmeira dos Índios é uma cidade que está entre as melhores do interior do Nordeste. José de Oliveira Godoi, comerciante grossista em Garanhuns, com filial em Palmeira dos Índios, afirma que, excetuando Campina Grande, não conhece melhor centro comercial do que a cidade de Palmeira dos Índios. Aliás, seu entusiasmo está retratado nos imponentes armazéns que construiu e uma padaria, segundo informações sua, a mais moderna do Estado de Alagoas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, P.12, 1951)

O relato de José de Oliveira Godoi, expressa à potencialidade comercial da cidade. Provavelmente, o alto consumo dos produtos, das mercadorias, a rotatividade de pessoas de outras localidades, incentivou José Godoi e outros comerciantes a instalarem na região casas comerciais.

A presença de prédios imponentes, possivelmente, influenciou na categorização de Palmeira dos Índios como cidade modelo, como foi veiculado pelo Jornal Correio do Sertão em dezembro de 1967, assim como influenciou comerciantes a se estabelecerem no município. O Aero Clube foi um estabelecimento que condizia com os parâmetros modernizantes da cidade, um espaço arquitetado para eventos para a elite local e adjacente, que fica no centro da cidade, próximo da estação ferroviária.

Essa sociedade desportiva foi fundada em agosto de 1943. Uma construção de grandes proporções⁷². Um espaço em que os vereadores e o prefeito recepcionavam personalidades políticas, para almoço, reuniões e solenidades. Provavelmente, este aspecto influenciou a câmara dos vereadores, que sancionavam com certa frequência leis em prol do clube.

Na sessão ordinária de outubro de 1951 foi aprovada na câmara dos vereadores de Palmeira dos Índios a seguinte lei: *“da comissão de Redação ao projeto de Lei nº 101 que se refere ao crédito especial destinado ao aeroclube desta cidade”*. O aeroclube era uma expressão de influencia política e de poder.

Os cinemas, a rodovia, o aeroclube, a estética do espaço urbano, ou seja, cidade limpa e calçada foram alguns dos elementos constituintes de um ideário modernizante, que estavam em diálogo com a projeção nacional. O plano de metas de Juscelino Kubitschek viabilizou as condições de ingressar o país em um panorama de modernidade, urbanização e industrialização.

Redes em que o trabalhador rural se inseriu. Selecionamos o relato de memória de Cícero Ricardo da Silva, como norteador deste debate. O contato com Cícero Ricardo se deu no ano de 2020, em meio a pandemia do novo Corona Vírus, aceitou nos receber em sua residência e ceder uma entrevista. Cícero Ricardo, reside na Aldeia Fazenda Canto⁷³, Terra indígena Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

Um trabalhador rural indígena. Sentado em uma cadeira, bem apoiado e a vontade começou a nos narrar sobre sua trajetória de vida, contou-nos com entusiasmo sobre as traquinagens que aprontou e com um semblante indiferente ou até mesmo triste sobre as dificuldades que já superou.

Narrou que trabalhou na terra desde a infância com seu pai cultivando feijão, milho, algodão, e que mesmo após o casamento continuou o trabalho com a terra. Mas, com o nascimento dos filhos, precisou buscar outros meios para sustentar a família e para tanto começou a trabalhar nas usinas, na capital.

Uma dessas Usinas ficava localizada em Coruripe, onde trabalhou durante 10 anos ocupando a função de serviços gerais. Trabalhou também em Usina, da qual não recordou o

⁷² Atualmente o prédio é abandonado pelo poder público municipal, no entanto, é utilizado por moradores locais como espaço de armazenamentos diversos.

⁷³ Primeira aldeia indígena a ser reconhecida legalmente. Foi comprada em 1952 na gestão do prefeito Manoel Sampaio Luz, que inclusive era proprietário dessas terras.

nome, mas que ficava localizada em Cajueiro. Ambas as cidades localizadas em Alagoas, quando questionamos sobre a ida ao trabalho, ele nos relatou o seguinte:

A gente andava de trem porque a passagem, a passagem de ônibus era o dobro. A gente ia de trem porque era baratinho. Que o trem tem duas classes, o trem tem a classe primeira que só viajava as pessoas que eram bem financeiramente e a segunda classe que viajava aqueles pobres que não tinha condições de pagar uma passagem melhor, ia à segunda classe do trem. (Relato de Cícero Ricardo, 2020)

A narrativa de Cícero Ricardo nos fornece alguns elementos relevantes. Um destes fatores relevantes é que ele saia do Agreste para trabalhar na Zona da Mata, região tradicionalmente açucareira. O trabalho rural nas lavouras de cana, e mesmo nas usinas se diferenciavam das condições existentes no Agreste, em Palmeira dos Índios. O trabalho na Usina havia a possibilidade de trabalhar com carteira assinada. Nos roçados do agreste não. Mas, Cícero não menciona esse detalhe, que julgamos pertinente, parece querer esquecer ou não lembrar, ficando assim no não-dito, no campo das possibilidades.

A circulação dos ônibus ligando Palmeira dos Índios à Capital, e Estados vizinhos de forma mais rápida não era uma alternativa para os trabalhadores rurais, que saíam de suas casas em busca de uma renda fixa para sobrevivência familiar. Esses viajavam de trem, que demorava horas. Deveriam estar na estação de trem no alvorecer do dia, para conseguirem viajar no primeiro trem, que por sua vez, também tinha duas categorias, a primeira e a segunda classe, o que diferenciava o conforto durante a viagem, bem como o valor da passagem.

A passagem de trem escolhida, de acordo com a narrativa de Cícero Ricardo, era sempre a de menor valor, até porque a empresa não dispunha de vales-transportes e nem tampouco os reembolsavam. Práxis que assim como o sistema exploratório nas fazendas, não eram compreendidas pelos trabalhadores rurais como abusivas, até mesmo porque não eram entendidos como possuidores de direitos legais.

Mas, a presença de elementos como o carro, o ônibus, a estrada asfaltada, as ruas calçadas atestavam o ar modernizante que pairava sob o país. O desejo de manter a zona urbana esteticamente organizada se tornou pauta de debate na Câmara Municipal, as cercas ainda existentes ao redor da cidade eram repudiadas pelos moradores das imediações que produziram um abaixo assinado e protocolaram na câmara dos vereadores:

Abaixo assinado de 45 moradores da Rua Marujo Ferreira de Castro solicitando providencias desta câmara no sentido de ser inter, digo, interceder em intimar a

Rêde[sic] ferroviária do nordeste, pertencente Rêde [sic] ferroviária Federal, a tirar a suas cerca[...] que aquela ferrovia mandou fazer na citada rua [...] a dita cerca é um estorvo, sem utilidade, servindo tão somente para prejudicar a estética urbana da cidade e, o que é pior desvalorizar os prédios residenciais ali existentes [...] (CAMARA DOS VEREADORES, 1958)

A estética das ruas se tornaram parâmetros de valorização comercial, a ponto das cercas desvalorizarem o ambiente, não sendo mais compreendido como parte do cenário urbano que estava sendo construído paulatinamente. Percebamos, que a política desenvolvimentista de JK foi bastante incidente nesta região, que o desejo por um país industrializado e moderno foi incorporado por dezenas de brasileiros.

Em Palmeira dos Índios “no setor industrial nas décadas de 50,60 e 70 além de 2 fábricas de sandálias, possuía 2 fabricas de beneficiamento de algodão e de óleo de mamonas, uma fábrica de cofres” (Barros, 2006, p.421) essas foram algumas das diversas fábricas que por aqui foram fixadas.

As fábricas de beneficiamento de algodão foram de extrema importância para o desenvolvimento econômico de Palmeira dos Índios. Diversos armazéns, bolandeiras⁷⁴ como ficaram popularmente conhecido, foram instalados em alguns distritos que produziam algodão. Igaci que até 1957 foi um distrito de Palmeira dos Índios, contava com alguns destes estabelecimentos para suprir a demanda do cultivo do algodão.

As máquinas dessas companhias eram os descaroçadores e prensas que realizavam o primeiro processo da limpeza do algodão. O descaroçador separa a semente da fibra, enquanto a o segundo maquinário é responsável pela prensagem do algodão.

Na associação rural de Dionísio, da qual Edvânia Marques da Silva estava como presidente em 2018 tinha em suas instalações tais maquinários⁷⁵ que chegou a funcionar por dois anos. Os trabalhadores rurais associados, de acordo com o relato de Edvânia Marques, eram compelidos a vender o algodão em pluma para associação para cumprir um acordo por eles firmado, não especificado em detalhes. Ao invés de vender na feira ou armazéns onde o preço – de acordo com o relato de Edvânia – era melhor.

Quando o algodão era separado do caroço, a plumagem era comercializada para outros estabelecimentos, enquanto os caroços eram separados e entregues a Petrúcio Barbosa⁷⁶ que os usavam como pasto para o gado, como nos foi narrado pela depoente. Na narrativa, não

⁷⁴ Máquina de descaroçar algodão

⁷⁵ O maquinário foi doação do então prefeito por Igaci, Petrúcio Barbosa, nos anos 2000.

⁷⁶ Petrúcio Barbosa estava como prefeito de Igaci nos anos 2000, e como havia doado os maquinários para a associação de Dionísio, os caroços do algodão extraídos após o processo de beneficiamento, eram entregues para que pudesse alimentar seu gado, já que era um grande fazendeiro da região.

conseguimos identificar se o caroço era comprado ou cedido de forma gratuita, por entenderem que por este ter dado tais maquinários a associação, eles tinham por dever dar uma contrapartida, neste caso às sementes.

Embora, os trabalhadores e trabalhadoras rurais não tivessem total autonomia sobre sua produção, como o direito de escolha para onde comercializar, a associação era uma espécie de garantia que a safra de algodão iria ser adquirida e que o produtor teria dinheiro no bolso para aquisição de alimentos de primeira necessidade que não cultivavam na terra, e também outros produtos, como roupas e calçados.

As fábricas de beneficiamento de algodão instaladas no centro da cidade eram maiores e consumiam boa parte do algodão produzido no território. Compravam em rama e em fibra. Sendo mais comum a compra da fibra, uma vez que as ramas eram usadas como pagamento pelas terras cedidas por proprietários, que usavam as ramas como pastagem para o gado no verão.

Na área urbana, houve a geração de empregos, como maquinista, vigia mecânico, motorista, funções avulsas como cozinheira, operária, ensacador e outros. Alguns desses cargos não se faziam necessário um conhecimento técnico ou superior, o que possibilitou a contratação de pessoas sem um nível alto de escolaridade, gerando mais oportunidade de trabalho para todos os segmentos da sociedade.

Em Alagoas, o plantio dos algodoais data de meados do século XVIII, ganhando mais intensidade no século XIX (SANT'ANA, 2011; CARVALHO, 2015; ESPÍNDOLA, 1871) . O cultivo algodoeiro desde o século XIX se tornou uma prática comum em vários estados do Nordeste, cultivados desde pequenas a grandes escalas. A produção abundante e de boa qualidade instigaram o surgimento e instalações dos primeiros cotonifícios, condutora das primeiras engrenagens lidas como efeitos de progresso e modernização. As fábricas eram o quadro ilustrado deste avanço.

3.3 As fábricas têxteis no Nordeste, Alagoas e a ALGOLIM

No Estado de Alagoas, a introdução do plantio algodoeiro para fins comerciais é datada por volta do fim do século XVII, por ação de José Mendonça de Mattos Moreira, a época, responsável pela jurisdição da então comarca de Alagoas (SANT'ANA, 2011; CARVALHO, 2015; ESPÍNDOLA, 1871). O período que antecede o plantio dos algodoais para comercialização interna e externa, é registrado como atividade desenvolvida pelos caetés

para fabricação de roupas grossas e redes. Uma atividade artesanal que aos poucos foi sendo substituída pelo trabalho industrial.

Farias (2012) elucida que:

O processo de desenvolvimento da grande indústria, sob o modo de produção capitalista, surgiu na Europa por volta da segunda do século XVIII, a partir da Revolução Industrial inglesa. A base técnica e material em que se apoiou este sistema lhe possibilitou um sólido e consistente aprimoramento de seu método de produção industrial, o qual teve como centro dispersor a Europa Ocidental (principalmente a Inglaterra), trazendo em si transfigurações radicais sobre a dinâmica de suas e das mais longínquas sociedades, pois ele estabeleceu um amplo mercado mundial para escoamento de sua produção e para obtenção das matérias-primas. (2012, p.15)

Foi em fins do século XVIII – Revolução Industrial – que as novas tecnologias, e inovações transformaram a manufatura do algodão, e fez surgir um novo modo de produção: o fabril. Começaram a surgir os primeiros teares mecanizados – na Inglaterra – que paulatinamente foram melhorados. E foi se consolidando como norma, para quase todas as formas de tecelagens.

As fábricas não seguiam um único modelo – Lombe/Arkwright⁷⁷ - movido à energia elétrica, algumas utilizavam os dois sistemas, elétrico/manual, e outras equipavam mais trabalhadores com equipamentos manuais. As fábricas não só criaram um novo modo de produção, mas também uma nova classe industrial, os burgueses.

No Brasil, desde meados do século XIX foi registrada a existência de fábricas têxteis em Alagoas e Bahia, que produziam em seus territórios a matéria-prima para alimentar seus teares e ainda exportar. No ano de 1885, os números saltaram para 48 indústrias de tecido, encontravam-se 33 nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (TAVARES, 2016).

Os teares da Inglaterra eram alimentados por fibras de algodão das mais diversas localidades. E desde a última década do século XVIII, Alagoas exportava as fibras de algodão para as crescentes fábricas inglesas.

Com o estímulo e o aumento da produção algodoeira, no ano de 1857 surgiu a primeira fábrica têxtil Alagoana, a Fábrica União Mercantil – anos depois passou a se chamar

⁷⁷ Em 1721, A derby Silk Mill, de Jonh e Thomas Lombe foi o primeiro exemplo de sucesso de fábrica tal como conhecemos atualmente. “Sozinha, a fábrica de Derby poderia ter permanecido “uma curiosidade de uma natureza muito extraordinária”, mas ela acabou sendo a inauguração da era fabril. Em seu rastro vieram cada vez mais fábricas, que transformariam radicalmente a economia britânica e, em ultima instancia, a sociedade mundial. A grande fábrica seria a linha de frente e o principal símbolo de uma revolução industrial e da criação do sistema fabril que ainda usamos” (FREEMAN, 2019, p.22)

Fábrica Carmem – em Fernão Velho. Que beneficiavam o algodão para a produção de fios e tecidos. Ao seu redor foi construída uma vila operária com trinta casas e onze quartos destinados à habitação dos operários. Deste ano em diante foram instaladas outras fábricas têxteis em regiões diferentes. Vejamos o quadro (1)

Quadro 1- Fábricas têxteis em Alagoas

FÁBRICA	MUNICÍPIO SEDE	ANO DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DE SUAS ATIVIDADES
Companhia União Mercantil (fábrica Carmem)	Maceió Bairro de Fernão Velho	1857 1863 início das atividades
Fábrica Cachoeira	Santa Luzia do Norte / Rio Largo Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos	Instalação em 1888 Início de funcionamento em 1890
Fábrica Companhia Progresso Alagoano	Rio Largo Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos	Instalação em 1892 Início de funcionamento 1893
Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos	Pilar	Instalação em 1892 Início de funcionamento 1893
Companhia Industrial Penedense	Penedo	Instalação em 1895 Início de funcionamento 1898
Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel	São Miguel dos Campos Bairro de Sebastião Ferreira	Início de funcionamento 1913
Fábrica Alexandria	Maceió Bairro do Bom Parto	Início de funcionamento 1911
Companhia de Fiação e Tecidos Santa Margarida	Maceió Bairro do Jaraguá	Início de funcionamento 1914
Companhia Agro Fabril Mercantil (Fábrica da Pedra)	Delmiro Gouveia	Início de funcionamento 1914
Fábrica Vera Cruz (Cotonifício Nogueira S/A)	São Miguel dos Campos	Início de funcionamento 1926
Fábrica Norte Alagoas (Companhia Fiação e Tecidos Norte Alagoas)	Maceió Bairro de Ipioca, Distrito de Saúde	1926

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição a história do açúcar**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011.

O algodão era cultivado em pequenas, médias e grandes extensões de terra, o solo do Agreste e Sertão por ser mais seco, era mais propício para obtenção de melhor qualidade do algodão. Palmeira dos Índios, desde o século XIX comercializava o algodão cultivado pelos

trabalhadores e trabalhadoras rurais para Associação Comercial de Maceió – ACM, fundada em 1866 por majoritariamente produtores de algodão.

Integrada a ACM, estava à Inspetoria do Algodão criada no mesmo ano, com o intuito de fiscalizar o algodão que era exportado, sobretudo, para Liverpool – Inglaterra, para evitar fraudes, como por exemplo, pedras, e bagaços misturados ao algodão. Com a instalação das fábricas têxteis em território alagoano, as mesmas consumiam boa parte da produção local. A exportação internacional e interestadual foi reduzida em contraste ao consumo local.

Com a produção abundante da matéria-prima, principalmente em municípios interioranos e com a lei sancionada por Muniz Falcão que isentavam de impostos as fábricas instaladas em qualquer parte do território alagoano⁷⁸, começou a se instalar nos municípios interioranos as chamadas fábricas de beneficiamentos.

Em Palmeira dos Índios, a prefeitura municipal isentava de impostos as indústrias por cinco anos como forma de fomentar a instalação das mesmas na região, somada isso estava à produção abundante de algodão, considerado desde o século XIX como o melhor dos municípios interioranos de Alagoas, como mostra o trecho a seguir:

O algodão é herbáceo misturado com quebradinhos, como costumam fazer muitos agricultores, e veio da comarca de Palmeira dos Índios, aonde foi plantado, colhido, descaroçado e enfardado da forma que descrevemos neste relatório, sendo a sua qualidade muito boa, a que indica que havendo andado nosso produto rivalizará com os melhores do Brasil, principalmente se os altos poderes do Estado se comprometerem da urgente necessidade que dar auxiliar-se a lavoura do cais decadente e moribundo e lhe mostrarem meios de reformar todo o seu systema de plantação, colheitas, descaroçamento e enfardamento, premiando os introdutores de boas sementes e machinas.(ARAUJO,1875)

Esse trecho foi retirado do relatório redigido pelo presidente da Associação Comercial de Maceió (ACM) no ano de 1875, José Virgíneo Teixeira de Araújo, então percebamos que a produção algodoeira em solo Palmeirense já era uma prática desde o século XIX e que foi intensificado no século seguinte.

Lembremos ainda que no século XIX não havia transportes terrestres, o trem somente chegou a Palmeira dos Índios em 1933, o que nos leva a pensar que os transportes destas cargas eram feitos por tração animal. Com o passar dos anos foi havendo mudanças na

⁷⁸ Art. 2º da lei nº 2.116 de 1958 – As indústrias de reconhecido interesse econômico para o Estado que vierem a instalar-se, no território alagoano, gozarão, pelo prazo de cinco (5) anos, de isenção de todos os tributos estaduais, devendo o interessado fazer a prova de que a maquinaria utilizada é nova e com aperfeiçoamento, assegurando sua exploração e alto rendimento industrial (p.3-4). Para mais informações ver documento “Leis e decretos governamentais de estímulo a economia de Alagoas de 1959, disponível no APA”.

sociedade, à chegada do trem foi o primeiro impacto no cotidiano, a substituição dos animais pela Maria fumaça, facilitando o escoamento da produção e mesmo o transporte de cargas.

Mas, foi na década de 1950 que houve uma maior intensificação e mudanças no panorama do Município. Com o melhor algodão da região, capaz até de rivalizar com os melhores do Brasil, como aponta o relatório, acarretou nas instalações de fábricas. Ressaltando que as instalações das fábricas não excluíram ou minimizaram a presença e importância dos demais estabelecimentos de venda e compra de gêneros agrícolas. Neste sentido, destacamos a Algodoeira Limoerense – ALGOLIN.

A Algodoeira Limoerense – S.A estabelecida na cidade de Palmeira dos Índios era uma das filiais das empresas têxteis da Família Duarte, que eram residente em Limoeiro/ PE. O ramo têxtil, com base na documentação que tivemos acesso, incluindo um inventário, era o negócio da Família. Tendo uma filial em pelos menos quatro Estados diferentes, Alagoas, Paraná, Pernambuco e São Paulo. E ainda tinham ações nominativas ordinárias em várias empresas espalhadas por todo território brasileiro, de Norte a Sul.

Octávio Heráclito Duarte era o patriarca da família, agropecuarista e industrial, sua esposa Inácia Dutra Duarte era dona de casa. Juntos tiveram 09 filhos, duas mulheres e sete homens. As mulheres tem sua profissão descrita como dona de casa, enquanto oito dos nove homens tinham suas profissões registradas como industriais.

A produção algodoeira em Palmeira dos Índios foi uma atividade desenvolvida desde o século XIX, sendo o mais indicado e preferido na ACM, por ser um dos mais limpos e com fibras excelentes para exportação, principalmente para os portos de Liverpool. A produção era cultivada em paralelo a outras atividades agrícolas e não requeria muito capital, o que possibilitou a adesão do trabalhador rural ao cultivo e o inseriu nas redes de comercialização.

A atividade continuou sendo desenvolvida ao longo dos anos. Tradição passada de geração em geração, os filhos aprendiam ainda crianças a lidar com o manejo da terra, experiência que garantia não somente a manutenção da vida familiar, mas também o abastecimento de toda cidade, com a comercialização dos produtos agrícolas nas feiras-livres da cidade uma das maiores da região que aconteciam aos sábados e também as quartas feiras.

A produção era escoada para cidades vizinhas, para capital / Maceió, para Recife e até mesmo Sergipe nos vagões do trem, transporte que entrou em circulação na década de 1930 e que de acordo com o relato de seu Cícero Ricardo da Silva “[...] o trem tem a classe primeira que só viajava as pessoas que são bem financeiramente e a segunda classe que viajava aqueles pobres. (Relato de Cícero Ricardo, 2019)

Seu Cícero em sua fala nos apresenta as dimensões físicas do trem. Um trem grande e espaçoso que dividiam as sessões em primeira e segunda classe, separando assim as pessoas em níveis socioeconômicos. E além dessas duas sessões, ainda tinha a parte de cargas leves, pesadas e as bagagens. A passagem de trem era mais barata do que as de ônibus que já estavam em circulação em fins da década de 1950, viabilizado pela construção da Rodovia Federal que ligava interior à Capital.

Na região havia vários armazéns que compravam o algodão em rama e em caroço. Um destes armazéns estava localizado na Praça da Samba⁷⁹ uma região central em Palmeira dos Índios e nas imediações da linha férrea, e outros estavam espalhados pelos distritos e zona rural da cidade. A maior e mais conhecida fábrica de beneficiamento do algodão instalada em Palmeira dos Índios foi a Algodoeira Limoerense- S/A, a ALGOLIN localizada à Rua Côsta Rego, 121, Centro.

Paula reside na cidade de Recife, e é membro da família Duarte. Ao entrar em contato com a mesma, via *WhatsApp*, solicitamos acesso à documentação que estava no prédio da antiga fábrica, e nos cedeu. No entanto, havia um grande volume de documentação espalhadas pelo interior do prédio, tanto no térreo quanto no primeiro andar – a casa dos proprietários –. Os documentos estavam espalhados pelo chão, em armários de ferro com gavetas quebradas, em cima de antigos móveis, estavam empoeirados e misturados com fezes de inseto, alguns inclusive descartados nos fundos expostos ao sol e chuva e com escombros.

Paula deu livre acesso para procurar e ter acesso à documentação. Um acervo documental desprovido de trato arquivístico. A pesquisa deveria ser apenas em uma manhã, no horário das 9h às 11h da manhã, pois nossa anfitriã retornaria a Recife sem perspectiva de retorno para Palmeira dos Índios – salvamos alguns documentos e depois de higienizados, os analisamos.

A documentação encontrada e higienizada não nos apresentou a data de instalação da fábrica, contudo tivemos acesso a fotografias de sua inauguração, imagem (6) em que foi registrada a presença de Robson Tavares Mendes prefeito local e também do Governador do Estado de Alagoas Muniz Falcão, participando da solenidade.

Robson Mendes foi escolhido pela Câmara Municipal para assumir o cargo de prefeito, substituindo Remi Maia que renunciou ao mandato de 1955 -1961 para assumir uma cadeira no Legislativo Estadual.

⁷⁹ Atualmente esta praça é denominada como “Praça Graciliano Ramos”, mas é popularmente conhecida como “Praça do Skate”.

Foi o registro fotográfico da presença de Robson Tavares, gestor Municipal entre 1955 e 1961, e a do Governador Muniz Falcão (1955-1960), que nos levou a ponderar que a instalação da Fábrica de beneficiamento “Algodoeira Limoerense S.A” (ALGOLIN), se deu entre meados da década de 1950 e início da década de 1960. Período em que ambos estavam no poder. Em instâncias municipal e governamental, respectivamente.

Imagem 6- Inauguração da fábrica



Acervo Byron Torres. *ano não informado.

Sebastião Marinho Falcão, Governador do Estado de Alagoas, foi cunhado de Robson Tavares Mendes, Gestor de Palmeira dos Índios, essa relação de parentesco, consanguíneo, poderia, em certa medida, favorecer o diálogo para destinação e efetivação de políticas públicas para o Município, bem como, governador em eventos, inaugurações e ações políticas que viessem ocorrer no território palmeirense.

A Lei Estadual sancionada, que isentava de impostos as fábricas de industrialização que fossem instaladas no Estado e a Lei de isenção de impostos Municipal, somada a grande produção de algodão e de boa qualidade, provavelmente, foram fatores que conduziram a família Duarte fixar uma filial têxtil em Palmeira dos Índios.

A instalação dessa fábrica na cidade possibilitou a geração de empregos para a população urbana, ao tempo que consumidor da produção algodoeira local, seja ela fornecida pelos armazéns e associações rurais, quer fosse negociada diretamente com o trabalhador (a) rural. Assim como os pequenos armazéns e bolandeiras dos distritos e povoados possibilitaram a geração de empregos e renda para os trabalhadores (as) rurais.

Os operários, nem sempre recebiam seus salários em espécie no final do dia ou no final do mês, isso porque a empresa e valia do uso dos vales. Durante a análise de parte da documentação da fábrica, foi recorrente o uso dos vales. Em dos vales (1989), encontrados, estava escrito o seguinte: “vale a importância de 2.500, 00 cruzeiros de despesas da residência e comp. De peixe, que declaro ter recebido e será levado ao debito de minha c/c”, esse era um vale, semelhante com nota promissória, do dia 12 de janeiro de 1989.

Um dos operários, que no vale não foi identificado nominalmente, iria receber seu salário com desconto. Não conseguimos identificar para realizar possíveis entrevistas, operários que tivessem desempenhado alguma função na fábrica, e tão pouco se estes operários tinham sua Carteira de Trabalho assinado.

Os vales poderiam ser vários tipos: adiantamento de dinheiro a ser descontada, entrega de algum produto como peixe correspondente a parcela de salário, ou um crédito para ser usado em algum estabelecimento comercial. O que se tem de fato, é que o vale retirava a autonomia do trabalhador sobre como gastar seu dinheiro. E era exploratório. Limitava o uso do salário aos desejos de como era pago pelo patrão. Esses vales eram assinados por José Heráclito Duarte, proprietário da fábrica.

O documento agenciado no texto sobre os vales é referente à década de 1980, 30 anos após o período por nós pesquisado, porém nos fornece indícios de um trabalho exploratório e que vai de encontro com a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – que foi promulgada em 1943 e que abrange um conjunto de direitos e benefícios para os trabalhadores urbanos.

E nos leva a pensar que mesmo os industriários serem regidos pela CLT, talvez a empresa não garantisse aos operários, na prática, a efetivação de seus direitos. Talvez, esses trabalhadores (as) não possuíam meios de reivindicar esses direitos. A Junta de Conciliação e Julgamento – JCJ – ficava localizada em Maceió, e deslocar-se do interior até a Capital não

era em muitos casos uma opção, a julgar pelos descontos que havia na folha de pagamento de adiantamentos e de vales, talvez no final das contas o que sobrava do salário dava somente para alimentação.

Quem sabe essa não seja a justificativa da existência de pouco ou nenhum processo impetrado na justiça por um trabalhador urbano ou rural do interior alagoano, contra o patrão. A falta de recurso ao lado da falta de conhecimento são dois elementos que compuseram esse cenário.

A ALGOLIM⁸⁰ estava localizada na Rua Costa Rego com uma área de 13.456m², próximo ao açude público do município. Como é possível visualizar na imagem (7) da vista aérea da ALGOLIN, a fábrica tomava de conta de quase um quarteirão.

Imagem 7 - Vista aérea da ALGOLIN



⁸⁰ De acordo com dados do cartório de registros de Imóveis da Comarca de Palmeira dos Índios, apresentados em uma espécie de relatório descritivo de todas as empresas.

Suas benfeitorias se tratam de um prédio construído em alvenaria com uma área de 2.677, 60m², com telhados de barro e brasilit e o piso de cimento batido. Eram cerca de 7 (sete) galpões espaçosos, o que explica a fábrica tomar conta de quase um quarteirão. Neste documento com a descrição física do estabelecimento não identificamos quem redigiu e o ano em que foi redigido:

A divisão interna era a seguinte: “01(um) oficina mecânica, 05 (cinco) áreas para depósito de caroços de algodão, 01 (uma) área onde se encontra montada a indústria de óleo, 01 (uma) área para almoxarifado e um depósito de farelo; 01(um) prédio construído em alvenaria com área de 2. 576, 26 m², cobertura de telhas de barros, piso de cimento batido, subdividido em 04 (quatro) armazéns para depósito de algodão em caroço, 08 (oito) depósitos para algodão em pluma, 01 (uma) área para casa de força e luz, 01 (um) silo para resíduos de algodão, 01 (uma) área onde se encontra montada a máquina de beneficiamento de algodão, 01 (uma) área para escritório com pavimento superior; espécie: Urbano, matrícula nº 5929 do cartório de registro de imóveis da comarca de Palmeira dos Índios (AL). (P.6-7)

O estabelecimento tinha uma boa estrutura física e com algumas divisões. As instalações da fábrica ocupavam quase o quarteirão inteiro da Rua Costa Rêgo, com seus vários galpões⁸¹. Dentre os 23 funcionários fixos da empresa, apenas dois eram mulheres ocupando o cargo de telefonista e caixa, ganhando o salário de 100,000,00 cruzeiros e 150.000.00 cruzeiros mensais, respectivamente. Dos 17 (dezessete) funcionários avulsos, apenas 05 (cinco) eram mulheres. Ou seja, de um total de 40 (quarenta) funcionários fixos e temporários, apenas 07 (sete) eram mulheres.

O processo de beneficiamento de algodão consistia em diversas atividades como a limpeza, a extração da semente, a secagem e o enfardamento antes da fase da industrialização, da fabricação de tecidos. A ALGOLIM era responsável por esse processo de transformação do algodão, a imagem (8) é de alguns dos maquinários que havia nas na fábrica, o registro foi feito no dia da inauguração. Percebemos que as autoridades políticas, em níveis estadual e municipal, estavam fazendo um tour nas imediações internas da Algodoeira Limoerense S/A (ALGOLIN).

Esse tour, ou apresentação do espaço interno da fábrica, dos galpões, das salas, dos maquinários, estava sendo guiada por um operário. O operário que aparece na imagem está vestido com uma camisa e calça, possivelmente o uniforme da fábrica, e que estava aparentemente sujo, a julgar pelas machas, que ganharam realce e destaques mais nítidos na

⁸¹ Os galpões ainda existem. Alguns deles dão espaço para instalação da loja “Americanas” e a construção de uma Unidade Básica de Saúde -UBS.

fotografia, a camisa em maior proporção e a calça em menor, está de boné, provavelmente como forma de proteção ao calor, está andando a frente das autoridades políticas.

O operário, que no momento do click, está em frente à máquina de número 02 (dois) nos pareceu, ser o responsável por apresentar os maquinários aos políticos de ternos bem alinhados e limpos. Naquele momento, a função designada para ele, foi de apresentar o espaço, o qual conhecia bem, ao tempo que poderia explicar a função de cada máquina, e por quais procedimentos o algodão passava. Expondo, assim, as funcionalidades da fábrica.

Cada galpão tinha uma função específica. O principal era do recebimento do algodão em pluma ou rama para a pesagem. Depois o algodão era separado para secagem e após esse processo passava pelo descaroçador. Por último passava pela prensa, transformando o algodão em plumas e prontas para serem enfardadas e comercializadas.

Imagem 8 – Maquinários da Fábrica de Beneficiamento do Algodão



Acervo Byron Torres. *ano não informado

A fábrica não beneficiava somente o algodão. Era também uma indústria de fabricação de óleo:

Nossa empresa, estabelecida na cidade de P. dos Índios – Al – o ramo de beneficiamento de algodão e industrialização de óleo bruto, e que adquirimos a matéria prima (algodão em caroço) diretamente dos produtores e cooperativas. (ALGOLIM, 1989)

Nada se perdia e tudo se transformava. Os proprietários adquiriam os produtos diretamente dos trabalhadores rurais. Essa demanda para atender as necessidades da fábrica incentivava ao trabalhador rural cultivar o algodão todos os anos e participar ativamente das vendas das safras, já que sabiam que a safra não se perderia e garantiria a renda complementar da família. Uma das únicas ações políticas pensadas e executadas destinadas aos trabalhadores rurais era a distribuição de sementes de algodão.

Em uma reunião ordinária da Câmara dos Vereadores em 1958, o senhor vereador João Bezerra pediu a palavra:

Sr. João Bezerra continua sua graça, terminando por requerer que fosse enviado um telegrama ao sr. Camilo Rocha, chefe do Fomento agrícola em Maceió, solicitando que o mesmo determine para distribuição de sementes de algodão [...] bem como solicitando o envio urgente de sementes de algodão. O requerimento é aceito e aprovado. (CAMARA DOS VEREADORES, 1958)

As sementes de algodão eram enviadas para o Município para ser realizada a devida distribuição para os pequenos produtores rurais. No entanto, teoria e prática se divergiam. Antônio Ezequiel nos narrou que as sementes de algodão eram “*compradas no armazém em que vendia o algodão*” (2018).

Um dos únicos projetos de incentivo ao trabalhador rural da região, na época, não alcançavam a todos, somente aqueles que estivessem associados, e como ficavam aqueles em que seu povoado não tivesse associações? E quem não era associado? Tal preocupação foi assinalada pelos vereadores Aristeu Teixeira Cavalcante e Emerentino Araújo Costa que desde o ano de 1952 – (Gestão governamental de Arnon de Melo) – manifestava tal preocupação que se estendeu até o ano de 1958 – gestão de Muniz Falcão.

E assim devemos dirigimo-nos a S. Excia. O senhor governador, por telegrama ou memorial, expondo o que se faz necessário nesta hora em que se iniciamos preparos dos roçados e começo das plantações, dizendo a S. excia. Claramente que sem uma leva semente criteriosamente distribuída e seu dinheiro também criteriosamente distribuído nada poderá esperar o estado no terreno da produção, nessa ocasião, com um ajuste o vereador Emerentino Araújo Costa, que declarou “para que severia [sic]

arranjar sementes, se não existe digo, se as mesmas não são criteriosamente distribuídas” (CAMARA DOS VEREADORES, 1958)

Mas, os companheiros legisladores pareciam não partilharem da mesma preocupação de Emerentino Araújo e Aristeu Teixeira, já que alegaram não acreditarem na existência de proprietários que ficassem com as sementes, enquanto os pequenos agricultores ficavam a mercê da compra das sementes. Deste modo, não assinaram e nem enviaram o memorando ao Governador do Estado.

Mas, isso não era obstáculo para que não houvesse produção pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Eles compravam as sementes nos armazéns ou/e nas fábricas. Algumas vezes, as sementes eram adquiridas nos armazéns com o pré-requisito da safra ser vendida ao estabelecimento que as fornecia, como nos é narrado pelos trabalhadores rurais durante as entrevistas.

No ano de 2020, fui ao encontro de José Alfredo da Silva, trabalhador rural e comerciante residente no povoado Dionísio. Cheguei por volta das 13 horas, interrompendo o seu horário de descanso, mas seu Alfredo me recebeu na maior alegria, se colocando “as minhas ordens”, modo de dizer que não se importava por ter se levantado e não tirado o seu cochilo da tarde.

Muito receptivo e bom humorado, nos narrou sobre a sua experiência com a terra, com o plantio e com a venda dos gêneros agrícolas, bem como sua trajetória de vida. Entre memórias melancólicas, como falecimento de seus pais quando ainda tinha três anos de idade, a memórias eufóricas de boas vendas, estabilidade financeira, uma vez que conseguiu montar o seu comercio de venda e compra de algodão.

Alfredo nasceu em 1937, no tempo presente da entrevista estava com 83 anos de idade e de vivências. Narrou-nos com detalhes sobre o seu passado, memórias que somadas as novas interferências nos informaram sobre o tempo de sua juventude. Tendo em vista que as sementes de algodão eram distribuídas pelas associações ou fazendeiros, questionei sobre como José Alfredo adquiria as sementes de algodão, ele nos respondeu o seguinte:

A semente do algodão a gente comprava. A gente comprava aquelas sementes, porque sempre não faltaram aquelas pessoas que eram os repassadores, né, aqueles que compravam aquela lavoura, eles interessava de vim trazer aquelas sementes e vender para nós plantar, assim para nós pagar na colheita, entendeu? Era, vou fornecer essas sementes e vocês me pagam na safra. Entendeu? (Relato de José Alfredo da Silva, 2020)

Então, percebamos que há duas jogadas estratégicas. A primeira por parte do comprador, que oferecia as sementes e prazo para o pagamento e como condição determinava que a safra devesse ser vendida ao comerciante fornecedor e as sementes quitadas na safra. Uma estratégia do repassador em garantir a compra da safra do algodão naquele ano e naquela região que produzia um algodão de qualidade.

A tática do trabalhador rural em comprar as sementes de um repassador já os garantia a venda da produção, ou seja, não iria ter perda. Outro detalhe é que os fornecedores iam vender as sementes na região e no período da colheita iam também pegar, o que facilitava para esse trabalhador na medida em que economizavam dinheiro. E segundo o relato de José Alfredo os repassadores “*eram pessoas que não tinham essas usuras- pecado capital, ambição – toda, porque naquela época era difícil*”, ou seja, os coloca como entendedores da situação sofrida do trabalhador do campo que não assistido pelo governo.

O funcionamento da Algodoeira Limoerense/ SA foi encerrado na década de 1990 quando a produção do algodão declinou.⁸² E os trabalhadores rurais passaram a cultivar em maior escala outros gêneros alimentícios, voltado principalmente para a fruticultura com o cultivo da banana. Contudo, não abandonaram o cultivo dos algodoais, apenas reduziram a produção e vendiam nas feiras para produção de linhas caseiras ou nos armazéns. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais reinventaram suas práticas de trabalho.

Passe a página e continue com o próximo capítulo em uma narrativa do cotidiano, das resistências e lutas diárias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios. Experiências históricas do lidar com a terra, da crença, de táticas e de afetos.

⁸² A produção do algodão na região de Palmeira e também Alagoas iniciou seu declínio na década de 1960.

4 DE GERAÇÃO PARA GERAÇÃO: COTIDIANO, TRABALHO E EXPERIÊNCIAS

Abrimos este capítulo alicerçado em Walter Benjamim (2012), e suas reflexões tão pertinentes no tempo contemporâneo sobre narrativa e experiência. Agenciamos os relatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais⁸³ de Palmeira dos Índios, agreste alagoano, na década de 1950.

Ressaltamos que não seguimos uma escala linear do tempo, e as memórias estão imersas em várias temporalidades, onde passado e presente se entrecruzam.

[...] Contar histórias sempre foi à arte de conta-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narra-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual. (BENJAMIM, 2012, p. 221).

E as histórias narradas são experiências que foram passadas de gerações para gerações. Experiências históricas que foram compartilhadas. Narrativas que não estavam, necessariamente, interessadas em transmitir algo puro, como meramente um relatório informativo, mas que se aprofunda na vida do narrador, em suas experiências e também na experiência de vida de outras pessoas.

Dessa maneira, apresentamos as condições de vida desse trabalhador (a) rural. A educação escolar rural não era uma prioridade do Estado e nunca foi uma opção para esses agricultores, e sim uma fuga⁸⁴. Fuga no sentido literal, daquele que procura fugir de algo, fugir da rotina exaustiva do trabalho.

Se caso houvesse uma fuga, a escola⁸⁵ era o destino escolhido por alguns dos entrevistados a irem, quando crianças. Porém, em alguns casos não adiantava ir à escola com objetivo de aprender a ler e escrever, pois o cansaço do dia anterior e saber que após a escola voltariam para a roça não permitia que conseguissem apreender.

⁸³ As entrevistas seguiram as normas da história oral. O roteiro de entrevistas foram semiestruturada e gravada em áudio e com autorização para uso dos relatos também gravados em áudios. Ver: ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁸⁴ A partir dos relatos dos relatos orais, podemos pensar que a “fuga” a qual eles se referem pode ser compreendida nessa esfera de fugir de algo.

⁸⁵ A escola poderia ser o lugar privilegiado desse aprendizado da capacidade de articular o ato de pensar a fala, desenvolvimento de argumentos. (MONTENEGRO, 2013). Mas, para esses trabalhadores foram outros os espaços em que eles adquiriram conhecimento, o saber.

Em outros, terminar o ensino fundamental era impossível, pois não havia condições sociais e econômicas, e o estudo, como sempre repetia a mãe de Jorge Marcos da Silva⁸⁶, não colocava comida na mesa, era o trabalho que garantia a sobrevivência alimentar. Por esses e vários outros fatores sócio-econômicos que a experiência no trabalho era um meio de aumentar a renda familiar, garantindo em maior parte a sobrevivência.

A década de 1950 foi uma época em que o discurso e a prática modernizante foram intensos no Brasil e em Palmeira dos Índios, houve um *boom* de elementos que se configuraram como modernos, como por exemplo: cinemas, prédios imponentes, higienização, cuidado com a estética da cidade, fábricas, e outros elementos. Mas, esta foi apenas uma face da modernidade.

Por outro lado, as populações do campo foram atingidas pela outra face, a da pobreza e a do esquecimento. As demandas das comunidades rurais foram colocadas em um plano secundário. Sem visibilidade, e sem execução de propostas e metas de beneficiamento e melhoramento das condições socioeconômicas e culturais. Isso, porque a “necessidade de urbanização e industrialização do Brasil, impulsionada pelas necessidades do capitalismo” (SILVA, 2010, p.62) estava no topo da execução dos planos governamentais.

A geógrafa Estevane de Paula Pontes Mendes (2005), faz uma discussão em sua tese de doutorado sobre a produção familiar em Goiás, e discute como há uma relação de dependência entre a cidade e o campo⁸⁷

As cidades precisam da produção de alimentos fornecida pelas pequenas propriedades rurais e esse estrato de produtores carece de políticas agrárias que viabilizem sua produção - e suas condições de sobrevivência. (MENDES, 2005, p.55)

Em situações como esta, há uma interdependência, que também pode ser identificada em Palmeira dos Índios. Uma relação de dependência e de poder. Era – e ainda é – a produção de alimentos, comercializados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais que abasteciam as mesas, os armazéns e as fábricas da cidade.

Mas, se fazia necessário políticas que fomentassem e viabilizassem essa produção. Políticas agrárias, e de incentivo aos pequenos agricultores (as). Que muitas vezes foram negligenciados pelo governo. Quer seja ele Federal, Estadual ou Municipal. Tecia-se uma rede de sociabilidades e compartilhamentos entre a cidade e o campo, o que não havia era a

⁸⁶ Um dos trabalhadores rurais entrevistados.

⁸⁷ Não está sendo operado no binômio campo e cidade, nem oposição.

aplicabilidade de leis que assegurassem a continuidade da reprodução técnica e física do trabalhador e trabalhadora rural.

Esses trabalhadores (as) apresentados criavam e se apropriavam de táticas para driblar os problemas no próprio campo minado do inimigo. Trabalhadores (as) que deixaram suas marcas. Inscrições nos centros urbanos, nos cinemas, nas fábricas. Que tem como legado a experiência histórica e compartilhada. Convido-os para continuar a leitura de uma narrativa sobre o cotidiano, das experiências, das angústias, da euforia e o do reinventar-se.

4.1 Entre o lembrar e o esquecer: experiências contadas

Um dos conceitos mais mobilizado pelos entrevistados foi “experiência”. O saber, o manejo com a terra e com a agricultura, que gerações passadas (pais, avós) os deixaram como aprendizado, um legado. Prática com a qual conseguiriam sobreviver e manter a existência física e material da família perante as dificuldades da vida e falta de assistência do Estado.

Walter Benjamim (2012) escreveu na década de 1930 um ensaio sobre a experiência, ou o declínio da experiência. “*Experiência e pobreza*”⁸⁸ narra sobre um velho produtor de vinhos, que no leito de sua morte revelou a seus filhos a existência de um tesouro nos vinhedos. Os filhos querendo encontrar esse tesouro que o pai antes de morrer os revelara, cavaram as terras, mas não encontraram nenhum vestígio do tesouro, mas foi:

Com a chegada do outono, porém, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho duro. (BENJAMIM, 2012, p.123)

O pai havia lhes deixado uma lição, que somente após a colheita da melhor safra da região, os filhos foram capazes de compreender, que a riqueza não está em algo material, o ouro ou a prata, mas que a experiência é transmitida de geração para geração. “É algo maior que pequenas experiências individuais, particulares [...], maior que a simples existência individual do pai [...], porém, que é transmitido por ele [...] algo, portanto, que transcende a vida e a morte” (GAGNEBIN, 2009, p.50). O conhecimento é algo que não esquecemos facilmente e somos detentores para usar e abusar.

⁸⁸ Este ensaio está na coleção “obras escolhidas. Volume I”, de Walter Benjamim.

A sociedade do desempenho⁸⁹, da pressa, “do sem tempo”, das tecnologias está distanciando-se deste “outro tempo” que parava, ouvia e transmitia. Um tempo que o Ancião era o detentor de saberes, o narrador. Foi em Março de 2020 que fomos surpreendidos por uma pandemia mundial. O Coronavírus altamente contagioso. Período em que as tecnologias foram usadas e abusadas, comunicação por chamada de vídeo era o modo de aliviar a saudade e dialogar.

E foi via *WhatsApp*, que iniciei um diálogo com Maria de Lourdes Fernandes que com medo e receio, preferiu que a entrevista se convertesse em uma espécie de diálogo virtual, pois a mesma se encontrava no grupo de risco e não colocaria sua vida e a de seus familiares em risco. Deste modo, não conheci Maria de Lourdes pessoalmente, mas, por uma foto selecionada para o perfil do aplicativo.

E, foi respeitando a autonomia e os limites⁹⁰ que iniciamos nossa entrevista via áudio, Maria de Lourdes foi muito simpática, e prontamente me respondeu às perguntas, buscando as respostas na rememoração de seu passado. As memórias foram sendo construídas com intervenções de novas vivências e experiências ao longo de seus 69 anos de idade.

Entre lembrar e esquecer-se dos momentos tristes, alegres de sua juventude, Lourdes nos confidenciou o que para ela é um segredo de se guardar a sete chaves, um conselho que seu pai, João Gomes de Araújo, passava para seus filhos. E passou para ela quando ainda tinha entre 08 e 10 anos de idade, em fins da década de 1950:

Ele falava assim “Olha meu filho, eu estou ensinando vocês trabalharem. Que um dia vocês irão ser dono de casa, vocês irão trabalhar como eu para dar comida a família, vocês vão casar e vai depender de vocês e não vai depender de mim, vocês tem que vê como é que se trabalha que é para vocês aprenderem. E vocês ir trabalhar aos outros assim, possa ser que vocês arrumem um dia de trabalho e vocês já sabem e já ganham, e quem não aprende não ganha nada porque não sabe fazer as coisas e ninguém quer ninguém que não sabe fazer as coisas. (RELATO de Maria de Lourdes, 2020)

O pai de Lourdes neste momento os ensinava a experiência do trabalho. A entonação em que Lourdes reproduziu o discurso do pai remeteu a uma ordem. Uma ordem expressa por quem era o chefe da família. De alguém que os alertava para o amanhã. Para um tempo que o pai não mais os iria sustentar, mas que eles formariam a sua família.

⁸⁹ “A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. sujeitos de desempenho e produção”. (HAN, 2017, p.23)

⁹⁰ Os limites ao qual me refiro é ao uso da ferramenta. Algumas pessoas de gerações mais antigas em que o uso de tais tecnologias não era tão disseminado, ou que não tinham condições financeiras de compra não dominam o uso da ferramenta e precisa do auxílio de outras pessoas. A depoente não tinha um domínio da tecnologia, o que acarretou que nossa entrevista durasse dois dias.

Da qual seriam chefes de família. Não seriam mais dependentes e sim independentes, e para que isso acontecesse de forma que lograsse êxito era necessário a experiência com o trabalho, era preciso que o pai ensinasse aos filhos, porque *“quem não aprende não ganha nada, porque não sabe fazer as coisas e ninguém quer ninguém que não sabe fazer as coisas”*.

Era por meio do trabalho que a família conseguia suprir as necessidades cotidianas. A produção agrícola tinha basicamente duas finalidades, o consumo e a venda. Trabalhar com/na terra não os garantia uma renda fixa. Os valores pagos nas mercadorias eram variáveis, dependendo da qualidade e da quantidade. Mendes (2005), afirma o seguinte:

A finalidade do trabalho era a satisfação das necessidades familiares. Não existia o fenômeno social dos salários e, também, estava ausente o cálculo capitalista de lucro. O esforço do grupo familiar era mediado pela relação entre o tamanho da propriedade e da família, entre os que trabalham e os que não trabalham. Dessa maneira, o volume da atividade familiar dependia inteiramente do número de consumidores e não do número de trabalhadores. O principal objetivo das transações econômicas do grupo familiar era a subsistência e não o lucro. Esses mecanismos de funcionamento da economia camponesa impediam a obtenção de renda. Outro elemento importante diz respeito à comercialização da produção. A comercialização dos produtos, nem sempre, assegurava o pagamento de sua força de trabalho, ou mesmo o preço de produção. (MENDES, 2005, p.38-39)

A citação acima, da geógrafa Estevane de Paula Pontes Mendes (2005), corrobora com os relatos de memórias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios. Um elemento que une os entrevistados em suas falas é o fator da família ser a base para produtividade. O Trabalho com a terra era uma atividade desempenhada por quase todos os membros da família, e assim não se tinha gastos com diárias externas.

A família constitui “a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que o propósito imediato da produção é a satisfação das necessidades essenciais da família e sua integração no mercado (MENDES, 2005, p.60-61)”. No seio familiar, destes trabalhadores, era realizada uma divisão interna das tarefas, as domésticas e do roçado, considerando a idade, sexo e habilidades de cada membro.

As tarefas domésticas ficavam a cargo das mulheres, da mãe que cuidava das refeições e também dos filhos mais novos. Enquanto iam para roça o pai e os filhos mais velhos. Dona Lourdes, recordou que em fins da década de 1950, quando tinha entre 07 e 08 anos de idade, em sua família havia divisões de tarefas:

Nós levantávamos de manhã, uma ia para o ralo, ralar milho, a outra ia buscar água de pote no açude, outros iam tirar ração para os animais, quando chegava aí uma dizia: vá para o ralo, ralar milho. (Relato de Maria de Lourdes, 2020)

Todos os membros da família desempenhavam funções, cada qual tinha sua obrigação. A mãe e as filhas além de desempenhar as funções domésticas, também trabalhavam no roçado. Uma rotina exaustiva. O trabalho não era remunerado, e sim o meio pelo qual a família sobrevivia. E nem sempre o dinheiro obtido pela comercialização dos produtos agrícolas eram suficientes para suprir a necessidade familiar.

A combinação entre o trabalho doméstico e a produção agrícola nos aponta duas unidades de trabalho administrado pela família. O trabalho familiar de manutenção da casa e o externo, a comercialização dos produtos. E, a partir desta organização eram estabelecidas estratégias e táticas familiares.

O conselho do pai de Maria de Lourdes, os ensinavam que o lidar com e na terra, para ele, era a prerrogativa principal para ter um trabalho garantido em futuro próximo, para constituição e manutenção de um lar. Nada era mais importante ou poderia substituir essa prática.

Jorge Marcos da Silva, trabalhador rural, residente no sítio Dionísio, zona rural de Igaci, enquanto entremeava as mãos e olhava fixamente para baixo, nos contou em entrevista no ano de 2020, que sua infância não foi fácil e não tinha tempo para brincar ou ir à escola:

Brincar não brincava muito não, porque não tinha fuga naquele tempo. A trabalhada era meio pesada. Nem para escola nós íamos, mas a mamãe naquela época dizia “olha, eu não como de escola não”, aí nós íamos, mas era para ir e voltar naquele instante, aí nós não aprendemos nada, eu não aprendi foi nada, só trabalhávamos mesmo, Nós pegávamos às 4 da manhã e ia para as 17/18h da noite. As vezes comia na roça mesmo [...]. (Relato de Jorge Marcos, 2020)

A narrativa nos revela que a brincadeira mesmo não sendo rotineira, não era somente um momento de lazer, de estar com os amigos, mas uma fuga do trabalho exaustivo que começava ainda, às quatro horas da madrugada e só findava com o pôr do sol, à noitinha. Quem sabe, o desânimo com o qual falou, como observamos em suas expressões, se deu por as brincadeiras serem algo escasso, e quando sobrava um ‘tempinho’ estava cansado demais para brincar.

Jorge Marcos nos contou que seus pais ainda muito novos tiveram que ir pra roça e não sobrou tempo para frequentar a escola, talvez a construção do pensamento de sua mãe ao

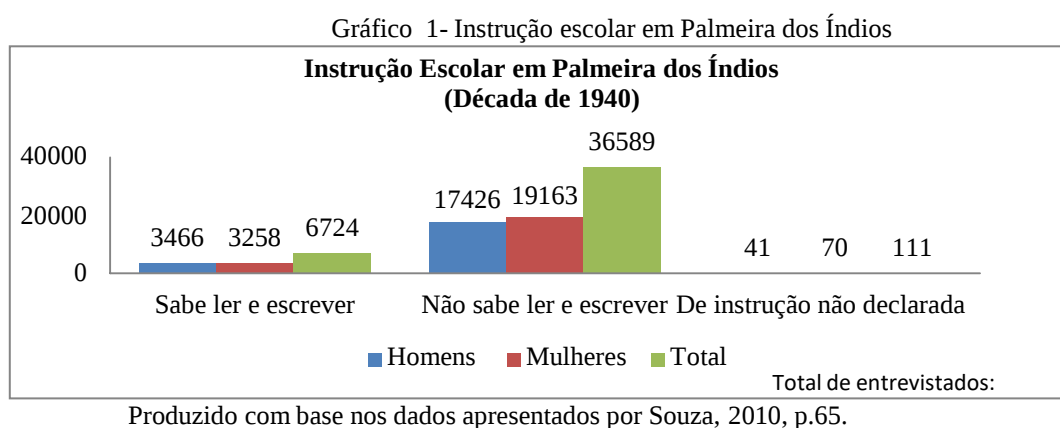
ênfatizar “*Olha, eu não como de escola não*”⁹¹ se espelhe em sua vivência pautada no trabalhado na roça. A frase ainda nos leva a pensar que alguns pais e mães – de Palmeira dos Índios, nos anos de 1950 – não acreditavam que filho de pobre tinha que estudar, ou ainda não se tinha expectativa de futuro baseado no estudo, pois o último não garantia dinheiro para suprir as necessidades cotidianas.

O que garantia a comida sobre a mesa era o trabalho árduo. Era plantar para sobreviver. “*Eu não como de escola*”, a perspectiva da qual a mãe de Jorge, e provavelmente outros chefes de família comungavam era que a educação escolar não fornecia os meios necessários da garantia alimentar.

O Estado brasileiro não viabilizava, na prática, projetos que atendessem a demanda social educacional da população que residia na Zona Rural, o que dificultava e impossibilitava o acesso e permanência das crianças e dos jovens no ambiente escolar. A presença de escolas rurais era mínima. Não havia escolas em todos os povoados, sítios ou distritos.

O acesso à escola não era um direito efetivado na prática. Não era um espaço frequentado por todos e todas. E, mesmo quando havia escolas em comunidades vizinhas, não viabilizavam meios que auxiliassem a permanência destes estudantes. A falta de aplicabilidade de políticas públicas, execuções de projetos escolares era mais um direito negado aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Josefa Adriana Cavalcante Ferro em sua dissertação de mestrado aborda sobre a trajetória escolar em Palmeira dos Índios (2010), discutindo diversos aspectos do município. Agencia em seu texto uma tabela produzida a partir do censo demográfico do IBGE de 1952, sobre a instrução em Palmeira dos Índios na década de 1940: vejamos:



⁹¹ Durante a entrevista as expressões faciais de Jorge nos indicavam algumas emoções como a tristeza, o desânimo, a alegria, a apreensão. O nervosismo ficava notório nos gesticulado apressado de suas mãos em que os dedos se entrecruzavam rapidamente.

A partir da análise do gráfico, notamos como era alto o número de pessoas sem nenhuma instrução escolar, o percentual chega cerca de 84,3% da população, sendo 52,4% mulheres. De acordo com o gráfico pouco mais de 6.000 pessoas sabiam ler e escrever, 15,45% do total de entrevistados. Não sabemos ao certo se o censo é referente a toda sociedade Palmeirense ou apenas os moradores das zonas rurais. Isso porque a soma dos entrevistados ao todo é de 43.424 pessoas, homens e mulheres.

O censo demográfico de 1950 apresenta Palmeira dos Índios com uma população de 67.202 habitantes (censo demográfico IBGE, 1952, p.58), um aumento de 23.778 mil pessoas, se comparado com a soma dos entrevistados (as). Mas, considerando que os relatos orais nos indica a falta de instrução escolar na zona rural e, boa parte desta população que respondeu ao questionamento marcando como opção não saber ler e escrever poderia estar localizadas no meio rural.

Isso porque, em primeiro lugar não havia escolas suficientes, ou seja, não se tinha uma escola por povoado. Os estudantes precisavam se deslocar da região que moravam para a localidade mais perto que tivesse um centro escolar, e também em muitos casos o pensamento preponderante era de que estudo não colocava a comida na mesa, então a prerrogativa dominante era o trabalho.

Não ir a escola, parecia ser uma regra entre os trabalhadores rurais, que desprovidos de amparo pelo Estado, criavam suas próprias táticas de resistências. E até mesmo aquele que chegou a frequentar a escola, não concluía os estudos. Dentre os entrevistados aqueles que frequentaram o ambiente escolar, cursaram até no máximo a 4º série⁹², como foi o caso de Maria de Lourdes que nos relatou o seguinte:

Cheguei a frequentar a escola, foi um pouco difícil [...], os pais eram pobres, não tinha com o que colocar os filhos na escola, mas nós nos esforçávamos para ir para escola, nós criávamos galinha, daquela galinha a gente vendia comprava o livro comprava o caderno. Quando nós não tínhamos caderno, meu pai comprava o pacote de pão e vinha uma folha de papel bem grande, a gente dobrava e fazia o caderno [...] Nós estudávamos uns três quilômetros de onde eu morava, do sítio Bom Vista para Lagoa da Areia do Sirico, município de Palmeira. Eu morava em Igaci e estudava em Palmeira dos Índios [...] nós íamos a pé ao maior sufoco, quebrava sandália nós vínhamos na terra quente, queimando o pé, mas nos continuemos estudando. Comia o cuscuz, tomava banho e ia para escola, quando nós chegava lá, já chegava de 8h e pouco, a diretora abria o portão, colocava a gente [...], meus cinco irmãos, ia mais cinco primo e outros amigos. Sei que eram em vinte e poucos alunos que estudavam lá neste colégio [...], quando agente vinha a tarde com fome, comia umbu, nos levava batata assada e guardava no caminho para nos comer, quando a gente vinha comia as batatas, chegava em casa duas horas da tarde, aí meu pai dizia “Vocês almoçam, tirem a roupa para ir pra roça” e assim a gente fazia

⁹² Nos dias atuais a 4º serie equivale ao 5º ano.

tirava a roupa, almoçava e enchia uma quartinha de agua, pegava a enxada e ia para roça. Todo dia era essa história, E era todo dia assim, todo dia. Assim eu estudei até a 8 serie [...] digo estudei ate o 4 ano. Nos anos 2000 veio o telecurso e voltei a estudar, mas não terminei os estudos que minha mãe adoeceu e faleceu, ai eu fiquei, perdi todas as provas e fui estudar a noite na lagoa da coroa ai fiz a 8 serie [...]
(Relato de Maria de Lourdes, 2020)

Maria de Lourdes nos narrou a sua experiência com o ambiente escolar, em fins da década de 1950, quando a mesma tinha por volta de 08 anos de idade, e com riquíssimos detalhes, como tentasse combinar retalhos diferentes para produzir uma grande rede de informação. Mesmo sendo difícil o acesso ao ambiente escolar, por a família ter poucas condições de mantê-los na escola, buscavam meios que garantissem a sua ida a escola.

Existiam duas práticas realizadas por eles. A primeira era a criação de galinhas para que pudessem vender e comprar cadernos e livros, e assim garantir a permanência e a aprendizagem do saber educacional com anotações de conteúdos, e as tarefas. Quando não tinham a criação ou mesmo não conseguiam vender, faziam do papel que vinha enrolado no pão, o caderno.

Transformavam algo sem utilidade em algo útil. Essas eram táticas criadas e apropriadas para que continuassem a sonhar com as letras, as sílabas, as palavras, as frases, os números e quiçá um texto. Em casa tinha um acordo interno, antes de sair para o colégio às tarefas domésticas e rotineiras deveriam ser realizadas. Um ralar o milho e fazer o cuscuz, outro ir ao açude com um pote⁹³ na cabeça buscar água, cortar e colocar rações para os animais entre outras, e só então podiam ir.

Mesmo os legisladores municipais, na década de 1950, terem “*Aprovado projeto de lei para criação de 04 escolas municipais nos sítios*”, as escolas não contemplavam todos os sítios e povoados da região. Desse modo, os estudantes precisavam deslocar-se de seu povoado para a região mais próxima, e o traslado era feito caminhando, pois não havia transporte escolar.

Na zona Rural existia a chamada casa-escola, ou ensinos particulares sem regulamentação municipal⁹⁴ e mesmo na década de 1950 quando houve projetos pra se fazer cumprir uma demanda e um direito social, não foram construídas em todos os povoados.

A inexistência de transporte escolar implicava que os alunos ao fazerem o percurso a pé, criassem táticas de se manterem firmes no trajeto escola/casa. A depoente nos contou que “*comia umbu, nos levava batata assada e guardava no caminho para nos comer, quando a*

⁹³ Recipiente de barro ou louça de boca larga, comum para carregar/armazenar água.

⁹⁴ Ver dissertação “A trajetória da educação escolar em Palmeira dos Índios (AL) ontem e hoje: o caso do Colégio Estadual Humberto Mendes de Josefa Adriana Cavalcante Ferro de Souza (2010).

gente vinha comia as batatas, chegava em casa, duas horas da tarde”, não se importavam se a batata ia estar fria, suja ou se algum animal tivesse passado por ela, o importante era a batata estar lá na volta.

E quando chegavam em casa não iam descansar. Assim que pisavam dentro de casa, ouvia-se a voz do pai dizendo *“almocem e tirem a roupa para ir pra a roça”*, então percebamos que a escola era uma opção, mas o trabalho era uma ordem, no caso desta depoente.

Em 2018 entrevistamos Ezequiel da Silva, baixinho, residente no sítio Coruripe da Cal, povoado de Palmeira dos Índios. Chegamos até ele através de seu neto, que ciente do teor da pesquisa que estávamos desenvolvendo naquele ano sobre a produção do algodão e conhecendo a experiência do avô no plantio e colheita, nos conduziu até a casa dele.

Ezequiel nasceu no ano de 1947 e desde muito novo, entre 06 e 08 anos de idade começou o trabalho na lavoura, juntamente com o seu pai. Diferente de Maria de Lourdes que pode frequentar a escola enquanto criança, ou Jorge que não pôde estudar porque não conseguia assimilar os estudos com a rotina intensa de trabalho, o estudo nunca foi opção de escolha para Ezequiel:

Trabalho meu filho. Trabalho, o senhor pensa que nós estudávamos? Não. “Nessa época, gente pobre” num podia botar fi em estudo não, e quando a pessoa queria estudar, quando era maior de idade pagava uma professora particular, ai pra estudar de noite, porque pelo dia não tinha fuga, por causa o trabalho, e eu mais meus três irmãos, nós não estudava, nosso estudo era trabalhar. Meu pai saia para trabalhar fora, que meu pai botava roça, né, mas[...] Tem que ganhar fora, ai meu pai saia pra trabalhar fora e dava conta eu, e meu irmão, a minha irmã ele não dava conta não, minha irmã ficava em casa também, era pequena e cuidava da casa. Ai ele dava 5 carreira de mato pra cada um, agora e dizia mais meu filho, as que ficar já sabe, né!? As carreiras que ficar é as lapadas que vai levar de noite. Ai pronto, ai eu começava a trabalhar mais meu irmão e meu irmão nas 5 carreira dele e eu na minha, ai quando dava de tarde que eu só tinha tirado duas ou até mesmo 3 carreiras, que eu via que não ia dar pra eu tirar, ai eu metia o pau a chorar, era trabalhando e chorando, com medo do veio que a ordem era quente, era pesada. (Relato de Ezequiel, 2018)

Gente pobre não podia estudar e quando podia era somente para aprender o básico, ler, escrever e contar, pois *“o estudo [...] somente para as famílias mais aquinhoadas financeiramente, as quais podiam manter os filhos nas escolas, que também eram escolas particulares, indo, até, quem sabe, ao ensino superior (SOUZA, 2010,p.48)*

Ezequiel foi bem enfático ao dizer *“nosso estudo era trabalhar”*. Estudar nunca nem sequer foi uma opção, era praticamente impossível para Ezequiel e seus irmãos durante a infância. Estudar só se tornava possível na juventude, e se pagasse uma professora particular,

tendo como detalhe fundamental o horário. Estudar só à noite, porque durante o dia a ordem era trabalhar.

Antônio Ezequiel nos relatou que sua mãe era uma pessoa muito boa, mas seu pai era muito bravo, e que tinha muito medo dele. Seu pai preparava a roça, mas não tomava de conta porque aquela produção era para o consumo familiar e o pouco que sobrava não dava conta das despesas, por isso ia trabalhar em outros locais para garantir o dinheiro das despesas e cuidado com a casa.

Ele e o irmão mais novo tinham a obrigação de cuidar do plantio, sendo responsáveis pela limpa. E a ordem do pai era bem dura, deveria os filhos limpar toda a roça, porque cada carreira que ficasse era uma lapada recebida. No relato, a angústia e o medo parecem ganhar entonação quando ele fala *“quando dava de tarde que eu só tinha tirado duas ou até mesmo 3 carreiras, que eu via que não ia dar pra eu tirar, aí eu metia o pau a chorar, era trabalhando e chorando, com medo do veio que a ordem era quente, era pesada”*, a ordem do Pai deveria ser cumprida ao “pé da letra”⁹⁵, caso contrário haveria consequências.

O cotidiano desses trabalhadores ora se aproximam, ora se afastam. Mas, o que se mostra como elemento principal que norteia as narrativas construídas por agentes diferentes é o cotidiano no labor.

Os mais velhos era então o que Benjamim chamou de narrador, pois ele por sua vez, seria também “um homem que sabe dar conselhos”, ou seja, um expoente de um ensinamento dito moral, de um provérbio ou de uma norma de vida. (BENJAMIN, 2012). O ancião era o sábio da comunidade, da família. Aquele (a) que sabia a melhor época para plantar e como plantar. Alguns se ancoravam na crença religiosa para “deduzir” quando o ano iria ser bom ou ruim, de seca ou com chuvas.

O que percebemos é que o projeto de modernização que buscou, sobretudo, a ampliação e intensificação da industrialização e o embelezamento das cidades, do país, não tinham como um dos objetivos, um projeto educacional amplo e democrático.

4.2 “Se Santa Rita ajudar o rasga letra vai vingar”: A produção agrícola

A produção algodoeira que era cultivada em várias cidades do agreste e também no sertão alagoano, apresenta uma grande vantagem no plantio, como elenca Maria Marlene da

⁹⁵ Refere-se a cumprir as ordens exatamente como elas foram ditas.

Silva e Diva Maria de Andrade Lima no livro “Sertão norte: área do sistema gado-algodão” (1982) ao dizer:

Apresentava como uma de suas grandes vantagens aquela de partilhar com uma cultura de subsistência a terra que ocupava, permitindo ao pequeno agricultor produzir em uma mesma área, com um só trabalho de preparação de terra e de limpeza das culturas, o alimento e o produto comercial. Por outro lado, [...] a semente e a folha do algodão se tornaram alimentos básicos do gado na estação seca [...] (SILVA; LIMA, 1982, 37).

Essa mesma dinâmica ocorria no território Palmeirense. O algodão podia ser cultivado consorciado, ou seja, entre outros gêneros agrícolas, como o feijão, a fava, o milho e até mesmo com o fumo como ocorria no sítio Dionísio, experiência que foi contada tanto por Edvânia Marques como por Jorge Marcos. E as ramas dos algodoads serviam de alimento para o gado durante o verão, quem produzia em terras próprias usavam as ramas para alimentar sua própria criação.

No caso do arrendamento da terra, para além da contrapartida de plantar palmas ou capins de forma não remunerada, as ramas do algodão não podiam sair das cercas, deveriam permanecer no cercado para que no verão os proprietários soltassem suas cabeças de gado e eles tivessem o que comer. As ramas eram uma espécie de moeda de troca.

Essa produção era de base familiar. Beatriz M^a Alásia Heredita pontuou em seu livro “vida e moradia” de 1979, o seguinte sobre os roçados:

O trabalho no roçado possui um caráter familiar já que, quem desenvolve as atividades ligadas a eles são os membros do grupo domésticos. O caráter familiar é mantido ainda que em determinadas circunstâncias, haja necessidade de contratar um trabalhador. De qualquer forma, este é um fato esporádico que está associado a uma necessidade de maiores recursos com relação ao número de membros de que se dispõe para alcançá-lo.” (HEREDITA, 1979, p.24).

E assim também ocorria na zona rural, foram unânimes os relatos dos entrevistados em que apontavam que todos os membros da família trabalhavam na agricultura, e quando não trabalhavam de forma direta, trabalhavam de forma indireta, ou seja, na manutenção da casa. Limpando-a e cozinhando para que no horário de cada refeição a comida fosse servida para os que estavam na roça.

José Alfredo, nos idos de suas memórias sobre o cotidiano nos contou as gargalhadas, uma situação que julgou no mínimo pertinente:

[...] porque naquela época não existia televisão por aqui. A diversão que nós tínhamos era um pagode. Sabe o que pagode? Então você novinha e já sabe o que é pagode, pois é então a gente... Inclusive até um tio meu cantava pagode, com um pandeiro e aí era a diversão da gente aquele pagode, uma violinha. Aí, assim no meio da semana, para entreter e não dormir cedo, os mais velhos ia assim à casa do vizinho contar histórias que eles falavam histórias de trancos onera e a gente se interessava muito a ouvir daquele pessoal, para entreter e não dormir cedo. (Relato de José Alfredo, 2020)

Não é que não havia televisão, pelo contrário já existia, mas a família de José Alfredo não tinha condições financeiras de comprar uma televisão, aspecto que inclusive era uma “realidade” no meio rural, o que fazia com que eles aproveitassem a juventude e o tempo livre de outras formas.

Uma delas apontada por ele é a ida ao pagode, que a nos questionar sobre se sabíamos o que era um pagode e diante da resposta positiva, ficou bem surpreso a ponto de expressar “*você tão novinha e já sabe o que é pagode*”, provavelmente por acreditar que a sociedade da atualidade é uma sociedade que não para, que não escuta e quiçá não consome cultura que para ele é das antigas.

Percebamos como o toque do pandeiro era a alegria da noite, a diversão da juventude. Outra prática de diversão e para não dormir cedo, era ir à casa do vizinho um grupo de amigos contarem histórias, as histórias de Trancoso – como é narrado por ele – histórias inimagináveis, fantasiosas, e que todos ouviam atentamente. Em outro momento e seguindo a mesma linha de elementos de diversão, nos contou que somente uma pessoa no povoado tinha uma televisão.

A televisão era bem pequena e projetava imagens em preto e branco e ia um grupo de pessoas e chegando lá, era um “*converseiro*”⁹⁶ *tão grande e alto*” que mal podiam escutar o que se passava naquela telinha, mas era muito bom esse encontro porque todo mundo ria e se divertia, estava entre amigos.

Durante a entrevista realizada com Iara Maria da Silva, trabalhadora rural indígena, aldeada⁹⁷ na Aldeia Fazenda Canto em 2018, de uma simplicidade e receptividade de dar injeção a qualquer pessoa mal humorada e estressada da geração do século XXI, nos contou sobre as dificuldades de sua juventude e sobre a precariedade em que vivia sua família:

Nossa casa era uma casinha pequena muito modéstia, feita por papai mesmo e os amigos de barro, sem cimento no piso, um quarto, uma sala e uma cozinha, sem banheiro, né, nós não tinha banheiro. Nossa infância a gente usava no mato, como

⁹⁶ Várias pessoas falando ao mesmo tempo.

⁹⁷ Ser aldeada significa dizer que reside dentro de um aldeamento, ou seja, de uma aldeia/comunidade indígena.

era sitio era muito fechado de mata por todo canto, então a gente usava o mato, não tinha banheiro. [...] nunca teve nenhuma assistência, não [...] (Relato de Iara Maria, 2020)

A casa onde morava era pequena, diríamos até que muito pequena quando nos é revelado que a família era composta por 10 membros, o pai, a mãe e mais sete irmãos e a casa tinha apenas um quarto. Permaneceu em silêncio quando questionada onde dormiam as pessoas, se todos no mesmo espaço.

Não podemos mensurar o sentimento e muito menos adjetiva-lo, pois é algo subjetivo. Mas, pareceu-me que lembrar aquelas situações a qual era exposta, não era uma experiência que queria rememorar e muito menos expressar em palavras. Ou talvez, não existam palavras capazes de representar o que foi vivido. Como em um lampejo de memória, a depoente passou a nos narrar sobre as trampolinagens que inventavam como, por exemplo, o candeeiro que usavam os chumaços de algodão como pavio, já que não havia energia. Deixando para cair no esquecimento experiências como usar o mato como banheiro.

Prática que também foi narrada por Edvânia Marques durante a segunda entrevista que realizamos com ela no ano de 2020, minha mãe *“pegava um vidro de remédio, fazia o pavio com o algodão e ela fazia o bico da candeia de lata e enchia vários vidros de gás e espalhava pela casa.”*

A expressão que nomeia este tópico foi dita por José Alfredo da Silva que durante a entrevista sobre cotidiano, trabalho e produção nos narrou com detalhes o seu lidar com a produção agrícola. Essa foi uma expressão que marcou a entrevista porque nos mostra que havia uma linguagem própria dos trabalhadores (as) rurais do povoado Dionísio daquela época, e ainda que a partir de uma crença religiosa fosse sabido se a safra seria boa ou ruim.

José Alfredo nos contou que sua família era muito católica e por esse motivo ia para muitas festas relacionadas a santos, as famosas “festa da padroeira” que aconteciam nos povoados, sítios e na cidade. As festas são uma forma de homenagear as santas que foram escolhidas para ser padroeira daquele local.

Quando estava relatando sobre essa proximidade com a Igreja, as memórias parecem ter se confundido ou até mesmo ter se chocado, e logo o entrevistado mudou de assunto rapidamente e nos contou que nunca apareceu ninguém em Dionísio⁹⁸ para conversar e quiçá conscientizá-lo sobre direitos e como lutar por eles:

⁹⁸ Esse relato de José Alfredo está se referindo a um período de sua juventude, muito provavelmente a década de 1950. Dionísio nessa época ainda era um povoado de Palmeira dos Índios, somente a partir do ano de 1957 quando Igaci é emancipado de Palmeira dos Índios, que ele se torna povoado pertencente a Igaci.

Não, nunca apareceu ninguém para mim dar direito, assim desse lado do trabalho da agricultura, nós vivíamos por nós, trabalhando com o conselho daquele mais velho, porque quanto mais novo sempre via acompanhando os conselhos dos mais velhos, hoje é porque hoje o estudo a ciência e tudo descobriu muita coisa que deixou de escutar os mais velhos. [...] É porque, (Com a experiência deles – mais velhos) o ano que entra vai ser bom, porque tinha os mais velhos que assim, nessa época que nos estamos hoje, estamos no fim do ano né, no começo de ano, fim de ano, tinha aquele mais velho que tinha aquela experiência de dizer “o ano que entra vai ser um bom inverno”, aí a gente já ficava animado né, por quê? Porque esta acontecendo aquilo, esta acontecendo isso e tal né? Então usava minha família sempre católica né? Ai meus avos usavam uma experiência de Santa Luzia, começou o mês de dezembro aí do dia 1, que mais ou menos naquela época eram seis meses de chuva, de inverno, seis dias, aí eles diziam, tiravam aquela experiência vai chover bem, não vai, aí nós já tinha essa experiência. (Relato de José de Alfredo, 2020)

No ano de 1951, foi fundada em Palmeira dos Índios uma associação rural⁹⁹ que tinha como principal objetivo construir uma rede diálogo entre o trabalhador rural com os trabalhadores urbanos e principalmente assistir os pequenos agricultores e comerciantes. Mesmo sendo fundada em 1951 esta associação não possuía uma sede física.

Valdemar de Souza Lima¹⁰⁰ nasceu em Salomé, hoje município de São Sebastião, cidade localizada na parte sul do Estado de Alagoas em 1902. Em 1930, fixou-se em Palmeira dos Índios, na mesma década assumiu o compromisso de ser colaborador da Gazeta de Alagoas e do Jornal de Alagoas, em Maceió, e do Diário de Pernambuco, em Recife, como correspondente do município de Palmeira dos Índios. Desde a década de 1930, mostrava-se preocupado com os problemas dos sertanejos, entendia que se fazia necessário e era de extrema importância à presença dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para composição do quadro socioeconômico e político do município.

Assim sendo, buscou recursos junto a Câmara dos Deputados para que houvesse a execução da construção de um prédio para sediar a associação rural fundada em 1951. E, o então deputado federal Luís Medeiros Neto¹⁰¹ (1950-1954) auxiliou nesta demanda. E solicitou ao congresso um crédito de C\$ 500.00, 00 (quinhentos mil cruzeiros) para a

⁹⁹ Esta associação abrangia diversos segmentos sociais, trabalhador rural, pecuarista e até mesmo comerciantes.

¹⁰⁰ Para saber mais sobre Valdemar de Lima, acessar: <https://apalca.com.br/patronos/valdemar-de-souza-lima/>

¹⁰¹ Elegeu-se em dezembro de 1945 deputado por Alagoas à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD), de cujo diretório regional viria a ser presidente, além de membro do diretório nacional. Empossado em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes defendendo os postulados da Igreja Católica e o programa da Liga Eleitoral Católica. Concentrou também sua atuação na busca de soluções para os problemas regionais de Alagoas, no combate ao comunismo e ao divórcio, foi ainda a favor da proibição do jogo e da transferência da capital para o interior do país. Após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), permaneceu no exercício do mandato na legislatura ordinária que se seguiu. Foi líder de sua bancada e integrou a Comissão Especial da Bacia do São Francisco, da qual foi vice-presidente, e a Comissão Permanente do Serviço Público Civil da Câmara. Texto disponível na plataforma digital do CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-de-meneses-medeiros-neto>

construção da casa do lavrador. Na apresentação do projeto, Medeiros Neto apresentou a seguinte justificativa no congresso para seus colegas deputados:

A associação rural da cidade de Palmeira dos índios pretende realizar, em todo o sertão alagoano, vasto programa de assistência ao agricultor e ao pecuarista. [...] visando criar uma mentalidade de progresso nos métodos e processos de lavoura e criação [...] A associação rural de palmeira dará início as obras de construção da sua sede, caracterizada ‘casa do lavrador’. Trata-se, portanto, de iniciativas, que não podem deixar de merecer o auxílio do governo federal e o pronunciamento favorável do congresso nacional [...] O desequilíbrio econômico nacional resulta, não há negar, do êxodo crescente das populações rurais, provocando o congestionamento dos grandes centros e das cidades litorânea. É preciso, mais do que nunca, que se ofereçam ao homem do campo os recursos e meios de assegurar a sua tranquilidade e bem estar no ambiente em que vive [...] com este objetivo, foi criada a Associação rural de palmeira dos Índios. [...] Palmeira dos índios é o maior centro agro-pecuario de todo o estado de Alagoas. No [...] território alagoano, esse município pela sua cultura e desenvolvimento econômico, exerce natural influência sobre o interior de Alagoas. (MEDEIROS NETO, 1952, P. 2-5)

O discurso, sob o qual o deputado Medeiros Neto se utilizou para defender a importância da destinação de verbas para a construção da sede, sob a prerrogativa da construção de uma “*mentalidade de progresso nos métodos e processos de lavoura e criação*”, convenceu seus pares e o projeto de nº 1.629-a de 1952 foi aprovado pelo Congresso Nacional, que decretou em seu art. 1º que ficava a cargo do Poder Executivo abrir o crédito com o valor solicitado para auxiliar a associação rural.

A frase “*mentalidade de progresso nos métodos e processos de lavoura e criação*” nos leva a questionar sobre qual mentalidade o deputado se referiu. Seria então a mentalidade e os métodos dos trabalhadores (as) rurais atrasados e, portanto precisava que fosse criado um órgão que os pudessem regulamentar e esta mentalidade avançar, se tornando moderna!?

Lembremos que foi na década de 1950 que o discurso de um país modernizante tomou corpo e foi intensificada, mesmo não havendo na prática, políticas de incentivos e melhorias das condições sociais e econômicas da população rural. A principal base econômica de inúmeras cidades e estados estava pautada na produção agrícola. Desta forma, havia o anseio de mecanizar a agricultura:

O desenvolvimento do sistema socioeconômico capitalista promove a especialização da produção no campo, em que novas tecnologias são destinadas à melhoria da agricultura. Assim, a mecanização se impõe como forma de elevar a produtividade do trabalho e a indústria química, permitindo o aumento da resistência das espécies e, é claro, que, principalmente, esses dois últimos fatores promoveram a expansão do mercado consumidor para a indústria (a montante e a jusante) que se desenvolvia no meio urbano. (MENDES, 2005, p.30)

No entanto, pensado o território de Palmeira dos Índios, o anseio pela mecanização e efetivação de novas tecnologias para melhorar a agricultura, ficou somente na teoria, uma vez que o modo pelo qual os trabalhadores gerenciavam a produção era à base de tração animal, no que diz respeito à aração de terra, enquanto o plantio era feito de modo manual.

A lógica que os legisladores pareciam operar se fundamenta na perspectiva do moderno e do tradicional/atraso. Para além desta justificativa, outro fator que provavelmente contribuiu para a aprovação do projeto foi à importância econômica que Palmeira dos Índios tinha na década de 1950, e por consequência a influência que exercia sobre os demais municípios vizinhos, como elucida Medeiros Neto.

O projeto foi aprovado e a verba concedida. E naquele mesmo ano foi construída a sede da associação rural, uma organização civil, sem vínculo com o poder municipal, presidida por Valdemar de Souza Lima. Se voltarmos à justificativa de Medeiros Neto, podemos observar que há o apontamento do motivo principal da consolidação desta sede *“É preciso, mais do que nunca, que se ofereçam ao homem do campo os recursos e meios de assegurar a sua tranquilidade e bem estar no ambiente em que vive [...] com este objetivo, foi criada a Associação rural de palmeira dos Índios.”*

O objetivo principal da associação colocada neste documento da Câmara dos Deputados que seria assistir e dar os meios que garantissem a tranquilidade do trabalhador rural, não condiz com os relatos colhidos de diversos trabalhadores (as) rurais de diferentes sítios e povoados, onde há uma predominância do discurso de que não havia aplicabilidade de políticas governamentais.

Como o próprio relato acima de José Alfredo nos contou ao afirmar que *“nós vivíamos por nós”*, nos dando indícios da falta de assistências aos trabalhadores rurais. Principalmente no âmbito da agricultura. Ou quando os trabalhadores compravam as sementes de algodão como foi relatado pelo depoente, que compravam a semente de algodão do repassador, ou seja, com aquele que ia comprar a safra.

Então vejamos, fica a incógnita sobre qual trabalhador era auxiliado, pois mesmo sendo chamada de casa do trabalhador rural ou casa do produtor rural era uma associação que agregava os diferentes segmentos de trabalhadores. Ia do agricultor ao comerciante. Isso porque Valdemar de Souza Lima, presidente da associação, acreditava ser necessária essa aproximação dos trabalhadores urbanos e rurais e ainda promover a valorização desse segmento social.

Ele publicou a seguinte matéria no *Correio Palmeirense* em 1952:

Essas excursões que a Associação Rural de Palmeira dos Índios está promovendo ao interior do município, são de valor inestimável, porque antes de mais, a virtude de unir o homem da cidade e o homem do campo que, em regra, aqui no sertão, vivem inteiramente divorciado um do outro. Realmente, entre o camponês e o citadino existe uma espécie de abismo inexplicável, o primeiro quando não se considerando superior ao último, no mínimo se desinteressando totalmente pela sorte dele. Fico sem poder compreender como é que não costumamos levar a sério e tratar com respeito matuto, que é e ainda terá de ser por muito tempo a alavanca primordial do progresso [...] Do rurícola depende tudo. Entretanto, essa classe de gente, cada dia se desvaloriza mais aos nossos olhos[...] A associação Rural de Palmeira ainda que no nascedouro, quer se bater, lutar com ardor pela reabilitação da roça. E como ponto principal do seu programa, tenciona fomentar o espírito de classe. E, não só isso: reunir um só bloco, agricultores, comerciantes, pecuaristas, funcionários públicos, políticos [...] (Correio Palmeirense, 1952)

Valdemar, em uma única matéria desnuda a sociedade palmeirense da época. Essa matéria nos leva a pensar que a população que vivia nos centros urbanos se sentia elitizada perante a população rural, buscando a sua exclusão. Durante a entrevista que foi realizada em 2020, Maria do Amparo da Conceição, com um sorriso largo “sem tamanho”, trabalhadora rural indígena nos falou “*A gente sabia o nosso lugar*”. A frase trouxe consigo uma entonação de que havia algum tipo de diferenciação, e então quando questionada se havia algum tipo de exclusão, após alguns minutos em silêncio, como se estivesse a procura das palavras certas, nos disse que “*não*”.

Analisando essa matéria, a frase dita por Amparo é atribuída um sentido. Havia o lugar do agricultor (a) e o lugar do citadino. Existia um distanciamento social bem elucidado pela matéria e pelo depoimento. Essas barreiras, no entanto eram “quebradas”. O trabalhador ocupou uma cadeira no cinema se misturando com todos, do homem à mulher, da criança ao adulto, do rico ao pobre, ocupou as feiras abastecendo a cidade e as mesas (sem eles, muito provavelmente, não haveria o abastecimentos), forneciam as fábricas e armazéns, movimentavam o comércio e a economia. O trabalhador e trabalhadora rural deixaram suas marcas, suas inscrições em cada lugar da cidade.

Cidade e Zona rural não são dicotômicas, pelo contrário eles se convergem. Ora se assemelham ora se diferenciam. Essa ideia apenas corrobora para internalização da mentalidade que a cidade representa o moderno, enquanto o meio rural seria sinônimo de “atraso”, do tradicional.

Mas era no plantio, no cultivo e na colheita que se fazia acontecer. A importância dos roçados está intrinsicamente ligado à sobrevivência. Durante a Assembleia da Comissão

Pastoral da Terra que aconteceu no início de 2020¹⁰² em Palmeira dos Índios, com o tema “Somos terra, somos água, somos vidas: Romper as cercas do capital e tecer as teias do bem, viver na casa comum” que reuniu trabalhadores e trabalhadoras rurais de várias cidades, ligados a movimentos sociais diferentes¹⁰³, professores, pesquisadores, representante da Igreja, foi colocado em debate o bem-viver das comunidades, assentamentos.

Foi realizada uma dinâmica em que cada grupo deveria expor a sua visão, opinião do que garantia o bem-viver, entre os elementos elencados estava: garantia de soberania alimentar, a boa convivência, garantia dos direitos e principalmente o acesso a terra. Entre um debate e outro, foi colocado em problematização um conceito muito disseminado e utilizado no meio da escrita academicista, ou não.

O termo *subsistência familiar* foi questionado. Questionaram-se os trabalhadores (as) rurais que estavam presente naquele momento, o que eles entendiam por “*subsistência*” e se de fato essa categorização os representavam. Se eles estavam apenas “sub” existindo ou existindo, e nesse momento ecoou em uma só voz, quase em coral, afirmando que eles não queriam sub-existir e sim existir e mais ainda resistiam frente às inúmeras adversidades do cotidiano.

O termo então “subsistência” pareceu-me ser uma pré-condição ou um condicionamento a um estado ao quais os trabalhadores e trabalhadoras não se sentiam pertencentes. A partir desta reflexão e do posicionamento dos trabalhadores, entendemos que o trabalho na agricultura é para manutenção física familiar.

A garantia alimentar, de acordo com José Alfredo, era assegurada pela experiência que os mais velhos passavam para os mais novos. Que na época sem auxílio governamental, era eles por eles mesmos. Que criavam suas táticas de sobrevivências para atravessar as dificuldades da vida.

Tomo por empréstimo o conceito de Michel de Certeau que diz o seguinte

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] a tática é um movimento dentro do campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado. (CERTEAU, 1994, p.100)

¹⁰² Em comemoração dos 45 anos da existência da pastoral

¹⁰³ Movimento dos Sem terra (MST); Movimento dos trabalhadores do Campo (MTC), Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho indigenista missionário (CIMI); representantes dos movimentos das mulheres camponesas; representantes do movimento indígena; Professores.

Desse modo, os trabalhadores e trabalhadoras se valiam de táticas dentro do próprio terreno do “inimigo”, entendemos esse inimigo tomado por uma forma institucional, ou seja, o Estado que não garantia assistência aos trabalhadores, mas continuava a fazer o controle social, usando como principal mecanismo os censos demográficos.

Outro indício que sua narrativa nos traz é sobre a perda desses ouvir os mais velhos e seguir os conselhos proferidos por eles¹⁰⁴, ainda segundo ele “*hoje é porque hoje o estudo a ciência e tudo descobriu muita coisa que deixou de escutar os mais velhos*”. Ou seja, para ele o conhecimento científico substituiu o conhecimento popular e por tal motivo a experiência dos mais velhos foram em certa medida invalidados.

E entre uma pausa e outra de quem busca nas memórias acontecimentos que julga pertinente, retoma a discussão sobre a experiência da produção. E explica que funcionava como uma espécie de indicativo se seria uma boa ou ruim produção e a crença em Santa Luzia. Uma experiência que vem desde as gerações passadas “meus avós usavam uma experiência de Santa Luzia”.

Ao nos indagar se conhecíamos essa crença e ao ouvir como resposta que ainda não, ele tomado por uma euforia disse-nos que iria nos explicar e então começou:

Por exemplo, Santa Luzia é no dia 13 de dezembro, então os mais velhos eles pegavam, eles começavam com a experiência dia 01, como o dia primeiro do ano, é janeiro, se no dia primeiro ele dava aquele sinal, ai oh, janeiro vai ser assim e assim, depois vem fevereiro, março que já é o tempo da gente começar plantar, ai já dizia vai chover, nos vamos plantar março, abril já dava um sinal mais forte para eles que entendiam. Eu posso ate explicar, vai, se o dia 01 de janeiro, para os mais velhos, se começasse a pintar uma carregação, sabe? Botando nuvens, sabe, botando nuvens no céu, cobrindo, ai dizia olha vai começar a chover, ai dai ate o dia 12 de janeiro se, quanto mais aquele nevoeiro, às vezes dar ate aquela chuvinha, então era a experiência que ia ter um bom inverno, os mais velho ensinava para a gente e as vezes dava certo.. (Relato de José Alfredo, 2020)

Ele nos explicou detalhadamente como funcionava na prática essa experiência praticada por sua família. Dia 13 de dezembro é comemorado o Dia de Santa Luzia, que do latim significa “*Portadora da Luz*”, ela é invocada pelos fiéis como a protetora dos olhos, o canal de luz¹⁰⁵.

E, era tomando esse conhecimento empírico que iniciavam a produção. Preparação do solo e plantio das sementes. Com ou sem crença era no mesmo período que os trabalhadores e trabalhadoras começavam ou intensificavam a labuta.

¹⁰⁴ Benjamim (2012) nos lembra de que a maior riqueza consiste na transmissão de conhecimentos, da tradição oral, da narrativa tradicional que é transmitida de gerações em gerações.

¹⁰⁵ Para mais informações acessar: <https://santo.cancaonova.com/santo/santa-luzia-protetora-dos-olhos/>.

Edvânia Marques buscou nas memórias de seu passado com o trabalho na agricultura, na experiência de seus pais informações sobre a época do início das atividades agrícolas:

Olhe, o meu pai plantava mais assim de São João¹⁰⁶ pra Santana¹⁰⁷, do mês 6 pra o mês 7, ele plantava o algodão [...] Aí de São João para Santana arava e plantava. Plantava na mão, na máquina, que tem aquela máquina de mão, né?! Plantava na máquina, às vezes plantava na mão e aí era muitas limpas, eram 3, 4 limpa que dava naquela roça toda, né? E ele começava a florar quando estava [sic] grande. Limpando com a enxada [...]ele começa crescer, e você tem que tá limpando, chegando terra com a enxada no pé dele, aí com o passar do tempo, ele coloca uma flor, e aquela flor ele coloca a bola e a bola se transforma na gasula, que é o que dar a lã, né. Depois que a bola abre ela se torna... Da flor ela passa a ser bola e da bola ela passa a ser gasula, é onde você tira e coloca no ceio, porque na época amarrava uns ceio na cintura e você catava e colocava dentro do ceio, aí cada carreira que você tirava no final já tinha um forro de cama grande, que o pessoal colocava no pé de árvore, lá na sombra.[...] espalhava aquele forro naquela sombra e colocava os ceio ali e quando era a tarde ia buscar de carro de boi, porque nessa época nem carroça de burro não tinha, era só carro de boi, aí enchia aquele monte de trouxa e ia pra casa de um senhor, que se chamava na época seu Juca Preto, pesar esse algodão, A colheita se você plantar ele no mês 6, aí lá para o mês 10 você tá catando, que é mais ou menos uns 3 meses, se eu não me engano, de 3 a 4 meses, ele é mais de dar no verão [...]muitos agricultores eles diz assim, é bom porque você tá sem o dinheiro da feira, vai lá na roça, cata e já tem aquele algodão pra vender e fazer a feira [...]

(Relato de Edvânia Marques, 2018)

A entrevistada nos narrou com detalhes como era o cultivo do algodão. Desde o preparo da terra à colheita. Observemos o quanto a depoente era atenta ao modo do desenvolvimento dos algodoads. Primeiro coloca uma flor e da flor nasce à bola que se transforma em uma gasula, que é o que dar a lã, quase uma metamorfose algodoeira.

Para colher o algodão colocava-se um ceio na cintura, e no final da carreira já havia um lençol de “*cama grande*”, ou seja, as carreiras eram relativamente grandes, enchia um lençol grande, o forro ficava na sombra, pois os ceios¹⁰⁸ permaneciam lá até o final da tarde, quando eram tirados e transportados em carro de boi para que fosse feita a pesagem e então vender para os armazéns.

No mesmo ano de 2018, no povoado Coruripe da Cal, em Palmeira dos Índios entrevistamos o senhor José Lopes da Silva que no momento da entrevista tinha 70 anos de idade e o cabelo bem penteado, quando indagado sobre o período que dava início aos trabalhos no relatou o seguinte:

¹⁰⁶ São João se refere ao mês de Junho.

¹⁰⁷ O mesmo que Julho.

¹⁰⁸ Se amarrava na cintura um pano formando uma meia lua, grande bolso ou como eles chamam “ceio”, onde as bolas de algodão eram colocados.

Nós plantávamos assim, no mês de junho, aí pronto, no mês de junho nós plantava o algodão, o feijão. Nós plantávamos o feijão, quando o feijão nascia nós plantávamos o algodão [...] a gente ia para armazém, trazia os sacos, ensacava, colocava no carro e eles levavam para o armazém [...] o algodão em Palmeira [...] dezembro quando o inverno dava bom, nós chamávamos roupa de festa, nós plantávamos e vendia pra comprar as roupas de festa. (Relato de José Lopes da Silva, 2018).

Nas tessituras das memórias, José Lopes nos forneceu alguns indícios sobre a produção e venda dos produtos agrícolas nos armazéns do município. Assim como as narrações sobre o início do cultivo na agricultura mesmo em diferentes regiões serem semelhantes, corrobora ainda com narrativas sobre o cultivo algodoeiro se dar consorciado com outros gêneros agrícolas (CARVALHO (2015), SANT’ANA (2011)). O que permitia uma produção de sobrevivência alimentar, ao tempo que podiam comprar alimentos de primeira necessidade, que não eram cultivados na terra, garantindo a manutenção da vida.

Notemos que Lopes, menciona que os proprietários dos armazéns forneciam a esses trabalhadores meios que facilitavam compra e venda dos produtos, técnicas que talvez, barateassem o valor da mercadoria, detalhe que provavelmente passava-se despercebidos pelos trabalhadores (as), que poderiam ver nesses gestos um “ar de bondade”.

Ou, podemos pensar na astúcia do trabalhador rural. O carro do comprador indo até a residência buscar a safra significava que não precisaria gastar com fretes, ou seja, um custo a menos, e ainda que a venda da safra estivesse garantida. Os sacos já serem do armazém, o trabalhador não precisava comprar. Então, os custos eram reduzidos e o dinheiro economizado.

Os armazéns, aos quais vendia a produção, ficavam na cidade. Em Palmeira dos Índios havia mais de um armazém e existiam também fábricas. Os relatos de alguns trabalhadores, guiados pelas referências nos levam até a ALGOLIN, a maior fábrica de beneficiamento de algodão no município e que abastecia seus galpões com o algodão produzido na região, o melhor algodão registrado desde o século XIX como vimos no relatório produzido pela Associação Comercial de Maceió (ACM).

O principal referencial que nos leva a deduzir que tal armazém na verdade se refere à fábrica de beneficiamento ALGOLIM é o Açude Do Goití que é citado no tecer das memórias dos trabalhadores. Nas proximidades da fábrica há um açude, conhecido como Açude do Goiti, como podemos visualizar na imagem (9):

Imagem 9– Açude nas proximidades da Fábrica



O trabalhador rural Antônio Ezequiel, nos contou durante a entrevista em 2018, sobre sua experiência com a venda de uma safra de algodão o seguinte:

Foi de santo pro algodão ficou nessas alturas assim o algodão, bom, ai deu carregó, o bicho carregou ai eu comecei... nessa época a minha casa era pequeninha, só era eu, ela e dois menino, ai eu comecei botar algodão no quarto, quando topou no telhado, ai eu digo agora vou vender, que eu não tinha apanhado nem todo ainda, né! Ai eu chamei o Nelson, ele mora ali, ele veio lotamos a caminhonete dele de saco, foi por riba. Aí fomos pra Rua da Lagoa, para armazém, ai o cara pesou o algodão, quando acabou de pesar, ai fez gosto mesmo viu, ai o dono do armazém, era o caba pesando e ele tomando nota, quando caba pesou o derradeiro saco ele já estava com o dinheiro já, um bolão desse tamanho assim de dinheiro, ai digo pronto vou botar aqui dentro do saco, ai abri o saco ele botou o dinheiro, ai eu enrolei junto com os outros, ai entrei na caminhonete ai eu digo vamos embora, ai fomos embora, ai foi uma beleza. (Relato de Antônio Ezequiel, 2018)

O relato de memória de Antônio nos revela que a safra de algodão daquele ano – por volta da década de 1970 – foi tão abundante que chegou a encher um quarto, topando até ao teto e a felicidade dele em receber um bom dinheiro por aquela venda. A expressão *aí o cara pesou o algodão, quando acabou de pesar, aí fez gosto mesmo viu*, pode nos indicar a surpresa positiva em relação à safra algodoeira.

Observemos ainda que o armazém par ao qual ele vendeu ficava localizado na rua da lagoa “*Aí fomos pra Rua da Lagoa, para armazém*”. São esses indícios que nos levam a pensar que o armazém era na verdade a ALGOLIM. Vejamos ainda o relato de Orlando Alves Campos, que em 2019 estava como coordenador do Departamento Nacional de Obras contra a Seca-DNOCS Palmeira dos Índios:

Aqui tinha uma algodoeira, que hoje no que sobrou foi construída a lojas Americanas, num desses galpões. O meu tio, ele estava construindo esse colégio aí da esquina, que é o colégio LOGOS, ele me falou que em 1959, ele disse que no centro da cidade hoje, onde era a algodoeira, as duas ruas paralelas eram cheia de algodão. Naquela época Palmeira, era a princesa do sertão, era cidade polo na época, né, então ao algodão era muito forte. (Relato de Orlando Alves, 219)

As memórias do passado se entrecruzaram com os acontecimentos do tempo presente. Mas, vejamos que a produção do algodão era abundante e o principal ponto de venda na cidade era a ALGOLIM. A rua onde estava localizada ficava cheia de algodão. Ou seja, havia um grande fluxo de compras do algodão produzido na região, desde a década de 1950 até início da década de 1990.

Voltando para o relato de memória de José Lopes, sobre os ciclos de plantio, o que ele ainda nos permite argumentar é vulnerabilidade social e econômica que estes trabalhadores estavam imersos. Quando ele fala “*quando o inverno dava bom, nós chamávamos roupa de festa, nós plantávamos e vendia pra comprar as roupas de festa*”, percebamos que a compra de roupas para todos os membros da família dependia intrinsecamente do êxito da produção, então, se “*o inverno dava bom*” a vestimenta era garantida, caso fosse um período de estiagem, e não houvesse safra ou o dinheiro arrecadado fosse insuficiente para compra das demandas alimentares não produzíveis por esta família, não haveria roupas de festas.

Os cultivos dos gêneros agrícolas não seguiam necessariamente o conhecimento técnico dos ciclos da natureza, regido por quatro estações Primavera, verão, Outono e Inverno¹⁰⁹, era usada como referência a experiência de gerações passadas, o conhecimento empírico. Na prática somente era conhecido duas dessas estações o inverno, que tem como principal referência às chuvas, e o verão que tem como principal referencial o sol quente.

Era no inverno, estação mais fria e chuvosa que começavam as plantações, aproveitando o momento climático propício. Mas, um detalhe sobre o cultivo do algodão é

¹⁰⁹ Outono: Março a Junho; Inverno: Junho a Setembro; Primavera: Setembro a Dezembro; Verão: Dezembro a Março. Informações disponíveis também no site da FIOCRUZ.
ver: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/estacoesano.htm#:~:text=Todo%20mundo%20j%C3%A1%20sabe%20que,do%20sol%2C%20dura%20um%20ano.>

que ele precisava de um tempo seco, por isso a colheita dele era realizada no fim do ano. Por isso essa lembrança que a produção propiciava até a roupa da festa de final do ano.

O relato de Joé Lopes, assim como de outros trabalhadores rurais como Ezequiel Gonçalves, José Balbino, Cícero Ricardo, Edvânia Marques, José Alfredo, por exemplo, conduzem a uma mesma narrativa, as roupas novas para festas eram adquiridas uma vez por ano. E tinham que trabalhar na esperança de ser um ano com chuvas regulares.

A regularidade das chuvas era importante, sobretudo para o plantio do algodão, porque essa produção precisava de um período mais seco, o depoente José Noé de Lima, quando entrevistado em 2018 estava com 75 anos de idade e explicou o seguinte “*quando pegava um tempo chuvoso, o algodão ficava verde, aquela carga muito madura apodrecia*”, então vejamos que quando o inverno se estendia um pouco mais, ou dava as trovoadas de verão¹¹⁰ o agricultor perdia a safra, “*teve uma época que deu uma chuva e perdi tudo.*” (relato de Gildo Cavalcante Montenegro, 2018).

Porém, quanto mais o verão se estendesse mais o algodão dava. Inclusive na produção algodoeira existe o chamado renovo, momento em que as capsulas do algodão se renova e dar mais uma safra. E o renovo era também um agenciador de esperança, pois era depositada nele a expectativa de mais uma venda da safra para aquisição de outros produtos, como Maria de Lourdes nos contou “*a safra de algodão e agora renovou, o renovo é a feira da quaresma, o povo falava isso no tempo do meu pai (2020)*”. A quaresma é um período de quarenta dias antes da celebração da Páscoa, a ressurreição de Cristo; é uma prática religiosa cristã, regida por várias crenças e costumes, entre elas, a exigência que na Sexta-Feira Santa, consuma apenas peixe.

Antônio Ezequiel da Silva, que estava com seus 71 anos de idade em 2018, período da entrevista, filho de agricultores teve sua infância atrelada a esse universo, nas tessituras de suas memórias passadas quando questionamos sobre a renda familiar, o morador do povoado Coruripe da Cal em Palmeira dos Índios, nos narrou o seguinte:

[...] Aí quando eu tinha um dinheirinho mais ou menos eu ia na Palmeira e comprava 4, 5 sacos de farinha, comprava 3, 4 sacos de feijão, aí na minha casa lá, tinha um quarto que era a conta de uma mesa, uma mesa grande que tinha, tinha só a vaga da gente entrar, meu depósito era encima da mesa, aí botava lá, pronto lá ficava pronto e aí eu ia me virar trabalhar pra comprar o açúcar, o sabão, a mistura¹¹¹, né, e então comprava um remédio pra criança que adoecesse, alguma camisa pra mim e o restinho do dinheiro eu botava, ela chamava dinheiro de bunda ela chamava, eu botava no bolso da bunda[...]. (Relato de Antônio Ezequiel da Silva, 2018)

¹¹⁰ Chuvas fortes e passageiras que ocorrem durante o verão.

¹¹¹ Carne, proteína animal.

Ao ser questionado sobre o destino do dinheiro adquirido com a venda dos produtos agrícolas, nos relatou que era destinado prioritariamente aos gêneros de necessidades básicas, como o alimento. Inclusive, mencionando a preocupação com a quantidade, quatro (4) ou cinco (5), três (3) ou quatro (4), quanto o dinheiro fosse suficiente para essas necessidades vitais. E o restante, como açúcar, sabão, proteína animal, popularmente conhecida como mistura, esses pareceriam ser menos prioritários, pois depois se daria um jeito para adquiri-los com os frutos do trabalho. O que sobrava era tão pouco que dava em um bolso da calça.

A fala do entrevistado nos forneceu alguns indícios. O primeiro que a principal preocupação do trabalhador rural era com a alimentação. Isso porque ela é essencial para sobrevivência e para mantê-los fortes para continuarem a labuta, pois o corpo não podia esmorecer. A compra de remédios ficava em segundo plano, apenas em um caso de emergência, roupas somente se sobrasse. O relato deixa margem para pensarmos que a compra destes últimos itens apresentados acima, ocorriam se sobrasse algum “*dinheirinho*”.

Quando Antônio Ezequiel nos relata “*Aí na minha casa lá, tinha um quarto que era à conta de uma mesa [...] era só a conta de a gente entrar, meu depósito era encima[...] da mesa[...]*”, nesta frase percebemos que a casa de Ezequiel era pequena, não sabemos com mais detalhes se era de alvenaria ou de taipa tipo de construção muito comum até os dias atuais nesta região. Mas, mesmo diante de tais dificuldades, Ezequiel continuava a separar uma parte do dinheiro para que no futuro pudesse construir uma casa maior.

A outra expressão que vamos explicar agora é o “*rasga letra*”. José Alfredo que cultivava algodão e logo depois abriu um comércio que também passou a comprar algodão, nos explicou que o algodão era extremamente rentável e por isso ganhou um codinome “*rasga letra*”.

Porque o algodão sempre foi um produto que a gente chamava de rasga letra. Sabe o porquê? Eu vou explicar a gente chamava de rasga letra porque muitas pessoas arrumavam assim uns com outros, aqueles que tinham mais condições que sempre teve, fazia assim “eu vou te ajudar, emprestava aquele dinheiro para o cara pagar na colheita de algodão”. (Relato de José Alfredo, 2020).

O algodão então, não era tão somente destinado para a compra de alimentos de primeira necessidade e roupas, mas expressava a garantia principal de que a dívida adquirida seria liquidada. As letras nesse sentido eram as dívidas, a mensalidade e o algodão era o que rasgava a ficha, e a dívida liquidada, por isso então “*rasga letra*”.

Como disse José Alfredo “ninguém nunca deixou de pagar o que devia por falta do algodão”. E, foi ainda com o dinheiro da venda do algodão que alguns trabalhadores conseguiram realizar a materialização de sonhos.

José Alfredo, principalmente com a comercialização do algodão, conseguiu abrir seu comércio. Alcides Guedes dos Santos, com seus 85 anos de idade, quando cedeu a entrevista em 2018, contou que “*teve uma época que o algodão deu muito dinheiro e meu pai comprou uma terra aqui em Tanque D’ Arca*”. José Balbino nos relatou que foi graças ao dinheiro do algodão, o qual cultivava desde a década de 1950, ainda com seu pai, que conseguiu construir a casa em que mora até hoje:

Eu construí isso aqui com o dinheiro do algodão. Foi dinheiro de algodão, mas trabalhei muito com carpinteiro também, mas trabalhava aqui e lá, mas nunca abandonei minha rocinha. Trabalhava fora, mas nunca abandonei minha roça. (Relato de José Balbino, 2020)

O cultivo algodoeiro parecia ser de lei no Povoado Dionísio, mesmo que tivesse outra profissão ou ocupação, os roçados não eram abandonados. Havia uma preocupação em continuar a manutenção e produção da agricultura.

O rasga letra também pode ser entendido como o dinheiro do bolso da bunda. Antônio Ezequiel que provavelmente tinha uma casa pequena nos contou que o pouco dinheiro que sobrava “*botava [...] no bolso da bunda*”, e foi juntando esse dinheiro que conseguiu comprar um terreno e construir uma casa maior. Não mais uma casa que era a conta de uma mesa.

Entusiasmado, lembrou:

[...] Isso aqui meu filho eu arrumei assim, eu trabalhava a semana todinha, meus sete filhos, tudo pequeno em casa. E então assim eu trabalhava, mas eu nunca comia todinho o dinheiro que eu ganhava na semana, não comia num era porque não tinha precisão não, sabe, porque se fosse pra comer, dinheiro de três semana, nós comia na semana. Mas eu sabia dirigir, né [...]. Bom, aí eu fui trabalhando, aí depois meu menino pegou camaradagem com um menino aqui e disse pai oh Loriná¹¹² tá vendendo um chão, pai num quer comprar um chão lá não? Eu disse, meu filho palavre¹¹³ lá um chão pra nós, quanto é o chão? Agora na época tão baratinho rapaz, ele disse pai é 1.000 reais, eu digo após meu filho contrate lá um chão pra nós que quando for daqui uns dias eu vou lá olhar, se eu me agradar tudo bem, se não me agradar eu já pego em outro canto. Aí quando foi na outra semana eu vim, era ali em baixo não me agradei, aí eu vim para cá, e digo me agradou aqui, aí veio outro rapaz e disse olha Lorivá, seu Antônio não se agradou ali não, se agradou aqui, ele disse está bom diga a ele que pode ficar com esse chão, aí eu digo pronto ali eu vou comprar logo tijolo, vou comprar 2.500 telhas [...] aí depois se não der eu compro

¹¹² Nome ou apelido de um conhecido da família.

¹¹³ O mesmo que confirme que quer comprar ou há a possibilidade de compra.

mais, comprei dois (2) milheiros de tijolos e coloquei aí na frente, comprei 2.500 telhas encostei aqui, nessa época só tinha essa casa aqui. Digo agora vou esperar seu Paulo vim de Juazeiro pra nós continuar o serviço [...] aí foi, foi, graças a Deus fiz aqui. (Relato de Antônio Ezequiel da Silva, 2020)

A produção agrícola atrelado com o trabalho em outros locais, e como ele bem enfatiza a boa gerência do dinheiro proporcionou que ele comprasse um terreno bom e construísse uma boa casa para toda família. Essas são algumas narrativas que elucidam como o trabalhador rural mesmo diante de inúmeras adversidades, conseguiam contorná-las e seguir adiante.

Uma das principais adversidades encontradas pelo produtor do algodão foi referente à praga do bicudo, uma lagarta que dava na bola do algodão. O *jornal Diário de Pernambuco* publicou a seguinte matéria

Conforme estava previsto, a lagarta vem atacando os algodoais em toda faixa sertaneja do Estado, causando o lamentável fato serias apreensões entre os habitantes do campo, que no renovo do ouro branco depositavam as suas esperanças nesta entrada de ano. Contudo, a praga não se vem manifestando com grande intensidade e, se novas chuvas continuarem a cair, decerto ela passará, sem fazer muita moessa. Isso é, porém uma hipótese. Nesta quadra do ano, nada pode ser considerado mais incerto que a chuva, o combate a praga está sendo contudo tentado. Infelizmente os nossos meios ainda são muito precários. As máquinas custam caro ainda e o inseticida mais caro ainda. Um e outro fogem, assim é a capacidade aquisitiva do matuto pobre que tem de, por isso mesmo, a certeza a contingência de perder o pouco que o seu renovo de algodão podia trazer-lhe. (Diário de Pernambuco, 1953)

E, como diz a matéria à lagarta era uma grande preocupação dos trabalhadores (as) porque ela podia acabar com uma produção inteira e gerar prejuízo. E o pequeno agricultor que não tinha acesso a políticas públicas pelo poder municipal ou governamental, ficavam a mercê da sorte.

Quando se tinha uma condição financeira razoável ainda podia se comprar um inseticida e pulverizar a plantação, quando não, era se pegar com a crença e pedir a Deus que se caso desse a praga fosse pouca, e o prejuízo fosse mínimo e um pouco da safra se salvasse, para assim o trabalhador (a) rural comercializar e conseguir nem que fosse um pouco de dinheiro, para quitar suas dívidas mais urgentes, e/ou comprar suprimentos essenciais.

4.3 No ritmo do pagode: o balançar para cá e para lá e se reinventar

Não havia energia elétrica na zona rural. Somente houve instalações elétricas, em algumas regiões, com a implantação do programa “Luz para todos” em 2003, antes disso o

uso de candeeiro era muito comum. Além de não haver energia elétrica, também não tinha água tratada. O que havia era água de açudes para o consumo e limpeza da casa. A água de beber e cozinhar, era a mesma água de lavar roupa, de lavar louça.

O órgão criado com o principal objetivo do combate a seca foi o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) foi instalado em Palmeira dos Índios na década de 1950. Não encontramos documentos sobre a atuação deste departamento no município, no entanto entrevistamos em 2019 o então coordenador do departamento, Orlando Alves Campos que nos contou um pouco sobre o funcionamento e atuação daquele órgão.

Dentre os detalhes sobre os trabalhos executado pelo DNOCS, Orlando nos confidenciou que era realizado de forma muito rústica, por exemplo, os açudes eram cavados manualmente:

Era antigo. Arcaico mesmo. A gente fazia a fundação, aquele caixão, eles demarcavam o paredão, cavavam , tiravam todos os materiais, pedras, barro, tudo, para depois vim compactando no seco, aguando e elevando, a ter chegar nessa fase aqui, que é a fase do [...]que é onde vai ser colocados as pedras para conter a erosão, no caso de Jaramataia foi utilizado máquinas, como essas daqui, mas a grande maioria era tudo no seco, todo braçal.(Relato de Orlando Alves Campos, 2019)

A narrativa do coordenador do departamento, Orlando Alves, corrobora com o registro fotográfico, que nos foi apresentado no momento da entrevista, de obras que estavam sendo realizadas através do DNOCS, as construções de açudes nos povoados de Palmeira dos Índios.

Na imagem (10) podemos observar um grupo de trabalhadores, em linha reta, com ferramentas como picaretas em mãos e pás ao lado. O trabalho braçal, em certa medida exigia dos trabalhadores um preparo físico, não o estético, mas o de resistência e a persistência em continuar. Cavar o chão e retirar a terra, e em alguns meses, tomar a forma de açude.

Observamos que no espaço de trabalho há ainda carroças, e seus “pneus” eram na verdade, somente as ferragens, não havia de fato o revestimento de borracha, câmara de ar, que facilita o manuseio.

Imagem 10- Homens trabalhando na construção de açudes



Acervo do DNOCS. Ano da foto não informado

Duas trabalhadoras rurais nos relataram sobre a experiência que tiveram em um projeto chamado “*Magnú*”, do Governo Federal por volta das décadas de 1980/1990¹¹⁴, como é rememorado:

Trabalho na Magnú “Ah eu trabalhei muito na” Magnú, desde criança, a Magnú era um programa do governo, quando a situação estava muito difícil, em época de seca, era tipo um auxílio que vinha para cavar um açude na região, mas era no seco, pra quando chegar chuva encher aquele açude, então a gente trabalhava sim. [...] quando era pequena ia ao nome de mamãe, mamãe grávida com barrigão não podia ir, então mandava eu no lugar dela carregar barro do açude [...] o pagamento era na cidade. Um dinheiro muito pouco, que não dava para quase nada. [...] o dinheirinho a gente juntava com o de papai e o de mamãe para comprar algum alimento. (Relato de Iara Maria, 2020)

¹¹⁴ Não conseguimos encontrar maiores informações.

No relato percebemos que desde a sua infância, toda a família era posta a uma condição de trabalho exploratório. A necessidade e a fome eram urgentes, e as oportunidades que apareciam, mesmo sendo exploratórias e exaustivas principalmente para crianças, eram aceitas, eram postas em execução, pois o que se estava em jogo era a manutenção e sobrevivência familiar.

Como o relato de Edvânia deixa transparecer:

Tinha uma história de uma Magnú, que o governo determinava para o município e ali tinha algumas vagas para o município e o gestor determinava para as comunidades [...] precisava fazer um cadastro [...] A Magnú na época era tipo vamos limpar um açude, veja a escravidão que era, limpava agente ganhava um valor que não era muito [...] era um valor muito pequeno em dinheiro que a gente ganhava e a gente ia limpar um açude, era muita lama, os homens cavavam e a gente pegava um saco, e pegava uma pessoa de um lado do saco a outra do outro lado, o homem enchia o saco de barro, a gente subia a rampa e jogava do outro lado aquele barro, era tudo manual. (Relato de Edvânia Marques, 2020)

Um trabalho árduo, mas que não existia uma preocupação com quem iria desenvolver aquele trabalho, e muito menos em pagar um valor justo e adequado para aqueles e aquelas que se submetiam ao labor exaustivo da limpeza de açudes. Mal dava para sanar as necessidades da família, contudo não havia outro meio, outro trabalho que pagasse melhor, e assim sendo se fazia necessária a submissão a este trabalho exploratório.

Segundo o historiador Hélder Remígio (2011) a situação de pobreza e desigualdade social foram resultados da ineficiência da atuação do DNOCS, contribuindo para a construção de um nordeste problema e foi por este motivo que:

Em outubro de 1958, o deputado federal Josué de Castro, nos debates da Câmara federal afirmou que qualquer iniciativa para o desenvolvimento pleno da econômica do Brasil teria primeiramente que pela expansão agrícola do nordeste, uma região que não tinha, sequer, transpassado o estágio de transição da agricultura para a indústria. [...] em seguida, destaca que o fortalecimento da economia do nordeste permitia a expansão do mercado interno, e por sua vez, a expansão da indústria do sul do país. [...] (REMIGIO, 2016, p. 211)

Então, vejamos que em fins da década de 1950 o Nordeste brasileiro ainda tinha como afirmou o deputado Celso Furtado, sua principal base econômica pautada na economia agrícola e que não havia um fomento para que fosse efetivada a transição daquele modelo de economia para o industrial, o que contribuía para a pobreza da região Nordeste.

E assim sendo, qualquer tipo de iniciativa para o desenvolvimento da economia do Brasil deveria passar primeiramente pela questão da expansão agrícola do Nordeste. Foi nesse

contexto que Celso Furtado apresentou o projeto intitulado “Operação Nordeste” que tinha como um dos principais objetivos buscar soluções técnicas e práticas que modificassem esse cenário de tensões, pobreza, e os movimentos sociais, principalmente o movimento das “ligas camponesas” que representavam perigo para o país.

Desta maneira, foi criada em 1959, pela lei nº 3.692 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, um órgão que tinha como objetivo promover e coordenar o desenvolvimento da região do Nordeste. Não encontramos nenhum documento que nos apresentasse a atuação da SUDENE em Palmeira dos Índios, até porque a sua fundação se deu em Dezembro de 1959, quase que na virada da década de 1950 para a década de 1960.

Assim como a água e a luz não alcançavam os trabalhadores rurais, nem sempre as terras em que cultivavam os gêneros agrícolas eram de posse do pequeno produtor. Durante as entrevistas encontramos duas situações, a primeira foi a de trabalhadores que eram donos de suas terras, portanto não tinham responsabilidade com ninguém mais, além de si, e principalmente donos de sua produção.

Quando a situação era inversa e as terras eram arrendadas ou cedidas por grandes proprietários da região, firmava entre si um contrato informal, Antônio Ezequiel nos contou que as terras que trabalhava eram “*Dos outros. Arava a terra, quando era pra plantar palma a gente plantava e quando num era plantava capim. Quando era no verão tirava o algodão e ele ficava com o capinzão no terreno [...]*”, ele nos contou que o proprietário não cobrava dinheiro pelo uso da terra, apenas que fosse plantado capim ou palma, ou seja, talvez o trabalhador não compreendesse que essa prática também era uma forma de exploração.

O trabalho para estes agricultores não era somente auto exploração da força de todos os membros da família, mas um elo, que mesmo rotineiro e exaustivo unia a família em tradições. Ir para festas de santos e padroeiros, sentar na frente de casa e conversar, rir e lembrar de fatos que ocorreram, os relatos sobre o que ficou do trabalho assemelha-se com a narrativa de Mendes

Significado do trabalho e o modelo de saber constituem uma forma de ver o mundo. Essas dimensões simbólicas incorporadas ao processo de trabalho promovem a construção, não apenas dos espaços agrícolas, mas, também, dos espaços sociais, como, por exemplo, a troca de dias de serviços entre os vizinhos que, geralmente, encontram-se ligados por algum laço de consangüinidade. Assim, a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho. As crianças começam a acompanhar seus pais no trabalho desde cedo. O conhecimento técnico, apreendido no decorrer da formação cultural dos descendentes, é visto como essencial para assegurar a sua própria reprodução. A terra para esse segmento de produtores encerra um conjunto

de significados morais, de valores e de possibilidade de reprodução da estrutura social e o domínio do saber trabalhar permite ao homem a constituição de nova família, revigorando a relação entre trabalho, terra e família. (MENDES, 2005, p.62)

O trabalho constrói redes. Redes não somente de aprendizagens e trocas de conhecimentos técnicos entre pais e filhos, mas construções sociais, políticas e culturais. Trocas de experiências entre a família, entre vizinhos e amigos. E essas experiências garantiam, em parte, a reprodução desta cultura. A terra é a “mãe” e traz consigo significados simbólicos e valores morais. Permite a constituição e manutenção da família.

O projeto de modernidade discutido e colocado em prática na década de 1950 não inseriu os trabalhadores e trabalhadoras rurais em um projeto de cidadania. Foi um processo excludente que não viabilizou, na prática, a aplicabilidade de políticas públicas que minimizassem a precariedade cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Palmeira dos Índios. Que mesmo criando estratégias e táticas para sobreviverem, necessitavam da efetivação de direitos básicos de cidadania.

Mas, “é necessário dar legibilidade às experiências desses trabalhadores [...]”¹¹⁵e percebe-los como agentes de suas próprias histórias de lutas, resistências e vitórias. O trabalho, a agricultura incorpora a história de gerações de famílias de trabalhadores (as), que constroem laços de afetos, de luta, de resistências, de sobrevivências e de vivências.

¹¹⁵ Gomes; Guimarães, 2012, p.112. Indico a leitura do “Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado” que traz um debate importante e necessário.

5 CONCLUSÃO

Primeiramente, ressaltamos que a historiografia que trata sobre os trabalhadores rurais, em especial, em Alagoas ainda é parca e se faz necessários estudos que os tenham como sujeitos de pesquisa. Produzindo diversas narrativas historiográficas sobre o cotidiano, a família, as frentes de resistências, as práticas, as táticas, as astúcias e também sobre a relevância de seu trabalho para a sociedade e para a economia local, e/ou a do Estado.

Se pensarmos os trabalhadores e trabalhadoras rurais e a relevância de seu trabalho para economia, vamos perceber que são eles com suas pequenas ou grandes produções que abastecem as feiras com os alimentos que vão para as mesas de inúmeras famílias, que não cultivam a agricultura, isso quando nos referimos a uma produção de gêneros alimentícios.

Quando para além do cultivo de grãos alimentícios, esses trabalhadores cultivam o algodão, por exemplo, produção que era vendida para armazéns locais e para outros de cidades vizinhas, abastecendo as fábricas de algodão e têxteis do Estado. Então, observamos que estes trabalhadores, em meio às dificuldades da vida, como eles mesmos narraram, conseguiam resistir e contribuir para o giro da economia.

Os relatos de memórias confiados, e compartilhados para elaboração da pesquisa nos permitiu o vislumbre de inúmeras narrativas de resistências, de práticas cotidianas, do sentimento. Mas, pensemos nesta prática – história oral – como um meio que nos permite conhecer histórias e poder agencia-las na construção de narrativas historiográficas.

Regina Beatriz Guimarães em seu texto “Historiografia, diversidades e história oral: questões metodológicas” disserta o seguinte “[...] a história oral -prática de pesquisa - não “ressuscita vozes” e que ninguém está autorizado a falar por outrem e nem ao menos tem o poder de “salvar” o tempo passado” (2012, p.18), deste modo, pensemos que nós enquanto pesquisadores não vamos “salvar” o tempo passado, não vamos trazê-lo a tona tal como foi, mas que partir dos relatos de memórias agenciados com outras fontes documentais, podemos reelaborar o passado, atribuindo novos sentidos e significados.

Pensando a história como múltipla, ou uma história em aberto como pressupõe Walter Benjamin (2012). A metodologia da história oral não “ressuscita vozes”, e sim, nos permite conhecer histórias, nos permite múltiplas interpretações sobre um tempo, um espaço e um passado.

E foi assim, a partir dos relatos de memórias que nos permitimos imaginar sobre Palmeira dos Índios, aquela lembrada e narrada pelo trabalhador (a) rural. Uma Palmeira dos

Índios ora da década de 1930, ora 1940, ora 1950, ora uma Palmeira de 1970 e quiçá até dos anos 2000, porque a memória ela não é pura, ela é contaminada com as nossas experiências de ontem e de hoje, do passado e do presente. Tempo e espaço se entrecruzam na rememoração do passado, na construção de um relato.

As páginas frágeis de jornais, quase se despedaçando nos contaram e mostraram sobre elementos da cidade, como por exemplo, os cinemas que embelezaram Palmeira dos Índios e se constituíram como um símbolo da modernidade, processo por qual o Brasil passava na década de 1950, intensificado com a gestão presidencial de Juscelino Kubistchek.

As fotografias nos permitiu contrastar dois tempos, uma Palmeira da década 1920 com traços rurais mais fortes, com presença de animais, chão batido, os relatórios de Graciliano Ramos que nos indicou o início de uma política mais higienista. As páginas das atas da câmara dos vereadores que nos deram uma dimensão do funcionamento da estrutura pública municipal, seus conflitos internos de aprovação ou veto de projetos, do pensar na população.

O agenciamento destas fontes com outras leituras historiográficas e teóricas, nos mostrou que a década de 1950 foi de intensas mudanças no setor político, econômico, cultural e social. Que o anseio por uma modernidade, industrialização alcançou diversas regiões. A aplicação desta política não ocorreu de forma homogênea, mas de acordo com a realidade de cada localidade que aspirava e colocava em prática na administração de seu território.

A década de 1950 foi um período percebido como modernizante. Palmeira dos Índios, uma cidade do agreste Alagoano, teve um *boom* de elementos que se configuraram como modernos, como por exemplo, cinemas, prédios imponentes, higienização e o cuidado com a estética da cidade, as fábricas, os automóveis entre outros que compunham esse quadro.

Mas, como os relatos orais nos proporcionaram problematizar a outra face da modernidade. Que não era a da industrialização, do embelezamento das cidades, mas a da pobreza, pobreza que também foi gerada em prol da modernidade. O meio rural, passaram a serem compreendidos como tradicionais ou “atrasados”, quando comparado com espaço urbano que seguia o ritmo acelerado do desenvolvimento.

Os investimentos em indústrias aumentaram. Foram pensados e executados projetos que concediam isenção dos impostos para as fábricas/indústrias que se fixassem no território palmeirense, incentivando/influenciando os industriais não momento da escolha de uma região. Enquanto os incentivos para os trabalhadores (as) rurais estavam pautados na doação das sementes, e, diga-se de passagem, que de acordo com os relatos e até mesmo no não dito

nas atas da Câmara dos Vereadores, essas sementes não chegavam aos pequenos agricultores, sobretudo, se não fossem associados, as sementes da qual eles cultivavam eram compradas ou acordadas com proprietários de armazéns.

O único transporte possível para eles era o de tração animal e em caso raros uma bicicleta, mas não tinham poder aquisitivo de comprar um automóvel, então como fazer parte de um espaço que preconiza o moderno, o belo!? Ora a modernidade, a industrialização não trouxe somente avanços, mas também gerou pobreza, esquecimento, distanciamento.

Mas, vejamos que independente da situação, o trabalhador (a) rural é indispensável para a manutenção da vida física, porque sua produção abastecia as mesas, as fábricas. As circunstâncias de uma desigualdade social e econômica, não os impediam de agenciarem táticas e astúcias frente a essa vulnerabilidade.

Os relatos orais nos permitiram visualizar uma Alagoas e também um Nordeste que não é o da seca, do chão rachado, da miséria extrema, mas um Nordeste, uma Alagoas, uma Palmeira dos Índios férteis, que em seus território tinha “olhos de água”, no distrito Olhos D’água do Acioli – atualmente Igaci e desmembrado desde 1957 de P. dos Índios –, açudes que possibilitaram, em certa medida, o cultivo da agricultura, a criação de animais.

Em que as famílias sempre buscaram e criaram maneiras de sobreviver, a própria agricultura foi um meio de sobrevivência, plantar para sobreviver. E assim, compartilho com vocês um pouco sobre Palmeira dos Índios e sobre os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais que foram agenciadores de suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

SITES:

Caleidoscópico anímico. **A lenda de Tilixi e tixiliá**. Disponível em: <http://programacidadania.com.br/tilixi-e-tixilia-lenda-da-fundacao-da-cidade-de-pal//meira-dos-indios-al/>. Acesso dia 18/05/2020

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros -IBGE. **Formação e organização política de palmeira dos Índios, 1959**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_19.pdf. Acesso em 15 de março de 2020.

Estações ferroviárias do Brasil. **Palmeira dos Índios**. Disponível em: <https://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/palmeira.htm>. Acesso em 23 de março de 2020.

Estatuto do trabalhador rural. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

Hino de Palmeira dos Índios. Disponível em: <https://apalca.com.br/hino-de-palmeira-dos-indios/>. Acesso em 18 de maio de 2020.

Instituto brasileiro de geografia e estatística-IBGE. **Palmeira dos Índios**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/panorama>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. **Planilha com os bens tombados e processos de tombamento em andamento no estado de alagoas**. 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Alagoas_bens_tombados_novembro_2017. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

Lei da meia entrada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112933.htm. Acesso em outubro de 2020.

Luís Medeiros Neto. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-de-meneses-medeiros-neto>. Acesso em: 17 de julho de 2020

Portal da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. **Prefeitura de Palmeira dos Índios**. História. 2012. Disponível em: <http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/historia>. Acesso em: 23 de março de 2020.

Estações do Ano. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/estacoes-ano.htm#:~:text=Todo%20mundo%20j%C3%A1%20sabe%20que,do%20sol%2C%20dura%20um%20ano>. Acesso: Nnovembro de 2020.

Secretaria de estado e Cultura. **Histórico de Palmeira dos Índios**. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/municipios/historico-dos-municipios/historico-do-municipio-de-palmeira-dos-indios> . Acesso: 14 de março de 2020.

Teleférico em Palmeira dos Índios. Disponível em: https://palmeira.fandom.com/pt/wiki/telef%C3%A9rico_do_cristo_do_Goiti. Acesso em 17 de março de 2020.

Santa Luzia. Disponível em: <https://santo.cancaonova.com/santo/santa-luzia-protetora-dos-olhos/> .Acesso: 30 de dezembro de 2020.

Valdemar de Souza Lima. <https://apalca.com.br/patronos/valdemar-de-souza-lima/>. Acesso: em 17 de outubro de 2020.

DOCUMENTOS:

ALGOLIM. Acervo da ALGOLIN. Palmeira dos Índios – Alagoas. Em retenção de Érica de Oliveira Santos. 1989.

Bastos, Humberto. **Assucar & algodão. Ensaio histórico econômico**. Coleção autores alagoanos, Editora casa Ramalho, Maceió, 1938.

Câmara dos vereadores de Palmeira dos Índios. **Construção de escola nos sítios**. 1950.

Câmara dos vereadores de palmeira dos índios. **Abaixo assinado para retirada de cercas**. 1958.

Câmara dos vereadores de palmeira dos índios. **Aero Clube**. 1951.

Câmara dos vereadores de palmeira dos índios. **Projeto lei nº 14/59 concede isenção de impostos**. 1959.

Câmara municipal de Palmeira dos Índios. **Sessão ordinária dos vereadores**. 1950.

Câmara municipal de Palmeira dos índios. **Sessão ordinária dos vereadores**. 1951.

Câmara dos vereadores de palmeira dos índios. **Sementes de algodão**. 1958.

Descrição física da Algodoeira Limoerense S.A.. Acervo da ALGOLIN. Palmeira dos Índios – Alagoas. Em retenção de Érica de Oliveira Santos.

DUARTE, Luiz Gonzaga. **Memorando**. Acervo da ALGOLIN. Palmeira dos Índios – Alagoas. Em retenção de Érica de Oliveira Santos. 1987.

ENDEREÇOS DOS FORNECEDORES QUE FIZERAM PARTE NAS SAFRAS 84/85, 85/86, 86/87. Acervo da ALGOLIN. Palmeira dos Índios – Alagoas. Em retenção de Érica de Oliveira Santos.

FALCÃO, Sebastião Marinho Muniz. **A situação Político-administrativa de Alagoas. Análise feita no dia 25 de maio, ao microfone da rádio difusora de alagoas, 1956.**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil, ano XI 1950. Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística.** Rio de Janeiro, 1951.

“Leis e decretos governamentais de estímulo a economia de Alagoas. Maceió –Alagoas, 1959. Disponível no Arquivo Público de Maceió –APA..

MELLO, Arnon. **Uma experiência de Govêrno.** Livraria José Olympio Editôra- Rio de Janeiro, 1958.

Neto, Luiz Medeiros. **Casa do produtor rural.** Câmara dos deputados. 1952.

RAMOS, Graciliano. **1º Relatório ao governador do Estado de Alagoas** 1929.

_____. **2º relatório ao governador Álvaro Paes.** 1930.

Relação de funcionários em atividade – Usina de P. dos Índios. Acervo da ALGOLIN. Palmeira dos Índios – Alagoas. Em retenção de Érica de Oliveira Santos. 1984

Relatório ou exposição a respeito da plantação e cultura do algodão na província das Alagoas. Documento disponível no acervo do Instituto histórico e geográfico de Alagoas – IHGAL, 1875.

REGULAMENTO para o Serviço do Algodão do Estado de Alagoas: Ao que se refere o decreto nº1044, de 19 de abril de 1924. Maceió: Typographia Fernandes, 1924.

TORRES, Luiz B. **Vereadores e prefeitos palmeirenses desde 1838.**

Vales diversos. Acervo da ALGOLIN. Palmeira dos Índios – Alagoas. Em retenção de Érica de Oliveira Santos. 1988.

JORNAIS:

A cidade e o campo. **Correio Palmeirense.** Palmeira dos Índios. Outubro de 1952. Acervo Particular de Ivan Barros.

A lagarta ataca os algodoais. **Diário de Pernambuco.** 1953. Disponível no acervo digital: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Cinema e Juventude. **O Semeador.** Maceió, 1957. Disponível no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Cinemas em Palmeira: Especial. **Tribuna do Sertão.** Palmeira dos Índios. Agosto de 1997. Acervo particular de Ivan Barros.

DOMINGOS, João. **Assuntando**. Diário de Pernambuco. Agosto de 1951. Disponível no acervo digital: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Gazeta de Alagoas. Maceió, 1953. Disponível no Arquivo Público de Maceió.

Ferrovias. **Fôlha da manhã**. Maceió. 1931. Acervo particular de Ivan Barros.

Linha férrea. **Fôlha da manhã**. Maceió. 1927. Acervo particular de Ivan Barros.

LIMA, Valdemar de Souza. **Correio Palmeirense**. 1952. Acervo particular de Ivan Barros.

Novo cinema em Palmeira. **O Semeador**. Maceió, 1956. Disponível no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

O Cinema. **O Semeador**. Maceió, 12/01/1954. Disponível no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Jornal A voz do povo. Maceió, 1954. Disponível no Arquivo Público de Maceió.

O nordeste precisa conhecer o que o presidente está fazendo em Paulo Afonso. Diário de Pernambuco. Julho 1950. Disponível no acervo digital: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Visite Palmeira dos Índios – Município Modelo de Alagoas. **Correio do Sertão**. Palmeira dos Índios, dezembro de 1967. Acervo particular de Ivan Barros.

ENTREVISTAS:

Barros, Ivan Bezerra. Realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. No dia 17 de outubro de 2019. Duração de 1:18:57. Palmeira dos Índios -AL.

CAMPOS, Orlando Alves Campos. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Dezembro de 2019. Palmeira dos Índios. AL.

CAVALCANTE, José Claudio Dâmaso. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Março de 2020. Palmeira dos Índios – AL.

CONCEIÇÃO, Maria do Amparo. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Em Junho de 2020. Palmeira dos Índios –AL.

FERREIRA, Adriano da Silva. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Dezembro de 2020. Igaci – AL.

LIMA, José Noel de. Entrevista realizada por Wanderlan de Araújo Oliveira e Vagna Nascimento da Silva. Em março de 2018. Entrevistas cedidas em áudio para a autora, Érica de Oliveira Santos Ferreira e transcrita pela mesma. Tanque D' Arca – AL.

MONTENEGRO, Gildo Cavalcante. Entrevista realizada por Wanderlan de Araújo Oliveira e Vagna Nascimento da Silva. Em março de 2018. Entrevistas cedidas em áudio para a autora, Érica de Oliveira Santos Ferreira e transcrita pela mesma. Tanque D' Arca – AL.

PINTO, Olívio. Entrevista realizada por Wanderlan de Araújo Oliveira e Vagna Nascimento da Silva. Em maio de 2018. Entrevistas cedidas em áudio para a autora, Érica de Oliveira Santos Ferreira e transcrita pela mesma. Tanque D' Arca – AL.

SILVA, Jorge Marcos da. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Dezembro de 2020. Dionísio/Igaci – AL.

SANTOS, José Balbino dos. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Dezembro de 2020.

SANTOS, José Guedes dos. Entrevista realizada por Wanderlan de Araújo Oliveira e Vagna Nascimento da Silva. Em março de 2018. Entrevistas cedidas em áudio para a autora, Érica de Oliveira Santos Ferreira e transcrita pela mesma. Tanque D' Arca – AL

SILVA, Cícero Ricardo. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. No dia 05 de junho de 2020. Palmeira dos Índios – AL.

SILVA, Iara Maria Da. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Dezembro de 2020. Fazenda canto/Palmeira dos Índios – AL.

SILVA, José Alfredo. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Dezembro de 2020. Dionísio/Igaci – AL.

SILVA, Maria de Lourdes. Entrevista realizada por Érica de Oliveira Santos Ferreira. Dezembro de 2020. Sítio Boa Vista/Igaci – AL.

SILVA, Edvânia Marques da Silva. Entrevista realizada por Érica De Oliveira Santo Ferreira. Dezembro de 2020. Povoado Dionísio- Igaci.

Núcleo De Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos”- NEPEF/ Grupo de pesquisa “Memória, política e trabalho”

SILVA, José Lopes da. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares e Érica de Oliveira Santos. No dia 11 de julho de 2018. Duração 25m e 35segundos. Coruripe da Cal/ Palmeira dos Índios – AL.

GONÇALVES, Antônio Ezequiel. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares e Érica de Oliveira Santos. No dia 11 de julho de 2018. Duração de 49 minutos e 57segundos. Coruripe da Cal/ Palmeira dos Índios –AL.

SILVA, Edvânia Marques da Silva. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares e Érica De Oliveira Santos. No dia 12 de Julho de 2018. Povoado Dionísio- Igaci.

BIBLIOGRAFIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o dispositivo? In: **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, Argos, 2009.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de janeiro: FGV, 2005.

AMORIM, Helder Remígio de. **Entre a mercearia e o supermercado: memórias e práticas comerciais no Portal do sertão**. Dissertação (mestrado em história social da cultura regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de letras e ciências humanas, Recife, 2011.

_____. **“Um pequeno pedaço do incomensurável”**: A trajetória intelectual e política de Josué de Castro. Tese (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2016.

ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do vale**: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1870-1890). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, programa de Pós-Graduação em História, 2014.

APRATTO, Douglas Tenório. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

_____. **Metamorfose das oligarquias**. -. 4. ed. – Maceió: Imprensa oficial Graciliano Ramos; EDUNEAL; FAPEAL, 2019.

BARROS, Ivan Bezerra de. **Abrindo a janela do tempo**: memória e história. Maceió: Imprensa oficial Graciliano ramos, 2006.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas v. 1 de Walter Benjamin, 2012.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? 5. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: EdUFAL, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Companhia das letras. 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3. ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitscheck (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. *IN: O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CIANELLA, Maria de Lourdes Freitas. **Palmeira dos Índios**. Coleção de monografias. Nº 457. 2. ed. Fundação IBGE, 1970.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transportes na sua evolução**. Terra Livre, nº 10. P.93-116, São Paulo, 1992.

COSTA, Rodrigo José Da. **Sob o signo do sangue: A trajetória republicana em Alagoas e a sinfonia da violência em tom maior (1930-1964)**. Anais do XXVI simpósio nacional de história-ANPUH. São Paulo, julho 2011.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Org.). **Indicador geral do estado de Alagoas**. Maceió: EdUFAL, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Tradução de André Telles – 1. ed – São Paulo: Editora 34, 2017.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-fim. **Geographia Alagoana**. Maceió: TYPOGRAPHIA DO LIBERAL, 1871.

FARIAS, Ivo dos Santos. **Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão velho/al (1953-1962)**. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2012.

FAUSTO, Boris. A vida política. **In: olhando para dentro : 1930-1964**. V. 4. Coordenação Angela de Castro Gomes. Rio de janeiro: Objetiva, 2013.

FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954,1955 e 1961. **IN: O Brasil O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). 8 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getúlio Vargas: Uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. **IN: O Brasil O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. organizado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida neves Delgado. – 8ª ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de janeiro: Editora graal, 1979.

FREEMAN, Joshua B. **mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: todavia, 1. ed., 2019.

GALILEIA, Zito Da. **A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu**. Recife, CEPE, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e Direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. As marcas do período. **In: olhando para dentro : 1930-1964**. V. 4. Coordenação Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

_____. GUIMARÃES NETO, Regina beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2018.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidades e história oral: questões metodológicas. In: **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE: [Florianópolis/SC): Ed. da UFSC, 2012 .333 p.

_____. Do tempo das fazendas. **In: Cidade da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá, MT: Carline & Caniato; EdUFMT, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. Ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEREDITA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

Instituto Brasileiro de Estatística. **PALMEIRA DOS ÍNDIOS**. COLEÇÃO DE MONOGRAFIAS, Nº457. 2. ed. Alagoas.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudo sobre história**. Tradução Markus Hediger. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2014.

LE GOFF, Jacques. Memória. In:_____. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LOPES, Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque. **Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Orientador: Fernando Cezar de Macedo Mota. Campinas, SP, 2018.

MOURA, Anderson Vieira. **O voto operário: as eleições de 1955 em Alagoas**. XXIX simpósio de história nacional: contra os preconceitos: história e Democracia. 2017

_____. **“Uma candidatura de inspiração popular”: a formação da Frente Popular Alagoana (1955).** Cadernos de história, Belo Horizonte, v.17, n.27, 2º sem. 2016 – ISSN 2237-8871.

MELLO, Arnon de. **Uma experiência de Governo.** Livraria José Olympio: Editora, Rio de Janeiro, 1958.

MENDES, Estevane de paula Pontes. **A produção familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO).** Tese (doutorado) – Universidade Paulista, faculdade de Ciências e Tecnologia. São Paulo, 2005

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** – São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O ossuário da “Gruta-do-Padre”, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. **IN: Boletim do Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **IN: Mana** 4(1) p. 47-77, 1998

PENNA, Camila. **Gênese da relação de parceria entre INCRA e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária.** Lua Nova, São Paulo, 2018.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Trajetórias e desafios no percurso da história oral brasileira.** **In:** Depois da Utopia: a história oral em seu tempo. São Paulo: Letra e voz; FAPESP, 2013.

PORFIRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Francisco Julião: Em luta com seu mito, Golpe de estado, Exílio e redemocratização do Brasil;** Jundiá, Paco editorial, 2016.

RAMOS, Aminadabe Martins. **Ferrovias em Alagoas no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.** Monografia (Trabalho de conclusão de curso em História– Bacharelado). Universidade Federal de Alagoas. Instituto de ciências Humanas, comunicação e Artes. Maceió, 2019.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

RUBENS, Valente. **Os fuziz e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura.** São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas.** Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, 2011.

SANTOS, Érica de Oliveira. **A PRODUÇÃO ALGODOEIRA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS (1950-1959): Histórias e memórias.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Orientador: Marcelo Góes Tavares. Palmeira dos Índios, 2018.

SILVA, Bruno Bianch Gonçalves Da. **Indústria têxtil no Nordeste: a experiência de Alagoas e Sergipe**. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade federal de Alagoas. Instituto de Geografia. Desenvolvimento e meio ambiente. Orientador: Domingos Sávio Corrêa. Maceió, 2019.

SILVA, João Paulo Omena. **Entre o soar dos sinos e o apito do trem: modos de pensar o Museu Xukuru de Palmeira dos Índios**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e urbanismo: dinâmicas do espaço habitado – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2017.

SILVA, Luiz Gustavo Oliveira. **Elos do passado: a relação da via férrea com o patrimônio histórico-cultural de Maceió**. 4º seminário ibero-americano. Arquitetura e documentação. Belo Horizonte, 2015.

SILVA; Marlene Maria da; LIMA, Diva M. de Andrade. **Sertão norte: Área do sistema Gado-Algodão**. SUDENE, Recife, 1982.

SILVA, Maria Viviane de Melo. **No escurinho do cinema, uma luz moral cristã em Palmeira dos Índios – Al (1950-1970)**. Orientador: Claudefranklin Monteiro Santos. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **A agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo do início do século XXI**. 2010. Dissertação (mestrado em serviço social) – Universidade federal de Alagoas – faculdade de serviço social. Maceió, 2010.

SIQUEIRA, Tagore Villarin de. **As primeiras ferrovias do nordeste brasileiro: processo de Implantação e o caso da Great Western Railway**. Revista do BNDES, v.9. nº 17. P. 169-220, Rio de janeiro, 2002.

SOUZA, Josefa Adriana Cavalcante Ferro de. **A trajetória escolar em Palmeira dos Índios/Al ontem e hoje: o caso do Colégio Estadual Humberto Mendes**. Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas; Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Maceió, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloísa Murgel. Os anos 1950-1960: A bossa, A democracia e o País subdesenvolvido. *IN: Brasil uma biografia*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. Yes, nós temos a democracia. *IN: Brasil uma biografia*. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TAVARES, Marcelo Góes. **Do tecer da memória ao tecido da história: operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão velho (Maceió, AL, 1943-1961)**/ Tese (Doutorado) – Universidade federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós graduação em História, 2016.

_____. **Trabalho, política e estado de exceção (Alagoas, anos 1950 e 1960)**. XI encontro regional nordeste de história oral: ficção e poder: Oralidade, imagem e escrita, 2017.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: SEBRAE, 2013. 144p.

WELCH, Clifford Andrew. **Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2016.

ZAIDAN, Tiago Eloy. **O arriscado jogo democrático: a conjuntura político-social de Alagoas no pré 1964**. Senatus, Brasília, V.8, n.2, p.37-44. Out. 2010.. Janeiro – abril, 2010

_____. **A organização Arnon de Mello e o seu patrono: trajetória e interesses políticos**. Verso e reverso, XXIX, 2010.

APÊNDICE A – Tabela com a relação dos entrevistados

Nome	Ano do nascimento	Cidade
José Guedes dos Santos	1931	Tanque D' Arca
José Noel de Lima	1943	Tanque D' Arca
Olívio Pinto	1935	Tanque D' Arca
Gildo Cavalcante Montenegro	1939	Tanque D' Arca
Iara Maria da Silva	1975	Fazenda Canto. T.I/ Palmeira dos índios
Edvânia Marques da Silva	1980	Dionísio/ Igaci
Antônio Ezequiel Gonçalves	1947	Coruripe do Cal/ Palmeira dos Índios
José Lopes da Silva	1948	Coruripe do Cal/ Palmeira dos Índios
Cícero Ricardo da Silva	1949	Fazenda Canto, T.I/ Palmeira dos índios
Maria do Amparo da Conceição	1954	Fazenda Canto. T.I/ Palmeira dos índios
Ivan Bezerra de Barros	1943	Palmeira dos Índios
Jorge Marcos da Silva	1974	Dionísio/ Igaci
Adriano Ferreira da Silva	1988	Igaci
Orlando Alves Campos	1981	Palmeira dos Índios
José Claudio Dâmaso Cavalcante	1956	Atalaia
Maria de Lourdes Da Silva	1951	Sítio Boa Vista/Igaci
José Alfredo da Silva	1937	Dionísio/ Igaci
José Balbino Dos Santos	1951	Dionísio/ Igaci